



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

MARIA DOS REMÉDIOS BRITO VIANA

**NA IGREJA, NO SINDICATO, NA UNIVERSIDADE, NA RUA:
os movimentos feministas no “Portal da Amazônia”**

MARIA DOS REMÉDIOS BRITO VIANA

**NA IGREJA, NO SINDICATO, NA UNIVERSIDADE, NA RUA:
os movimentos feministas no “Portal da Amazônia”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Instituições, construção e reprodução social das diferenças: educação, poder, sociabilidades, ações coletivas e representações sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja.

Coorientadora: Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa.

Imperatriz
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Viana, Maria dos Remédios Brito.

NA IGREJA, NO SINDICATO, NA UNIVERSIDADE, NA RUA: os
movimentos feministas no "Portal da Amazônia" / Maria dos
Remédios Brito Viana. - 2022.

150 f.

Coorientador(a): Karina Almeida de Sousa.

Orientador(a): Vanda Maria Leite Pantoja.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccsst, Universidade Federal do Maranhão,
IMPERATRIZ, 2022.

1. Interseccionalidade. 2. Movimento feminista. 3.
Mulheres. I. Pantoja, Vanda Maria Leite. II. Sousa,
Karina Almeida de. III. Título.

MARIA DOS REMÉDIOS BRITO VIANA

**NA IGREJA, NO SINDICATO, NA UNIVERSIDADE, NA RUA:
os movimentos feministas no “Portal da Amazônia”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 10 / 06 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa (Coorientadora)
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Profa. Dra. Amanda Gomes Pereira (Membra interna)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira (Membra externa)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGPP

Profa. Dra. Emilene Leite de Sousa (Membra suplente)
PPGS/UFMA

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Membro suplente)
PPGS/UFMA

Dedicado às mulheres de lutas da cidade de
Imperatriz-MA, em especial à Conceição
Amorim

RESUMO

A cidade de Imperatriz – MA destaca-se como um município de médio porte, polo econômico regional, localizada na região do sudoeste maranhense, na fronteira das regiões Norte e Nordeste, marcada por conflitos agrários, lutas pela terra, violência urbana, alto índice de crimes de pistolagem em um passado recente (TEIXEIRA, 2016), presença massiva de mulheres como chefes de família e a marcante influência conservadora de religiões de matrizes cristãs. Torna-se imprescindível desvelar como as mulheres desse lugar organizam suas agendas, pautas e discussões, locais de ajuntamentos, espaços de reuniões e manifestações marcadas pela presença feminina. A presente dissertação busca compreender as redes de sociabilidade compostas pelas mulheres de Imperatriz, vinculadas aos grupos de mulheres autodenominadas feministas, ou, as que não se reconhecem nessa denominação, mas suas pautas contemplam a luta por igualdade de gênero. Interessa-nos conhecer, também, as discussões levantadas nos grupos, suas reivindicações, articulações, as participações no contexto sociopolítico, os conflitos e sua relação com a sociedade imperatrizense bem como os efeitos e ressonâncias destas mobilizações na rede de políticas públicas do município. Utilizando o método da História Oral, atravessado pela Interseccionalidade (HILL COLLINS; BILGE, 2020), privilegiou-se a realização de entrevistas com protagonistas vinculadas a grupos de mulheres surgidos no âmbito da Igreja Católica, provenientes do contexto político, dos movimentos sociais, da militância sindicalista e advindas do contexto acadêmico. As reflexões teóricas em torno do feminismo, as quais se tornam foco do presente estudo, partem de autoras como Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Gloria Anzaldúa, Kimberlé Crenshaw, Nancy Fraser, María Lugones, Ângela Davis, Mary Ferreira, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Heloísa Buarque de Hollanda, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Lélia González e bell hooks (Gloria Jean Watkins). A pesquisa conclui existirem vários movimentos feministas no Portal da Amazônia e, historicamente, ocupando espaços como a Igreja, os sindicatos, as universidades e as ruas, com agendas demarcadas por lutas em prol do protagonismo feminino, da geração de emprego e renda, feminismo anticapitalista e construído na luta de classes, no bojo dos movimentos sociais e em pautas relativas à liberdade sexual e identitárias, exploradas e desenvolvidas no meio social e virtual – por meio de redes sociais como *Facebook*, *Instagram*.

Palavras-chave: Mulheres. Movimento feminista. Interseccionalidade.

ABSTRACT

Imperatriz stands out as a medium-sized city, a regional economic hub, located in the southwest region of Maranhão State on the border of the North and Northeast regions of Brazil, marked by agrarian conflicts, disputes for land, urban violence, high contract killing rates in its recent past (TEIXEIRA, 2016), massive presence of women as household heads and the remarkable conservative role of Christian religions. Unveiling how women from this place organize their agendas, discussions, gathering places, meeting and protest spaces marked by female presence is essential. Therefore, we aim to understand the sociability networks composed by women from Imperatriz linked to groups which call themselves feminists or, that do not recognize themselves as feminists however, their agendas contemplate the struggle for gender equality. We are also interested in knowing the discussions that such groups raise, their claims, articulations, participation in the sociopolitical context, their conflicts and relationship with Imperatriz society as well as the effects and resonances of these mobilizations in the public policies network in the municipality. Using the Oral History method (ALBERTI, 2005) crossed by Intersectionality (HILL COLLINS; BILGE, 2020), we prioritized interviews with protagonists linked to women's groups that emerged within the Catholic Church; women from the political context, from social movements, from union militancy and from the academy. The theoretical reflections around feminism that were focused in this paper come from authors such as Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Gloria Anzaldúa, Kimberlé Crenshaw, Nancy Fraser, María Lugones, Ângela Davis, Mary Ferreira, Carla Akotirene, Heloísa Buarque de Hollanda, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Lélia González and Bell Hooks. We conclude that there are several feminist movements in the “Portal da Amazônia”, and historically they occupy spaces such as the Church, unions, universities and the streets, with agendas demarcated by struggles in favor of women protagonism, job and income generation, anti-capitalist feminism constructed from the class struggle and in the midst of social movements and in topics related to sexual and identity freedom, explored and developed in the social and virtual environment (through social networks such as Facebook, Instagram).

Keywords: Women. Feminist movement. intersectionality.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma dissertação é solitário, por vezes, doloroso e sentimental, tendo sido potencializada por uma pandemia carregada de medos, sofrimentos emocionais e incertezas atravessando esse momento e, após meses de leituras e pesquisa, chega o momento no qual nos encontramos com o teclado e o monitor. Inicia-se, então, a longa procura pela inspiração, pelas palavras adequadas, e a difícil missão de passar para o papel todo o planejado, com a tão almejada criatividade, não sendo possível chegar até este momento e conseguir vencer os percalços sem a colaboração de professores, amigos e familiares.

Para minha sorte, muitas pessoas estiveram ao meu lado nesta trajetória. Quero agradecer inicialmente às Universidades Públicas desse país, em especial à UFPI, onde realizei minha graduação em Psicologia, e à UFMA, lugar de encontro com a Sociologia, por resistirem, atualmente diante de tantos desmontes, ataques e retrocessos realizados pelo atual DESgoverno, que nega o direito de pobres, pretos e indígenas às Universidades, espaços de produção de saber e ampliação de olhar crítico. FORA BOLSONARO!

Minha gratidão ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva por ofertar dignidade à população brasileira, marcada por desigualdades sociais, permitindo a todos o acesso à educação superior por meio de políticas públicas como: Expansão Universitária, REUNI, PROUNI, dentre tantas outras.

Agradeço a minha orientadora, que me acolheu e me recebeu nesse caminhar, Professora Doutora Vanda Maria Leite Pantoja, inspiração para muitas mulheres, por sua inteligência, assertividade, competência, postura firme e forte, por acreditar na viabilidade dessa pesquisa. Sua orientação criteriosa e exigente, foi-me ferramenta importante e expressou grande confiança em meu trabalho, concedendo-me liberdade para escolher os melhores caminhos para minha pesquisa. Muita gratidão por todos os momentos!

À minha coorientadora, Professora Doutora co-orientadora, Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa por tantas contribuições as quais engrandeceram e melhoraram este trabalho.

Destaco a importante colaboração dos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFMA), Professor Doutor Wellington da Silva Conceição e Professor Doutor Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, os quais, durante as disciplinas do mestrado, proporcionaram momentos de reflexão para a construção da minha pesquisa.

Aos colegas da turma do PPGS 2020, em especial meus amigos que estiveram comigo do início ao fim, Wennedy da Mata Moraes, Geremias de Assis Lima e Ana Paula Pinto Pereira, com quem compartilhei angústias que quem está escrevendo uma dissertação compreende. Por toda a amizade e solidariedade nas horas mais espinhosas, muito obrigada.

Às mulheres protagonistas dessa pesquisa: Conceição de Maria Amorim, Maria da Conceição Medeiros Formiga, Elicléia Clarícia Dallo e Luciana Sousa Bastos pela disponibilidade e contribuição por meio de suas histórias de vida e trajetórias de lutas, meu sincero agradecimento. Sem vocês essa pesquisa não teria se concretizado.

À Banca avaliadora, Professora Doutora Maria Mary Ferreira, renomada feminista maranhense; e Professora Doutora Amanda Gomes Pereira pelas brilhantes contribuições que enriqueceram meu trabalho após a qualificação e pela generosidade e olhar atento na leitura.

À Maria Milene Freitas, minha irmã de vida, sempre possuindo as palavras certas de apoio e incentivo repletas de carinho e bom humor, todas as vezes nas quais conversamos.

Ao tio Pedroca e à Tia Mazé pelos ensinamentos e valores de vida pautados no bem, na retidão, no amor e na serenidade, carregados de acolhimento e afetos sempre.

À minha MÃE Josina, meu AMOR maior, exemplo de força, coragem e determinação, por estar sempre ao meu lado nos momentos mais duros e difíceis, proporcionando-me um exemplo de vida marcado por honestidade, persistência e a luta constante por seus objetivos, sem jamais abrir mão dos ideais de justiça social. Cada linha foi escrita pensando em você, mãe. Jamais poderei agradecer por todo amor e ajuda oferecidos a mim. que me oferece. Tudo que amo em mim, na verdade, é o que tenho em comum com você. Obrigada mãe, EU TE AMO!

Ao meu pai Luís Gonzaga Viana (*in memoriam*), o qual, que mesmo reproduzindo o sistema patriarcal e machista, cujas ações marcaram minha vida, foi capaz de me ensinar valores inestimáveis como a honestidade e a humildade.

Assim como muitos que, ao chegarem a Imperatriz, sentiram-se acolhidos, esta piauiense também sentiu o mesmo, o acolhimento e aconchego que me permitiram suportar a saudade de casa e da minha família. Ao deixar minha cidade natal em busca de novas oportunidades escutei a frase: “Imperatriz é a terra da pistolagem!”. Contudo, meu coração pulsava mais forte ao dizer que eu encontraria neste lugar as chances de concretizar meus sonhos. Gratidão a essa cidade por receber os inúmeros “filhos forasteiros” chegados e aconchegados por aqui!

LISTA DE SIGLAS

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
AFIM – Articulação Feminista de Imperatriz
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CODEVIM – Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher
CPCDDHPJ – Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Pe. Josimo
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DPE/MA – Defensoria Pública do Estado do Maranhão
ETAR – Escola Técnica Amaral Raposo
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão
FEJMA – Fórum Estadual de Juventude do Maranhão
FMITZ – Fórum Municipal de Imperatriz
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEUFMA – Núcleo de Estudantes da Universidade Federal do Maranhão
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAISM – Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PMPM – Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
PL – Projeto de Lei
PT – Partido dos Trabalhadores
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UBM – União Brasileira de Mulheres – Seção Maranhão
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
a) Procedimentos metodológicos	10
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO FEMINISTA.....	20
CAPÍTULO 2: AS CAETANAS E SUAS LUTAS NO MARANHÃO	39
2.1 O Fórum Estadual de Mulheres.....	41
2.2 O Fórum Municipal de Imperatriz-MA.....	47
CAPÍTULO 3: A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA “CAPITAL DO SUDOESTE MARANHENSE”	57
CAPÍTULO 4: MOVIMENTO DE MULHERES E MOVIMENTO FEMINISTA	68
4.1 O movimento de mulheres e o catolicismo: a trajetória político-religiosa de Formiga.....	69
4.1.1 A vida de Conceição Formiga.....	69
4.1.2 O Clube de Mães.....	70
4.1.3 “Dez vezes candidata”: uma mulher na política!.....	75
4.2 O feminismo e os movimentos sociais: a militância de Conceição Amorim.....	81
4.2.1 A trajetória de Amorim.....	81
4.2.2 As lutas sociais.....	87
4.3 O feminismo na academia: as articulações da AFIM	101
4.4 Conquistas dos movimentos feministas na organização da rede de políticas públicas para mulheres em Imperatriz-MA.....	118
CONSIDERAÇÕES: existentes, resistentes e re-existent!.....	127
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE	142

INTRODUÇÃO

[...] falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, [...] é assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos; é acreditar que essa condição, perpetuada em dimensão universal, deva ser transformada radicalmente; é solidarizar-se com todas as mulheres que desafiaram os poderes solidamente organizados, assumindo as duras consequências que esta atitude acarretou em cada época (TELES, 2003)¹.

Esta pesquisa se debruça em compreender as redes de sociabilidade de mulheres, identificando-as como protagonistas que articularam seus conhecimentos e práticas, verificando o resultado das ações dos movimentos na criação e desenvolvimento da rede de políticas públicas na cidade de Imperatriz-MA. Os mecanismos e processos orientadores da organização das distintas perspectivas do movimento feminista, ou dos movimentos feministas, como preferimos abordar, serão discutidos considerando-se os efeitos e ressonâncias sociais.

O interesse pela temática surgiu muito cedo, quando realizei as primeiras leituras sobre as desigualdades produzidas com base no gênero. Fui criada dentro de uma sociedade “machista”, patriarcal, preconceituosa, em um município do interior do Piauí. Piripiri², minha cidade natal, tem atualmente com 63.829 mil habitantes (IBGE, 2021). Vi minha mãe ter sua autonomia e independência financeira questionada diversas vezes por meu pai e sofrer, nessa conjuntura, violência doméstica e aquele tipo de violência diminuía sua força porque ocorria dentro de casa, no lugar que deveria ser abrigo. Muitas dessas cenas eram atravessadas pelo enfrentamento cotidiano de minha mãe frente às limitações impostas por meio do seu casamento e das convenções sociais que a amarravam.

Meu pai era um homem analfabeto, fruto da ausência de oportunidades à educação formal. Criado no interior da cidade de Cocal da Estação-PI, trabalhou como dono de bar por algum tempo. Falava “alto e grosso” impunha medo e dizia que esposa devia obediência ao marido; para ele: “lugar de mulher era a casa”, ou seja, o ambiente doméstico era um tipo de prisão, um limitador da realidade.

¹Maria Amélia de Almeida Teles. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

²O município está localizado a 165 km da capital Teresina, na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, tendo limites com os municípios de Batalha e Brasileira ao norte; ao sul, com Capitão de Campos e Pedro II; a oeste, com Barras e Boa Hora; e a leste, com Domingos Mourão, Pedro II e Lagoa de São Francisco. Banhado pelo açude Caldeirão, a agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho (AGUIAR; GOMES, 2004).

Minha mãe sempre gostou de estudar e saiu da zona rural para trabalhar como doméstica na cidade em troca de moradia e comida desafiando o sistema vigente e sendo também consumida por ele. Concluiu o ensino médio especializado em magistério e lecionou durante algum tempo na rede estadual de ensino básico. Depois, abandonando o magistério para trabalhar como revendedora de cosméticos e de roupas, tornando-se uma “sacoleira”, como esse ofício é chamado em cidades pequenas.

Recordo-me de vários episódios de cunho machista, os quais, como criança, não compreendia o sentido. Certa vez, aos quatro anos de idade, ao subir em uma cerca de arame, sofri um corte profundo e extenso na parte esquerda do glúteo e lembro-me do meu pai dizendo à minha mãe que não me levasse ao hospital para me suturar, pois o receio do meu pai não era com a perda do sangue, ou se a profundidade do corte poderia atrapalhar minha marcha ou comprometer minha saúde, a preocupação dele era se o médico me veria sem roupa.

Naquele sistema insano, a hierarquia de gênero organizava a estrutura familiar e, por conseguinte, a sociedade também. Era uma lógica perversa que não permitia que mulheres fossem atendidas por médicos homens e restringia o acesso delas à universidade, principalmente de medicina. Essas restrições de cunho moral eram de tamanha perversidade por que punha a minha saúde e a de diversas mulheres em risco, a mim impôs a convivência com a minha “cicatriz do machismo”, denominei assim por causa da história que a manteve em mim e que traz muitos significados para minha vida.

Quando eu tinha cinco anos, meus pais se separaram e lembro-me com exatidão do dia em que ele saiu de casa, era 29 de junho do ano de 1992. Antes de partir, ele fizera uma fogueira em alusão ao dia de São Pedro, pedindo a mim para apanhar suas roupas, as quais secavam ao sol e as depositasse em uma caixa de papelão, enquanto organizava os pedaços de lenha na frente da nossa residência. Na minha mente, o fogo simbolizava o fim de todas as angústias, tristezas, ciúmes e brigas vivenciadas em nosso lar.

Não tenho a intenção de julgar ou condenar meu pai por seus atos e ações passadas, mas também não quero isentá-lo de responsabilização, pois, preciso apontar que ele foi forjado nessa estrutura patriarcal e reproduzia comportamentos advindos do machismo, a qual colocava a mulher em posição de subordinação, submissão, subalternidade e inferioridade diante dele, mostrando assim, como suas ações marcaram profundamente a minha vida.

Com o tempo, eu presenciei minha mãe saindo do ciclo de violência, previamente imposto pelo modelo de casamento no qual ela vivia e isso só aconteceu após a separação. Meus pais foram casados no civil e não tiveram casamento religioso, embora fossem católicos – um

exemplo claro da fé em suas vidas se traduz no meu nome como promessa religiosa com a padroeira da cidade, após terem acreditado na minha morte ainda no ventre da minha mãe. Por conta disso não fui batizada, quando criança, pois, a igreja católica da minha cidade impunha restrições aos casais que não haviam passado pelo matrimônio religioso, o que me colocava diante das pessoas como uma criança pagã. Por minha própria vontade, busquei a catequese na igreja do meu bairro aos 17 anos para receber o sacramento do batismo, após ser rejeitada no seio religioso algumas vezes pela minha condição, um exemplo era a não permissão para receber a comunhão durante as missas.

Acompanhei, por várias ocasiões, a forma como as pessoas tratavam minha mãe por ser “desquitada³”. Era como se ela não tivesse valor social embora ela se esforçasse o tempo todo para mostrar à sociedade que trabalhava e sustentava os dois filhos, pois meu pai não se comprometia de forma significativa com o nosso sustento, sendo travadas diversas batalhas judiciais em busca da pensão alimentícia, culminando na prisão de meu pai, no dia do meu aniversário, por falta de pagamento da pensão alimentícia aos filhos e, a partir dessa prisão, ele dizia que jamais perdoaria a minha mãe por tal fato.

Cresci distante do meu pai desde a sua mudança, em meados dos anos 2000, para a cidade do Rio de Janeiro, em busca de trabalho. Lá ele conseguiu estabelecer moradia e se fixar formalmente no ramo da construção civil sem, contudo, casar-se novamente bem como não teve outros filhos. As pessoas nos diziam sobre minha mãe ser o amor da vida dele, porém com o orgulho e o machismo impossibilitando-os de conviver harmoniosamente.

Hoje, aos 35 anos, vivo em uma sociedade, insistente em perguntar às mulheres quando se casarão e gerarão filhos, como se fosse essa a receita para a felicidade e se disso dependessem os requisitos para sermos aceitas socialmente. Ser independente, estudiosa, solteira e feliz com essa condição inseriu-me fora da curva, fora de uma normalidade socialmente imposta às mulheres. O fato de eu não me adequar, em pleno século XXI, ao que se deseja de uma mulher fez com que até questionassem minha orientação sexual, achando-me estranha, pois não compreendem todas as minhas agruras com relacionamentos passados, especulando, inclusive, sobre a minha fertilidade, etc. É um caldeirão de indagações e julgamentos advindos de uma sociedade imersa no preconceito intrincado no patriarcado.

³ O desquite foi instituído no ano de 1942, a partir do artigo 315, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 e era uma modalidade de separação do casal e de seus bens materiais, sem romper o vínculo conjugal, o que impedia novos casamentos. Assim, o desquite rompia a sociedade conjugal, pondo fim aos deveres de coabitação e de fidelidade recíproca e ao regime de bens, mas mantinha incólume o vínculo matrimonial. O termo desquite significava não quites, em débito para com a sociedade – remete ao rompimento conjugal em uma época em que o casamento era perpétuo e indissolúvel (SANTANA; RIOS; MENEZES, 2017).

Ao trabalhar com o relato de minha experiência pessoal, intenciono demonstrar o fato de o patriarcado ser uma estrutura com seus sistemas e dinâmicas cujos sentidos e efeitos sobre nossos corpos e subjetividades têm largo alcance. Ao ouvir algumas das histórias compartilhadas comigo pelas interlocutoras dessa pesquisa, visualizei as mesmas opressões e violências pelas quais passei e passo como mulher. As experiências compartilhadas vêm da mesma estrutura sistêmica com sua dinamicidade na esfera social, e cabe a nós analisar e compreender os efeitos sobre corpos e subjetividades distintas.

Nessa jornada, destaco ainda a relevância do meu percurso ético-político-social advindo da minha formação em Psicologia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), como contribuição para a construção desse trabalho. Essa formação despertou-me para os desafios existentes nos panoramas sociopolítico-culturais e históricos, estando, dessa forma, minha trajetória acadêmica e profissional implicada com contextos sociais de vulnerabilidades existentes nos territórios e nas políticas públicas.

Mesmo na formação em Psicologia, meus caminhos atravessavam o compromisso social da profissão, imbricado à Psicologia da Libertação de Ignacio Martín Baró⁴ e à Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane⁵, cuja aproximação a outras áreas como a Sociologia, Antropologia e Filosofia pontuavam os saberes interdisciplinares contribuindo para análises complexas e aprofundadas dos fenômenos sociais e de suas especificidades.

Assim, minha trajetória acadêmica e profissional, atuando como psicóloga e docente, está intimamente vinculada à experiência como militante feminista e socialista. Tentei, ao longo de toda minha formação universitária, fugir de dogmatismos e “verdades absolutas”, transformando meu engajamento político em uma fonte de inquietação e questionamentos direcionada ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais. A atuação como professora, embora fosse profissional, sempre foi influenciada pela atuação militante e vice-versa.

Todo trabalho de pesquisa leva consigo um trecho, ou uma pequena história a ser contada, envolvendo o interesse de sua autora com o objeto de estudo. Apesar da distância

⁴ A Psicologia da Libertação de Ignacio Martín Baró se propõe comprometida com os sofrimentos, lutas e aspirações das maiorias populares, partindo da própria realidade social para a compreensão e transformação da realidade social dos povos latino-americanos (LIMA MELO *et al*, 2015).

⁵ A profa. Sílvia Tatiana Maurer Lane trabalhou para produzir uma Psicologia Social que reconhecesse o caráter histórico dos fenômenos sociais e humanos e a pessoa como sujeito ativo e histórico. As afirmações de uma psicologia comprometida com as realidades brasileiras e latino-americanas, conhecedora dessa realidade, contribuiu para a construção de instrumental teórico-prático para sua transformação na direção de uma sociedade justa e igualitária e uma psicologia com compromisso social (BOCK *et al*, 2007).

temporal, existente entre mim e os primeiros grupos feministas insurgentes, há uma significativa identidade com este movimento e suas ideologias.

Nasci em 1987, ano de efervescências alardeadas por lutas feministas, pela consolidação da redemocratização do país, pela iminência da promulgação da Constituição Federal cidadã de 1988, bem como o momento no qual eclodiam as primeiras eleições diretas no país. Um período de ebulição política, embora não vivenciada diretamente por mim, fez parte da história de muitas mulheres e da minha também, por conseguinte e, mesmo não tendo atuado tão de perto, a minha geração está intimamente relacionada a este movimento.

São inúmeras as relações com as mudanças advindas da redemocratização, desde a forma diferenciada com que fomos educadas pelos nossos pais, o acesso à educação universitária, a liberdade de podermos escolher nossos caminhos profissionais, ou pessoais, nos quais muitas destas conquistas se devem ao movimento feminista, sendo também visível que nem todas as mulheres têm acesso de forma igualitária a estes direitos, sobretudo as mulheres pobres e de cor, podendo ser demonstrado, dessa forma, a contínua necessidade de mudanças e que ainda há muito para avançar e, a partir dessas percepções da realidade enfrentada, ocorre meu interesse pelos estudos sobre tais assuntos e a aproximação com o movimento feminista.

O feminismo desponta como um movimento social com o objetivo de equiparar os sexos relativamente ao exercício dos direitos políticos e civil (OLIVEIRA, 1996). É “[...] a denúncia e luta contra as práticas sexistas [...]” (PINTASSILGO, 2001, p. 12). O trabalho das mulheres e das feministas continua focado na localização do poder em bases de gênero. As questões de poder e as relações de gênero dão formato às facetas da vida. Isso porque são justamente as relações de poder que estabelecem a divisão social do trabalho (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Desse modo, o estudo do Movimento Feminista, partindo da dinâmica dos movimentos sociais, é uma forma de utilizar-se dos parâmetros sociológicos para fazer emergir análises anteriores sobre os papéis e as funções sociais da mulher. Se por um lado o feminismo se comporta como um agente de resistência feminina dentro dos movimentos sociais, as novas perspectivas, a exemplo do decolonialismo (GONZÁLEZ, 2020), vêm para favorecer uma performance mais centrada e dialogar sobre os campos neutralizadores de uma tendência colonialista (normáscula, branca, androcêntrica), na qual provoca na mulher uma característica alheia e inferior aos costumes e padrões sociais principalmente a partir de alguns marcadores.

Para tanto, o presente estudo abrange essa dinâmica de análises sobre sua existência e como se organiza os movimentos de mulheres – feminista ou não – no contexto presencial e na região e locais onde acontece tais movimentos. No capítulo I, procura-se traçar um panorama

do movimento feminista com o objetivo de contextualizar nossa análise brasileira às questões mais gerais, no campo das discussões sobre feminismos. Adiante, torna-se necessária as explanações sobre o surgimento das discussões sobre gênero no território maranhense, com o capítulo II “As Caetanas e suas Lutas no Maranhão”. A seguir, no capítulo III, caracterizamos o lugar da pesquisa, a cidade de Imperatriz-MA, situada na fronteira das regiões norte e nordeste, extremando geograficamente com o estado Tocantins, marcada por violências, conservadorismo e conflitos agrários. No capítulo IV, desvendamos nosso campo por meio das articulações e movimentações de nossas interlocutoras, com pautas diversas, atravessadas por espaços como a igreja católica, contado no subcapítulo 4.1 “O movimento de mulheres e o catolicismo: a trajetória político-religiosa de Conceição Formiga”; os movimentos sociais e sindicais aparecem no subcapítulo 4.2 “O feminismo e os movimentos sociais: a militância de Conceição Amorim” e o contexto acadêmico, no subcapítulo 4.3, que traduz as articulações feministas da AFIM, que contribuem para a análise e caracterização das lutas femininas locais, aprofundando em esferas específicas sobre o movimento de mulheres e feministas existente em Imperatriz. No subtópico 4.4, lançamos discussões sobre o resultado dessas ações dos movimentos de mulheres e feministas nas políticas públicas e na construção e desenvolvimento da rede de direitos das mulheres na cidade. Por fim, as considerações: existentes, resistentes e re-existent sinalizam reflexões sobre os feminismos encontrados por aqui e os caminhos a serem percorridos, os desafios traçados e as lutas pela frente.

a) Procedimentos metodológicos

Como procedimento metodológico, a revisão bibliográfica tornou-se imprescindível para a construção da pesquisa. Assim, Amaral (2007) explicita que é importante, portanto, antes de todo e qualquer trabalho científico, fazer uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre o tema em questão e não começar a coleta de dados sem antes ter feito a revisão de literatura. Para tanto, a pesquisa bibliográfica deve possuir os seguintes objetivos: fazer um histórico sobre o tema, buscar atualizações sobre a temática, encontrar respostas aos problemas formulados, levantar contradições sobre o tema e evitar repetição de trabalhos já realizados.

A abordagem qualitativa, relativa ao levantamento e coleta de dados, direciona-se à análise da constituição do movimento feminista em Imperatriz, cidade de médio porte, polo econômico regional, localizada na região sul-maranhense na fronteira das regiões Norte e Nordeste, espaços marcados em suas histórias por conflitos agrários e lutas pela terra

(FRANKLIN, 2014), emigração de homens para o garimpo no estado do Pará, a exemplo de Serra Pelada, para extração de ouro (FRANKLIN, 2008; CARVALHO MARTINS, 2012; e SANTOS, 2016), violência urbana com alto índice de crimes de pistolagem (TEIXEIRA, 2016), abandono paterno e como consequência a presença massiva de mulheres como chefes de família, reflexo de um panorama nacional, e o marcante papel conservador, identificado no trabalho em contraposição ao aborto, da Igreja Católica neste território, uma vez que muitos ajuntamentos de mulheres na cidade partem da Igreja católica. Dados do IBGE (2021) reverberam essa afirmativa ao apontar um grande número de católicos e protestantes (cristãos) predominantes em Imperatriz.

Em um território extremamente violento, marcado pela pistolagem e machismo, a atuação do padre Josimo Moraes Tavares é uma reação a este parâmetro, assim como o movimento de mulheres ocorre como reação ao patriarcado local disseminado. Considerado possuidor de ideias progressistas e então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Araguaia - Tocantins, Padre Josimo, chamado pelos agricultores de “padre negro de sandálias surradas”, assassinado por fazendeiros contrários ao seu trabalho com as famílias da região do Bico do Papagaio⁶ no Estado do Tocantins, se tornou um dos maiores mártires da luta pela terra no Brasil (FERREIRA, 2020).

As análises consideram ainda o método de História Oral a qual, conforme Alberti (2005) é compreendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) privilegiando a realização de entrevistas com pessoas participantes, ou testemunhas, de acontecimentos e conjunturas, como forma de se aproximar do objeto de estudo, tratando-se, portanto, de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, movimentos, dentre outros, à luz do depoimento de pessoas que deles participaram.

Pesquisar sobre a luta das mulheres por direitos humanos no “portal da Amazônia”, transconfigura-se numa tarefa árdua e complexa, tendo em vista os diversos atravessamentos e

⁶A região do Bico do Papagaio localiza-se na extremidade norte do Estado do Tocantins, situada entre os estados do Pará e do Maranhão, sendo banhada pelo Rio Araguaia e o Rio Tocantins, cuja característica de confluência, “bico”, conduziu ao seu nome. Essa microrregião – composta por 25 municípios – caracteriza-se por ser um território com vulnerabilidades socioeconômicas significativas, onde a Microrregião apresentou um aumento exponencial na população rural, em uma época em que o Brasil e o Tocantins evidenciaram uma decadência de sua população rural (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2014). A Microrregião do Bico do Papagaio é identificada e reconhecida pela luta de seu povo pela terra, em prol de um espaço para produzir sem interferência do capital. Assim, “características como a resistência, as lutas pelo espaço da produção familiar e a manutenção do campesinato se tornam marcantes na região do Bico do Papagaio” (ALMEIDA, 2010, p. 37). Além disso, este espaço possui um perfil socioeconômico marcado por uma “população de origem rural, com baixos índices de escolaridade, alto crescimento vegetativo, baixos índices de capitalização” (ALMEIDA, 2010, op. Cit., p. 50). Durante muito tempo, este território carregou consigo um estigma de região isolada, mas, atualmente, a mesma perpassa por um período de mudança territorial em seu espaço geográfico, tendo em vista a instauração de diversos projetos Estaduais e Federais (ALMEIDA, 2010).

nuances de análise frente às histórias de vida. Portanto, interseccionar torna-se uma tarefa essencial para examinar o objeto de estudo por outro viés historiográfico, o qual considera as histórias invisibilizadas, bem como investiga os discursos e as relações de poder estabelecidos em uma rede de forças, que envolve lutas políticas, saberes insurretos, enlaçada a vivências significativas, as quais possuem potência e enorme capacidade de transformação de vidas. Afinal, são mulheres que no decorrer da história, em diferentes contextos, vivem e morrem lutando por seu espaço, direitos e dignidade, lutas que representam um constante devir e um importante papel social (LEMOS, *et. al*, 2021). Ademais, as reflexões em torno do feminismo, tornam-se o foco do presente estudo e se concentram nas perspectivas de autoras que tratam desse fenômeno, tais como em Simone de Beauvoir (1980), Heleieth Saffioti (1979), Gloria Anzaldúa (1987), Kimberlé Crenshaw (1989), Nancy Fraser (2007), Maria Lugones (2014), Ângela Davis (2019), Mary Ferreira (2014), Djamila Ribeiro (2018), Carla Akotirene (2018), Heloísa Buarque de Hollanda (2019), Audre Lorde (2019), Patrícia Hill Collins (2019), Lélia González (2020), bell hooks (2020), Silvia Federici (2021), as quais passam a colaborar com as análises em torno da dinâmica do feminismo, com algumas trazendo o viés interseccional.

Pretende-se, portanto, viabilizar discussões sobre o tema por meio desse estudo, buscando compreender, com o auxílio colaborações científicas, as conceitualizações atinentes às movimentações de mulheres no cenário local, algumas se declarando feministas, outras fugindo dessa classificação em decorrência do viés religioso, levando em conta as produções já existentes, cabendo aqui destacar que tais colaborações discorrem intimamente com os estudos sociológicos.

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, no campo de embates, desavenças e disputas, sendo, por isso, por vezes, inconclusa. Já a memória, traz invariavelmente para o centro de análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele devotar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado também vire presente (SCHWARCZ, 2019).

A análise em torno das trajetórias e histórias de vida permite uma redescoberta da utilização das fontes orais como elementos importantes na construção das pesquisas nas Ciências Sociais. Diante desse quadro, a presente pesquisa busca compreender as características e o desenvolvimento da utilização das trajetórias e histórias de vida como instrumento

metodológico nas pesquisas das Ciências Sociais, utilizando-se para isso das análises bibliográficas de teóricos da Sociologia para uma maior compreensão desse processo.

Histórias contadas e recontadas pelas literaturas tradicionais não se comparam com as narrativas registradas pelos pesquisadores das Ciências Sociais. A interação entre o indivíduo e a sociedade tende a se tornar mais próxima a partir do momento no qual todo um elo de conexões se amolda a esse binarismo. Seja na esfera cultural, política, ou econômica, todo mundo é conectado, desconectado, incluído e excluído pelas tensões e demais intempéries do mundo moderno, e todos esses fenômenos são observados pelas diversas ciências, as quais buscam exteriorizar aquilo que se encontra internalizado nos sujeitos: as histórias e trajetórias de vida.

As análises das trajetórias de vida perpassam o caminho metodológico da História Oral, originada de uma corrente historiográfica menos ortodoxa, que permite o uso das fontes orais como o principal instrumento e ferramenta para a construção de seus estudos. Esse método possui, como uma de suas finalidades, o estreitamento da relação entre o sujeito e sociedade, entendendo melhor como ocorre a construção da identidade cultural, social, política e econômica dos indivíduos, problematizando e refletindo sobre as diferentes interações existentes entre os sujeitos diante da realidade social na qual se situam. Assim, o método da História Oral:

[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p.155).

As trajetórias de vida estão conectadas com diversos campos do saber, que tentam de uma forma ou de outra relacionar as metodologias próprias para a construção dos seus objetos de estudo, entender os sujeitos sociais, partindo de uma análise sobre as suas memórias, lembranças, realidades e experiências.

Desse modo, a trajetória de vida pode ser colocada como uma técnica de pesquisa, que necessita ser mais bem compreendida, em torno de suas características, do modo como se constrói na pesquisa científica e da forma como as memórias podem e devem ser incorporadas diante do espaço científico. O pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma fonte oral. Para facilitar esse trabalho, orienta-se a transcrição das entrevistas. Estando na forma de texto, deve-se analisar a fonte oral como qualquer documento, fazendo perguntas e

verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema de pesquisa (SILVEIRA, 2007). O autor ainda destaca:

Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa. É estar preparado para compreender que nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. É escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuir o campo das dúvidas (SILVEIRA, 2007, p.41).

No momento de construção da pesquisa, ou melhor, das entrevistas, alguns fatores se tornam importantes para manter uma qualidade em torno da análise do discurso e do conteúdo proposto. O principal, dentre eles, seria manter uma boa comunicação frente às fontes orais, permitindo esse processo ser mais bem recepcionado, uma vez que os informantes das fontes orais passam a construir uma identidade perante o meio, os quais dialogam com os demais sujeitos componentes do mesmo ambiente e espaço social e, criando relações de vínculo e interação entre os diversos componentes do espaço, as lembranças e as memórias, podem amplificar os debates de como as construções sociais afetam a vida dos sujeitos e as suas trajetórias, fazendo com que a pesquisa não seja nivelada apenas pela análise do indivíduo em si, mas pela consciência dos acontecimentos e da história daquele entrevistado.

Nessa concepção, depreende-se o fato de as histórias de vida não falarem sozinhas, sendo necessário enquadrá-las no contexto dos seus desenvolvimentos, ou seja, avaliar todo um conjunto de significações formadoras da vida cotidiana. Assim, procura-se, por meio dos relatos, apreender o cotidiano das pessoas, ou suas opiniões sobre determinados aspectos desse cotidiano em suas vidas. Como um método de pesquisa sociológica, a história oral privilegia a possibilidade de realização de entrevistas com as protagonistas dos movimentos de mulheres surgidos no âmbito da Igreja Católica; provenientes do contexto político e militância sindicalista e de mulheres advindas do meio acadêmico da cidade de Imperatriz-MA, sendo entrevistadas quatro mulheres protagonistas destes movimentos.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas mulheres precursoras de movimentos feministas de Imperatriz-MA, sendo utilizados sem nomes reais na explanação sobre suas histórias de vida, a exemplo de Conceição de Maria Amorim, militante em questões envolvendo mulheres, políticas públicas e garantia de direitos. A entrevista, concedida presencialmente em sua residência, foi realizada em dois momentos: 27 e 29 de janeiro de 2021, com 2 horas de duração em cada dia. Já Maria da Conceição Medeiros Formiga, organiza movimentos de mulheres por

meio do Clube de mães. Já exerceu mandato de vereadora, cargo de Secretária da Mulher de Imperatriz (2009-2016) e é ativista religiosa com forte ligação com a Igreja Católica, direcionando suas ações a grupos de mulheres marginalizadas e idosos. A entrevista de Conceição Formiga ao grupo de estudos Território, Gênero e Desenvolvimento, com a presença dos professores Dra. Vanda Maria Leite Pantoja, do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e PPGS e Dr. Alexandre Zarate Maciel, do curso de Comunicação Social/Jornalismo, realizou-se nos dias 17/06/2021, 01/07/2021 e 08/07/2021, com duração de mais de 6 horas, através da Plataforma virtual *Google Meet*.

Foram entrevistadas ainda mulheres provenientes do cenário acadêmico, as quais se articulam em grupos e espaços universitários se apropriando de discussões em torno do universo feminista nas ruas: Elicléia Clarícia Dallo, cofundadora da AFIM, entrevistada no dia 6 de março de 2021; e Luciana Sousa Bastos, entrevistada no dia 27 de fevereiro de 2021. Todas as entrevistas foram realizadas via plataforma virtual *Google Meet*, em decorrência de restrições sociais impostas pelas autoridades de saúde, devido à pandemia de Covid-19 (Coronavirus Disease, 2019), SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus2), provocada pelo novo coronavírus.

As entrevistadas, com suas lembranças, representam verdadeiros arquivos vivos de suas ações ao longo do tempo, pautadas no trabalho e vivências com grupos de mulheres e no desenvolvimento de políticas públicas para mulheres na articulação entre sociedade civil e Estado. Dessa forma, buscamos compreender, por meio de diálogos com nossas interlocutoras, as origens do movimento de mulheres e feministas, as motivações que as levaram a realizar uma trajetória de militância feminista na cidade, as agendas e pautas dos movimentos, o cotidiano dessas ações, o público atingido e o resultado de tais ações.

Em fevereiro de 2022, recorreremos à uma entrevista com a Delegada da Mulher de Imperatriz, Alana Sousa Lima, com a finalidade de coletarmos dados estatísticos e informações qualitativas dos dispositivos de segurança pública de proteção à mulher e garantia de direitos.

As entrevistadas foram esclarecidas acerca da pesquisa e sobre a gravação das entrevistas, para ser possível suas transcrições para análises e discussões a serem incorporadas ao estudo. Na ocasião foi apresentado o TCLE⁷ assinado em momento oportuno.

⁷Termo de Consentimento Livre Esclarecido elaborado pelo pesquisador responsável é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar Res. CNS nº 466/2012 (CEP-AGEUFMA, 2021).

Durante a pesquisa, a questão epidemiológica aludida ao alto nível de infecção pelo SARS-CoV-2, agente etiológico da Covid-19, impôs-se durante o período de intervenção, à medida que as práticas, especialmente as pertencentes ao trabalho de campo, foram alteradas devido às necessidades de isolamento físico, recomendadas pelas autoridades sanitárias de saúde. Foram adotadas medidas de trabalho remoto, com a finalidade de evitar a disseminação e o contágio por este agente etiológico e a escolha por parte das entrevistadas pela modalidade *online*, de forma a evitar o contato social, consolidando o recomendado, com exceção de Conceição Amorim, a qual optou pela entrevista na forma presencial.

A pandemia foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, sendo a ausência de vacina e as possíveis negligências, por parte do governo federal brasileiro, em relação às ações de prevenção e ao combate à Covid-19, tornou desmedido o aumento do número de casos. Diversas medidas foram adotadas no Brasil, pelos governos estaduais, como por exemplo o isolamento físico, a fim de evitar a transmissão potencial da doença e diminuir a curva de disseminação do vírus. Assim, trabalhadores e estudantes foram orientados a realizar suas atividades em casa e autoridades públicas decretaram o fechamento de estabelecimentos comerciais e em alguns municípios e estados fecharam seus limites e divisas (MALTA *et al.*, 2020).

Este cenário pandêmico trouxe, ainda de forma comovente e dolorosa, a perda de uma figura feminista de grande importância para a cidade e história de Imperatriz, a professora Nice Rejane da Silva Oliveira⁸, falecida por complicações da Covid-19, em maio de 2021, a qual, certamente seria uma das entrevistadas, devido a sua relevante atuação em movimentos e articulações feministas da cidade. Logo, o contexto imposto pela pandemia contribuiu para a realização das entrevistas na modalidade remota em ambiente virtual, de forma a preservar a vida e a saúde de todos os envolvidos na pesquisa.

Diante da proposta metodológica da História Oral, nos deparamos com o dilema de como abarcar as diversas nuances que englobam estudar a história de vida destas mulheres representantes da expressão de uma grande pluralidade existencial?

Hill Collins e Bilge (2021) demonstram que a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, “a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação

⁸Professora de História na rede estadual de ensino de Imperatriz, negra, militante nas causas populares e feministas, morta em maio de 2021, por complicações da Covid-19.

sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, sendo uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (HILL COLLINS; BILGE, 2021, p.16-17).

Partindo disso, pensou-se a abordagem da Interseccionalidade manifestando um olhar problematizador frente à história oficial, bem como procurando por romper com universalismos, os quais expressam diversas formas de opressão ligadas a gênero, raça e classe. Nota-se, portanto, “um olhar crítico da interseccionalidade referente à dependência epistêmica europeia e norte-americana, mas que não exclui a possibilidade de uso e conexão destas epistemologias” (LEMOS, *et al.*, 2021, p. 70) provando nenhuma metodologia como suficiente para analisar todas as nuances de uma pesquisa, mas que representam um caminho, sendo possível a análise da complexidade do objeto e suas interseções (LEMOS, *et al.*, 2021).

A interseccionalidade, como campo de estudos, tem seu início a partir dos anos de 1970, em especial por parte de feministas negras, que passaram a dialogar sobre a opressão de gênero interligada com a dinâmica racial e como uma forma de permitir a unidade dos diferentes feminismos em prol de pautas identitárias no contexto estadunidense. Interseccionalismo seria a retirada de uma categorização das pautas feministas, a fim de quebrar ainda mais a reprodução de diferenças entre as próprias mulheres. Kimberlé Crenshaw foi uma das primeiras a utilizar tal termo e defini-lo, afirmando que:

[...] a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal. É útil a este respeito distinguir a interseccionalidade da perspectiva intimamente relacionada do antiessencialismo, de que as mulheres não-brancas têm comprometido o feminismo branco com a ausência de mulheres não-brancas, por um lado, e para falar de mulheres não-brancas, por outro. Uma interpretação desta crítica antiessencialista — que o feminismo essencializa a categoria mulher — deve muito à ideia pós-moderna de que as categorias que consideramos naturais ou meramente representativas são realmente socialmente construídas em uma economia linguística da diferença (CRENSHAW, 1993, apud CORREIA, 2017, p. 05).

Por conseguinte, a interseccionalidade busca trazer uma diminuição das interferências dos diferentes pensamentos feministas, a fim de promover a busca comum pela emancipação do processo de subordinação e dominação social. Isso se torna necessário para a possibilidade do bloqueio das vulnerabilidades sofridas por determinadas pautas, principalmente as de raça, a priori, pelo fato de as ‘mulheres de cor’, como coloca Crenshaw, serem tão vulneráveis e vitimadas como as ‘mulheres não-brancas’, mas também, como um fenômeno para identificar

as singularidades existentes nas agendas políticas, dialogando sobre eixos específicos e comuns a todos os seguimentos feministas.

A partir do momento em que se trata de um feminismo decolonial e ao mesmo tempo interseccional, procura-se falar sobre desgastes existentes no modo como as agendas feministas tentam conectar a violência dos estudos colonialistas, ou a negação dada por eles, aos fenômenos sociais de raça, classe e gênero, diante das mecânicas culturais, políticas e econômicas. O reconhecimento dessa violência, a problematização e a elaboração dos preceitos descoloniais e interseccionais são formas de compreender, com maior ênfase, a opressão e as desigualdades, as diferenças e os desafios perpetrados para com as mulheres em virtude de sua condição de gênero, de sexo e de ser social. Assim:

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir $\rightarrow$ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas "pela situação" (LUGONES, 2014, p. 04).

Observa-se, assim, a resistência promovida pelo feminismo decolonial reafirmando a dinâmica interseccional, provocando uma maior compreensão histórica dos sistemas de opressão feminina nas suas diferentes variantes, e permitindo uma transformação do social, a partir do momento em que o conhecimento, antes inoperante, sobre determinadas identidades passa a ser visibilizado, identificado e valorizado, de acordo com as subjetividades existentes no seu processo de construção.

Considera-se assim, as tendências interpostas de análise dos fenômenos decoloniais se encontram sujeitas em criar novos saberes sobre grupos, até então intocados pela ciência. Os negros, os indígenas e as mulheres passaram a ser contemplados com uma carga dinâmica de pesquisas, partindo da ideia de interseccionalidade dos saberes, mas também de racionalização do saber naquilo que era mitigado. A alteridade do 'Outro', como sujeito, permite a criação de novas dinâmicas de saberes sedimentadas por um sistema comum de menosprezo do subalterno, e as mulheres se encontram diante desse processo.

Pensar sobre o feminismo decolonial e refletir sobre uma proposta interseccional é algo totalmente relevante, tendo em vista o processo de dominação mantido pelo viés colonialista ter feito as identidades sociais mantidas pelas mulheres passarem a ser percebidas como um

estado de subordinação aos ditames masculinos, e também como um elo que permite a incorporação de novos significados para questões específicas.

Dessa maneira, os estudos culturais possuidores de marcadores feministas, principalmente no contexto da latino-america, debruçaram-se a estabelecer uma oposição à matriz de pensamentos oriundas de uma crítica ao centro e uma expansão dos estudos sobre a periferia. Esses estudos permitiram uma maximização das análises sobre interseccionalidade, sobretudo pelo fato de a multiplicidade de diferenças existente entre as mulheres passar a ser menos nítida, fazendo com que haja maior especificidade dos estudos sobre gênero:

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. (...) Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista (...). Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (DAVIS apud HENNING, 2015, p. 98-99).

Nessa perspectiva, observa-se a dinâmica interseccional permitindo a descoberta de novos pensamentos e análises feministas sob interesses e reflexões críticas e responsáveis com o estímulo para se vislumbrar o novo, ou o que até então era considerado invisível. A interseccionalidade surge, portanto, como um expoente no qual as mulheres passem a ser integradas a um diálogo comum em torno das condições de opressão e dominação que não se submetem, mas são ao mesmo tempo submetidas.

Entende-se, assim, que essa dinâmica de análises suscita os espaços de dominação provocando uma naturalização das desigualdades, a separação e a caracterização das identidades, e o próprio interseccionalismo passando a ter consequências dentro desse fenômeno, uma vez que as imbricações externas tendem a refletir no modo como as pautas feministas se relacionam e dialogam diante de uma perspectiva transversal.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

A construção social acerca do que implica ser mulher resulta em lutas constantes, frente às lógicas orientadas por um sistema patriarcal fundamentado no pressuposto de o homem estabelecer e conduzir predominantemente a vida social. Historicamente, é possível identificar a subordinação da mulher e a dominação masculina em diversos contextos como, por exemplo, o poder político, a autonomia decisória sobre o pessoal, incluindo aspectos da vida afetivo-sexual, o desempenho profissional, dentre outros. Esse processo de subordinação e dominação acarretou em diferentes formas de opressão e violação de direitos (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Os indivíduos oprimidos foram representados na historiografia e na literatura de várias maneiras, havendo sempre a prevalência das representações produzidas pela estrutura dominante. Afirmar a história das mulheres é essencial para a compreensão da história da sociedade, visto que é relacional e insere tudo o que engloba o ser humano, suas realizações, aspirações, seus parceiros, suas derrotas e construções.

Ao longo do tempo, foram significativas as transformações no movimento feminista, por meio de contextos políticos e ideológicos. As nuances correspondentes à trajetória das mulheres na história são tão remotas quanto à própria humanidade, ao tempo que a história do feminismo é mais recente. O movimento em defesa dos direitos das mulheres originou-se com o pensamento Iluminista, nos séculos XVIII e XIX, e está associado às Revoluções Americana e Francesa e ao surgimento das Ciências Humanas (MACÊDO, 2003).

É importante ressaltar o fato de o feminismo ser um conceito bastante flexível e complexo, abrangendo processos de transformações, rompimentos e resistências e, devido à grande diversidade de posicionamentos, muitas autoras utilizam o termo feminismos no plural, em oposto ao feminismo no singular. Utilizaremos a abordagem plural, pois acreditamos estar relacionada não apenas à apresentação das diferenças dentro dos feminismos, mas ao reconhecimento e à valorização de cada aspecto particular como uma grande riqueza para os vários movimentos. Os feminismos de cada época, em cada cultura, com as diversas estratégias de militância utilizadas e os vários seguimentos teóricos e sociais, foram importantes nas lutas a favor da igualdade de gêneros e da emancipação feminina (MOURA, 2018).

Constância Lima Duarte (2019) defende a compreensão do feminismo em um sentido amplo, ou seja, como todo gesto, ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a

discriminação da mulher, ou exija a ampliação dos seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual, ou de grupo. Em seu livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, inspirado em Mary Wollstonecraft, considerado como o texto fundante do feminismo brasileiro e primeira obra no Brasil voltada ao direito das mulheres à instrução e ao trabalho, Duarte (2019), citando Nísia Floresta (1932), também elenca as primeiras movimentações relativas ao direito básico da alfabetização, reservado apenas ao masculino e a exigir que as mulheres fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Conforme a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua situação inferiorizada (DUARTE, 2019).

Com a Revolução Francesa, em fins do século XVIII, o movimento feminista perpassa o século XIX e adentra as primeiras décadas do século XX, desde então, conformando-se feminismos vinculados às diferentes correntes político-ideológicas – liberal, cristã, socialista, anarquista – fazendo alusão ao sufrágio feminino, consistindo em movimentos dos séculos XIX e XX, os quais tinham a preocupação especialmente com o direito da mulher ao voto. O movimento sufragista era focado na extensão do direito ao voto às mulheres, disseminando-se por diversos países ocidentais e posteriormente passando a ser reconhecido como o principal acontecimento desta fase do feminismo.

Para Saffioti (1969), enquanto as mulheres da Europa defendiam a cidadania com totais direitos – educação, trabalho e voto, no Brasil a instrução da mulher não configurava uma preocupação social. No começo do século XX, o percentual de mulheres com acesso à educação e à instrução era bem pequeno, pois, naquele contexto, conforme o princípio de segregação sexual, tais direitos eram direcionados à parcela masculina da sociedade.

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres não brancas, pobres, sobretudo em países subdesenvolvidos, demonstram a segregação de gênero nas escolas, interditando a educação mista, cuja frequência de homens e mulheres ocorriam em dias, períodos, prédios separados ou alternados. O ideário de a educação de meninas e moças ser mais restrita em relação a de meninos e rapazes, em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe e o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior para as jovens brasileiras, afastavam as mulheres do contato com a educação (ROSEMBERG, 2013).

Nesse viés, Barion et al (2017) sinalizam que no século XIX a legislação previa escolas para meninas, entretanto, a população feminina era marginalizada no precário sistema escolar do Império, situação que se arrastava desde o período colonial. “[...] Nas camadas populares,

obviamente nem se cogitava da sua instrução, ao passo que, nas camadas superiores e média, elas recebiam em graus variados uma educação doméstica” (XAVIER, 1994, p. 75).

A maior parte da população feminina no Brasil era analfabeta e as poucas mulheres [brancas], que aprendiam a ler e escrever, vinham de classes abastadas, estudando em suas próprias casas, com suas preceptoras, professoras contratadas da Europa, as quais ensinavam, também, os ofícios domésticos, como bordar, ser mãe e uma boa dona de casa, reafirmando a restrição de acesso às mulheres, na sociedade brasileira do século XIX, dependendo dos marcadores sociais existentes em suas vidas, a exemplo da classe e raça, à educação formal ou à vida cultural e literária do país (BARION, *et al*, 2017).

Jota, Medeiros Neta e Medeiros (2020) expõem se notabilizar a contribuição de Nísia Floresta, como intelectual da educação, em seus escritos, quando defende que deveria existir na sociedade, nesse contexto, o respeito mútuo, nas questões em defesa dos direitos das mulheres, apresentando a sua visão de educação, na qual não poderia haver discriminação de sexo para se ter direito a educação de qualidade, defendendo também os direitos de escravos e indígenas. Nísia, demonstrando estar à frente do seu tempo, notavelmente declarava que:

Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (FLORESTA, 2019. p.42).

Louro (1997) cita as últimas décadas do século XIX apontarem para a necessidade de educação da mulher, aliando-se ao projeto de modernização da sociedade. Porém, o tipo de educação oferecido às mulheres sempre foi diferenciado e nesse processo, destaca-se as lutas e conquistas pelo acesso à educação de nível médio e superior e ao trabalho remunerado, o direito de votar e de ser votada, garantias interditadas às mulheres. A condição objetiva de exclusão das mulheres do campo do conhecimento, da formação e atuação profissional e da representação política, orientou a luta em prol da sua inserção na esfera pública e da igualdade de direitos e de oportunidades.

Acerca da história do Feminismo no Brasil, Céli Pinto faz uma divisão de seus relatos em quatro etapas: do final do século XIX até a década de 1930, época na qual as principais lutas eram em prol do sufrágio feminino; o ápice do regime da ditadura até o processo de redemocratização; o período do Constituinte; e as perspectivas novas abertas em meados da

década de 1990. Assim, “o feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular” (PINTO, 2003, p. 10).

Nesse sentido, o movimento feminista no Brasil acompanhava o movimento europeu, no que diz respeito à exigência de direitos políticos e trabalhistas no início do século XIX. As lutas destacadas pela autora, limitavam-se aos direitos políticos do voto.

Berta Lutz, uma das grandes pioneiras do movimento feminista no Brasil e filha do renomado cientista Adolfo Lutz, gozando de boa circulação entre a elite política e econômica, foi a principal liderança do movimento feminista do começo do século XX até a década de 1930, executando uma significativa liderança no decorrer da década de 1920, permanecendo vinculada às causas da mulher até sua morte, em avançada idade, em 1970 (ALVES, 2019; MARTINS, 2015). Bertha, tendo sido formada em Biologia pela Sorbonne, foi responsável por fundar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino⁹ e uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, sendo incansável em seus discursos, nas audiências com parlamentares e na redação de textos inflamados (DUARTE, 2019).

Duarte (2019) cita a década de 1920 como particularmente movimentada e marcada pelo surgimento de nomes vinculados a um movimento anarcofeminista, os quais propunham a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina e à ideia de voto para a mulher.

O processo de industrialização, juntamente com o surgimento de camadas operárias e médias, propiciou o aparecimento de uma cultura urbana que deu origem a formas novas de organização da sociedade. O direito ao voto foi conquistado no dia 24 de fevereiro de 1932, em meio à Revolução de 1930, cabendo mencionar, que as mulheres conquistavam o direito de escolher e não de serem escolhidas efetivamente, visto que, ainda na atualidade:

Para se chegar a uma câmara municipal ou dirigir uma prefeitura, um verdadeiro vestibular afunila as chances de uma mulher ser candidata. E o pior, neste “vestibular” os critérios de escolha não são baseados no mérito, mas sim na lógica da hierarquia partidária. Infelizmente a maioria dos partidos brasileiros herdou práticas sexistas e abrem espaço para as mulheres somente como “formiguinhas” que trabalham muito nas bases, mas raramente são aceitas como “companheiras de poder” na hora de decidir as candidaturas e a

⁹ Fundada por Bertha Lutz, a FPF, tornou-se uma das articulações principais de pressão política em prol do sufrágio.

ocupação de cargos públicos em que o partido esteja contemplado (ALVES, 2003, p. 11).

Para a Professora Doutora Céli Pinto (2003), a figura feminina de Bertha Lutz conseguiu reunir condições basilares, propiciando a figuração de seu nome como uma das feministas pioneiras no Brasil. A origem de família burguesa assegurava a Bertha condições econômicas favoráveis, pois, seus pais possuíam estudo e boas condições culturais, concedendo liberdade à filha e condições profissionais, por ser uma das raras mulheres que trabalhavam como cientista no serviço público, uma realidade distante das mulheres pobres, de cor, oriundas de comunidades tradicionais que não dispunham do mesmo arsenal sociopolítico privilegiado. Bertha Lutz lutou pela inserção da mulher como sujeita detentora de direitos políticos, porém, seus esforços não foram efetivados “como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, sem alterar a posição do homem. Diante disso, as mulheres ainda lutavam para serem incluídas como cidadãs” (PINTO, 2003, p. 14).

Deste modo, Miguel e Biroli (2014) destacam que questões referentes a diversidade de gênero, classe e raça não estiveram presentes no feminismo dos séculos XVIII e XIX, assim como, seria posteriormente levado em consideração que as escravizadas naquela época não estavam inseridas no coletivo falado pelas sufragistas. Lemos *et. al.* (2021), consideram ainda a utilização do plural como imprescindível aos aspectos interseccionais, diferentemente do singular que repassa a ideia de feminismo como movimento universal representando todas as mulheres, sem distinção.

Branca Moreira Alves (2019), ao estabelecer diferenças entre o sufragismo brasileiro e o norte americano, afirma que a prática política da sociedade norte-americana baseava-se numa tradição de participação ampla do indivíduo na comunidade desde a estruturação das treze colônias, buscando viver a experiência do autogoverno, enquanto:

A política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, nem pelo incentivo às atividades comunitárias. Herdeiros do absolutismo português e da estrutura familiar cristã-moura, os brasileiros constituíram uma sociedade cuja tradição foi o poder autoritário, seja em termos políticos, seja nas relações senhor-escravo, marido-mulher, pais-filhos. Dessa forma, as mulheres sofriam uma repressão e um cerceamento bem mais profundo do que aqueles vividos pelas americanas (ALVES, 2019, p. 62).

Essa discussão demonstra o caráter patriarcal-dominador, sempre presente na sociedade brasileira, até os tempos hodiernos, por meio da exclusão das mulheres na participação política,

as quais conquistaram direito ao voto apenas em 1932 e atualmente, embora tenham o direito ao voto, uma parcela mínima de mulheres ocupa os espaços de poder na política.

Nesse lapso temporal de 1940 a 1970, propõe-se que uma das mais conhecidas mulheres feministas tenha sido a francesa Simone de Beauvoir. A autora preocupou-se em explorar os dilemas existencialistas da liberdade, da responsabilidade social e da ação, tendo escrito no ano de 1949 o livro “O Segundo Sexo”, obra, na qual analisa a vida das mulheres na sociedade. Vinculada ao existencialismo¹⁰, ela defendia que as mulheres eram tidas como inferiores aos homens não por questões biológicas, mas por um aglomerado de normas e doutrinas culturais disfarçadas de determinismo biológico.

Nessa perspectiva, as mulheres eram marginalizadas e designadas ao espaço privado com a alegação de estarem predispostas biologicamente a determinadas atividades domésticas e à criação da prole e, por isso, não tinham a capacidade de executar tarefas de caráter intelectual, culminando com a hierarquia do masculino sobre o feminino, que era para as feministas desta primeira fase o obstáculo principal para as mulheres saírem desta situação de inferioridade (GRANADOS, 2006). Dessa maneira, os movimentos feministas iniciais, se caracterizam por uma luta pela igualdade, sobretudo pela igualdade de direitos, como o direito ao trabalho, ao voto, à educação, entre outros.

Simone de Beauvoir foi uma das referências para a história da concepção feminina do século XX. O trabalho de Beauvoir centralizava-se na concepção patriarcal de as mulheres não possuírem história e, em decorrência disso, como poderiam avançar nas conquistas do espaço público e sentir orgulho de si mesmas? Pode-se afirmar que sua obra serviu de suporte e alerta ao movimento feminista. Segundo Beauvoir (1989), não se nasce mulher, mas torna-se. Com base nesta posição, as militantes feministas na década de 1960 passaram a se fortalecer na sociedade. Os debates sexistas peculiares da esfera privada, nos quais o mundo doméstico era tido como o “verdadeiro” espaço da mulher, foram rompidos com a devida ocupação fora do lar, que algumas assumiram.

¹⁰ O **existencialismo** é uma corrente teórico-filosófica de pensamento que ganhou notoriedade no século XX a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo filósofo alemão **Martin Heidegger** e pelo filósofo francês **Jean-Paul Sartre**. Porém, as raízes dessa vertente filosófica encontram-se nos escritos do filósofo alemão Edmund Husserl e, mais profundamente, ainda no século XIX, no pensador dinamarquês Søren Kierkegaard. De acordo com Beaufret (1976, p. 57) citado por Ewald (2008), ao falarmos existencialismo, o que primeiro acentuamos é a palavra **existência** e esta palavra implica numa antiga contraposição expressa na palavra **essência**. *Essentia*, diz este autor, é a transposição direta, no plano nominal, do verbo *esse*: ser. A palavra existência está ligada ao termo *existere*, que significa sair, sair de um domínio, de uma casa, de um esconderijo; é, portanto, movimento para fora e por extensão, mostrar-se. O sentido de *ek-stase*, dado por Aristóteles, ainda segundo Beaufret, procura evidenciar que a mudança é existência, isto é, saída de um estado para outro.

O movimento feminista proporcionou a ampliação da reflexão acerca da opressão sofrida pelas mulheres, sobretudo referente às questões políticas, mostrando a influência dos fenômenos públicos afetando a vida pessoal do indivíduo, cujas decisões, vontades e desejos não ocorriam apenas pelo próprio mérito, sorte, ou condição, pois, a vida do sujeito até então era afetada também por fatores públicos.

No século XIX, os direitos das mulheres começaram a ser discutidos de maneira mais transparente, visto que muitas já faziam parte da força de trabalho adotada, ocupando o cenário industrial, sobretudo na indústria têxtil. Muitas estavam inseridas nas lutas trabalhistas, cobrando seus direitos como trabalhadoras, buscando condições de vida e de trabalho como formas para superação da subalternidade e das práticas de violação de direitos.

Na década de 1970, elencamos o fato de os movimentos feministas serem geridos por mulheres oriundas da “burguesia”. Pelo fato de as lutas feministas serem interclassistas, suas ideias favoreceram que se infiltrassem nos chamados “chãos de fábricas”. Souza Lobo (2021) em seu estudo “A classe operária tem dois sexos” denota a presença do feminismo nas lutas operárias e traz como reflexão a invisibilidade das mulheres no sindicato e os cerceamentos dos homens a presença das mulheres nas fábricas, destacando que:

Outro fator que teve influência sobre a sindicalização das trabalhadoras foi o surgimento, de um movimento social de mulheres. O termo “movimento social de mulheres” cobre um leque de movimentos sociais, desde os primeiros grupos de mulheres organizadas com base em reivindicações democráticas, como o movimento das mulheres pela anistia, passando por lutas pelas melhorias das condições de vida como o “movimento contra a carestia da vida”, o movimento de lutas pela obtenção de berçários e de creches, os grupos de mães, os movimentos de bairros que se desenvolvem nas periferias das grandes cidades e os grupos de mulheres organizados nas CEBs (Comunidades de Base implantadas pela Igreja Católica), até os grupos que a partir de 1975 colocaram o problema da igualdade de direitos entre homens e mulheres (Grupo Nós- mulheres, o Centro da mulher brasileira, SOS Mulher) e dos quais alguns evoluíram para a tomada de posição feminista (SOUZA-LOBO, 2021, p. 39).

Dessa forma, Souza-Lobo (2021) acentua que a proposta de unidade, no conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de identidade, a qual exclui a noção de diferença. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade da classe operária, surgindo, portanto, a necessidade da integração das lutas, onde o sindicato é visto como um espaço onde as mulheres são excluídas. Além das lutas de classes, em prol da emancipação da mulher, outras batalhas despontaram e colaboraram para os debates alusivos às lutas da mulher negra. Os resultados não aconteceram de uma vez, mas foram imbuídos de

muitos esforços de forma gradativa, caso mudasse o rumo da instância jurídica, social e política referente às mulheres.

Davis (2016) expõe as lutas pela libertação do povo negro, contra o linchamento de pessoas negras e ao abuso indiscriminado de mulheres negras nos Estados Unidos e às práticas e políticas segregacionistas, citando Mary Church Terrell, filha de um escravo, que lutava fervorosamente em prol da libertação coletiva de seu povo, e Ida B. Wells, nascida em família de ex-escravos, dedicou-se ao ativismo antirracista e desafiou a discriminação racial sofrida como passageira de um trem, que a levou a processar a empresa ferroviária na justiça.

bell hooks¹¹ (1981) discorre sobre as organizações das mulheres brancas voltarem sua atenção para pautas como a educação, a caridade, ou a formação de sociedades literárias, as quais não contemplavam as necessidades das mulheres negras, cuja preocupação se voltava para questões como a pobreza, o cuidar dos idosos e inválidos, ou a prostituição. Assim, os clubes de mulheres negras e as organizações eram potencialmente mais feministas e radicais na natureza que os clubes de mulheres brancas devido à diferença de circunstância criada pela opressão racista. Nesse viés, a autora dissecou:

As mulheres negras do século XIX estiveram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo feminino da sociedade americana tivesse estado. Não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada. O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. Para além disso, serviu como um tábulo que lembrava que o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres (HOOKS, 1981, p.116).

A autora complementa ainda, que dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica, explicitando o fato de inicialmente as mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora serem mais visíveis nos movimentos feministas que as negras de todas as classes, as quais, mesmo sendo minoria dentro do movimento, possuíam a voz da experiência, uma vez que conheciam melhor as dificuldades de gênero e os custos da resistência

¹¹ Sobre o nome de bell hooks ser empregado em letra minúscula: essa prática surge a partir de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. O presente texto respeita a escolha da autora.

à dominação de raça que suas companheiras com privilégio de classe, pois sabiam o significado de lutar para mudar a situação econômica de alguém (HOOKS, 2018).

Portanto, dentro do movimento feminista, “mulheres de origem privilegiada que jamais se envolveram em luta esquerdista por liberdade aprenderam as políticas concretas da luta de classe, confrontando desafios criados por mulheres negras, e também aprendendo habilidades assertivas e maneiras construtivas de lidar com o conflito” (HOOKS, 2018, p. 40).

No Brasil, Lélia González (2020) analisa o desenvolvimento dos movimentos sociais na segunda metade da década de 1970, implicados com a mobilização e participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e intervenção política mais direta, levando o movimento negro a desempenhar um papel relevante na luta antirracista em nosso país, sensibilizando, inclusive, os setores não negros e buscando mobilizar as diferentes comunidades afro-brasileiras para as discussões do racismo e suas práticas.

Logo, no movimento negro ocorre a aglutinação dos diálogos, além das fissuras da consciência política a respeito do racismo, bem como suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe. Nessa efervescência, González (2020, p.102) situa que “o movimento feminista ou de mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, esconde e oculta a questão racial, demonstrando um ‘ato falho’ com raízes históricas e culturais profundas”.

Em assonância ao exposto acima, González (2019) demonstra ainda que o lugar onde nos situamos determinará nossas interpretações sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, apontando o primeiro constituindo-se como a sintomática caracterizadora da “neurose cultural brasileira”, articulando-se com o segundo produzindo efeitos violentos sobre a mulher negra em particular e denuncia:

[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos e seus filhos, são objetos de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Que se veja também quem é a maioria da população carcerária deste país). Cabendo de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com a abolição e tudo em cima? (GONZÁLEZ, 2019, p.245).

Nessa conjuntura, Akotirene (2019) propõe a categoria da interseccionalidade, sugerindo a raça como geradora de subsídios de classe-gênero estando em um patamar de

igualdade analítica. Com isso, “permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p.36-38).

Partindo para outras movimentações, Buarque de Hollanda (2018) discorre sobre o Brasil ter conhecido a maioria das bandeiras feministas em meados de 1970, quando se confrontava com alguns dogmas da Igreja Católica. Mesmo assim, as iniciativas feministas conseguiam se articular com a Igreja e com o Partido Comunista, cuja parceria fora importante na luta contra o regime militar. A igreja, por sua aversão ao aborto e à liberdade sexual, e o Partido Comunista, por sua insistência na luta mais ampla na qual não cabiam as demandas singularizadas feministas. Demonstrando, por conseguinte, que as mobilizações de classe se sobrepunham às pautas de gênero. Portanto, neste cenário, as alianças se constituíam, porém, os limites estavam postos, visto que a Igreja se posicionava contrária às pautas referentes às demandas reprodutivas e à liberdade sexual da mulher e para os partidos de esquerda, a questão predominante era classe e não gênero ou raça. No seio dos movimentos às esquerdas, o gênero era uma agenda secundária e o marcador racial era menos perceptível ainda, predominando sempre as questões ligadas à classe.

Nos anos sessenta e setenta do século XX, tendo como referência o Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década da Mulher (1976-1985), ambos idealizados e realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), ganham visibilidade movimentos referindo-se às ideias e ações relacionadas aos movimentos de libertação feminista e tinham como objetivo a luta pela igualdade social e legal para as mulheres (FRASER, 2007). Entretanto, destaque-se que, na década anterior, o ano de 1968, por sua vez, foi considerado como um marco de rebeldias e contestações, tendo em vista os distintos grupos os quais manifestaram seu descontentamento quanto aos clássicos arranjos sociais e políticos excludentes, desde sempre, das pautas caras aos movimentos feministas.

Nesse contexto o reaparecimento do movimento feminista atual se expressa de diversas maneiras, sejam elas escritas, faladas, dentro de grupos fechados ou em praça pública. Militantes acadêmicas feministas trouxeram para o interior das universidades o tema e disseminaram grande parte da construção intelectual. Apareceram, dessa forma, os estudos da mulher trazendo à tona questionamentos da sua individualidade ainda invisibilizada, a cuja existência fora quase negada e, portanto, precisaria eclodir, forçar as barreiras para, enfim, ocupar espaços, tornando-se efetiva, real, presente... Não era mais possível ocupar apenas o

mundo das ideias ou da idealização masculina, era necessário apoderar-se do vazio existencial que a falta do eu feminino trazia ao mundo físico e conceitual.

Escolhas fazem parte do construto social e também metodológico, assim, a fim de situar no tempo, no contexto social e no espaço, esta pesquisa trouxe algumas das perspectivas propostas por vários autores em torno da elucidação das Ondas do feminismo, sem desprezar a coexistência entre elas ou que tenham minimamente um caráter evolutivo.

A mulher lutava em prol do reconhecimento de sua peculiaridade, da especificidade de seu gênero e não apenas como um apêndice do homem, um oposto ao sexo masculino. Em vários sentidos, a Segunda Onda apareceu como uma espécie de *feedback* ao feminismo da Primeira Onda, que não reconhecia estas distinções e trazia novas reivindicações de direitos, deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Neste momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político” (PEDRO; SAPRIZA, 2006).

A compreensão acerca dessas palavras de ordem encontra-se na ideia de o “privado” ser um tipo de consequência do patriarcalismo na esfera particular, originando-se nas relações domésticas e familiares. Dessarte, há um importante deslocamento do lugar de fala do sujeito, situando-o no espaço privado, onde se iniciam todas as desigualdades (MARTINS, 2015).

E, embora já se pudesse encontrar intensa movimentação nos Estados Unidos e na Europa, desde o final da década de sessenta, a América Latina apresentou outras temporalidades. Neste período, grande parte dos países da América Latina vivia sob a égide de governos ditatoriais os quais, se não impediram completamente, certamente dificultaram reuniões e manifestações (PEDRO, 2010).

No mesmo período, mais especialmente na França e nos Estados Unidos, militantes exiladas participantes de organizações clandestinas ou mesmo as companheiras de militantes contaram os debates pioneiros acerca do corpo e da sexualidade. Os primeiros artigos sobre a desigualdade existente no mercado de trabalho entre mulheres e homens chegavam às páginas dos noticiários alternativos (DUARTE, 2003).

Nancy Fraser (2007) propôs a tese de a segunda onda do feminismo norte-americano ser dividida em três “fases”: a dos anos 1960, marcados pela efervescência dos “novos” movimentos sociais ampliando-se no “imaginário feminista” por meio da exposição pública dos aspectos da dominação masculina; a fase relativa a “política de identidades” incorporando-se a partir do arrefecimento tanto do vigor utópico da Nova Esquerda, quanto dos *insights* antieconomicistas de um “imaginário culturalista”, reinventando a política de reconhecimento; e, por último, o feminismo transnacionalizado, ocupando vários espaços de articulação política

no contexto globalizado. A autora “adverte” que a segunda fase teria sido especialmente desenvolvida pelos feminismos da América do Norte, e a terceira, pelos feminismos na Europa Ocidental.

Já no Brasil, a segunda Onda do feminismo desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XX, utilizando-se de pautas culturais e sociais relacionadas a inquietações da estratificação econômica-social de homens e mulheres (MARTINS, 2015). Na década de 1980, o processo de redemocratização iniciado no final dos anos 70 resultou na promulgação da Constituinte de 1988, fortalecendo o movimento feminista, cuja confluência a outros movimentos sociais, como a luta contra o racismo – contribuiu para sua consolidação e popularização à base da pirâmide, pois, antes disso, era disseminado apenas à classe média.

Alguns fatos marcaram a ação dos movimentos feministas frente ao Estado brasileiro. Em 1984, institui-se o Conselho Nacional da Condição da Mulher, cuja principal importância foi impulsionar a campanha para inclusão dos direitos da mulher na Carta Constitucional promulgada em 1988. Destacar esse momento é importante, pois inaugura uma ação profícua de feministas em vários cantos do Brasil, inclusive no Maranhão, pontuando ganhos transcritos na Constituição e as ações efetivadas em outros campos, incidindo sobre a Carta Magna os direitos das mulheres brasileiras. No final dos anos 70, exacerba-se a luta contra a violência.

Dessa luta emergiram as primeiras denúncias contra os “crimes da paixão”, assim denominados em virtude de serem praticados por maridos, ex-companheiros, namorados e amantes contra mulheres com as quais viviam algum tipo de relação amorosa. As mortes de Ângela Diniz, no Rio de Janeiro, e Marina Canto, no Maranhão – cometidas em estado de “forte comoção” e em “legítima defesa da honra” segundo os argumentos de seus assassinos – refletiam uma situação inaceitável para as mulheres e para as organizações feministas. Esses fatos contribuíram para desencadear a luta pela dignidade das mulheres com o argumento de que “Quem ama não mata”. Desta luta surgiram as primeiras ações pela criação das Delegacias especiais da mulher em todo Brasil (FERREIRA *et al*, 2016, p. 48).

Em 1990, uma importante luta do movimento feminista opôs-se à violência doméstica, consolidando-se com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A partir destes avanços, demandas relacionadas à sexualidade, ao corpo e à saúde da mulher são propagadas pelos movimentos feministas, contemplando grandes conquistas, principalmente na inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como nos direitos reprodutivos, consolidando-se na luta pela legalização do aborto (ALVES; ALVES, 2013).

Lucila Scavone (2008) refere-se ao posicionamento do feminismo no Brasil em meados da década de 1970, pois havia uma posição política sobre o aborto fundamentada no princípio

do direito individual. Eram demandas abertas por direitos da liberdade do eu feminino, do direito ao seu próprio corpo, fosse por meio do aborto ou pelo direito de ser. Inicialmente, as feministas costumavam minorar, embora sem saber, os direitos específicos das mulheres por fórmulas gerais, tais como: “direito de decidir pelo número de filhos desejados”, “direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo”, entre outras, a negociação também era feita entre as próprias feministas, pois no mesmo movimento havia mulheres ligadas aos partidos de esquerda ortodoxos que não aceitavam enfatizar a questão do aborto.

Tratar o aborto como direito social significa questionar as condições precárias em que ele é realizado no País, ao arriscar a saúde e a vida das mulheres. Em consonância com as preocupações das feministas brasileiras dos anos 1980, as feministas dos anos 1990 passaram a considerar a alta incidência de abortos clandestinos no País como um problema de saúde pública pela alta mortalidade que lhe estava associada, qualificando o de aborto inseguro (SCAVONE, 2008, p. 676-677).

Ao longo do tempo, o movimento feminista trouxe pautas e conquistas, como a legalização do aborto e o direito ao aborto nos casos de estupro e risco de vida da mulher e má formação do feto. Contraditoriamente a estas lutas, atualmente é possível acompanhar os debates e discussões em torno do Projeto de Lei 5435/2020¹² o qual restringe e viola os direitos das mulheres, especialmente no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, ao considerar o direito à vida desde a concepção, figurando entre um dos maiores retrocessos e ataques aos direitos das mulheres no Brasil.

Embora um processo que englobe ruptura de paradigma, revisão de conceitos e formas novas de pensar e agir, seja conflituoso e lento é indiscutível sua possibilidade de transformação na sociedade. Conquanto haja ideias, valores e conceitos, enraizados por séculos, em uma sociedade colonial e patriarcal que não desaparecem e não se desconstroem de uma hora para outra é justamente na luta ininterrupta e insistente dos movimentos feministas que tais mentalidades se esgaçam e se desgastam até deixarem de existir. Nesses trilhos, Nancy Fraser (2019) aponta que a segunda onda do feminismo trazia:

Um projeto político transformador, baseado no entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais

¹² Disfarçado de “Estatuto da Gestante”, o Projeto de Lei (PL) 5435/2020, não traz políticas públicas e outros mecanismos que garantam os direitos das mulheres grávidas. O PL pretende restringir e violar os direitos das mulheres no âmbito especialmente da saúde sexual e reprodutiva, ao considerar o “direito à vida desde a concepção”. Com essa mudança, o direito ao aborto legal no país seria considerado crime. No Brasil, o aborto é garantido por lei em casos de estupro, quando há risco de vida para a mãe, ou anencefalia do feto (ANDES, 2021).

avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, a hierarquia de status e a sujeição política. Para elas, o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, onde as lutas contra injustiças de gênero estão necessariamente ligadas às lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes – e todas elas exigem uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista (FRASER, 2019, p. 36).

Guimarães e Pedroza (2015) referem-se às grandes conquistas estabelecidas no mundo contemporâneo, bem como informam a impossibilidade de ser uma conquista mundial, pois em algumas nações, a cultura machista e patriarcal ainda impede a totalidade das conquistas da mulher, principalmente sua igualdade e a liberdade.

Inúmeras discussões cunhadas em torno da autonomia e da representatividade das mulheres no cenário das organizações políticas, bem como no mercado de trabalho, engendradas na defasagem entre os salários recebidos por homens e os recebidos por mulheres, demonstrando que os salários masculinos são, uniformemente, acima dos salários das mulheres embora exerçam as mesmas funções ou ocupem os mesmos cargos.

Denota-se, portanto, haver ainda muitos caminhos a serem desvendados, desbravados ou mesmo forçados em busca da igualdade entre os gêneros. Os preconceitos oriundos da tradição patriarcal encontram-se incorporados no imaginário da sociedade e no psiquismo dos indivíduos, procurando manter a mulher em amarras que hoje são frágeis para impedir seus avanços e coragem ante os desafios que se erigem a ela.

Vários fatores contribuem para a perpetuação de um modelo másculo hegemônico: pressões por parte das organizações contratantes, realizando cobranças para as mulheres não terem filhos ou não se casarem. Diversas mulheres ainda relatam a perda de oportunidades de promoções dentro da empresa pela mesma razão, configurando-se em uma tentativa de “masculinizar” a mulher que deseje alcançar carreiras cujo modelo de conduta não respeita a sua condição feminina.

É relevante citar o entendimento da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual os doze direitos das mulheres, conquista dos movimentos feministas, incluem: o direito à vida, à liberdade e à segurança social; direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; direito à liberdade de pensamento; direito à informação e à educação; direito à privacidade; direito à saúde e proteção; direito à constituir e planejar a sua família; direito à decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los; direito aos benefícios do progresso científico; direito à liberdade de reunião e participação política; direito a não serem submetidas a torturas, violências (física, sexual, moral, patrimonial e psicológica) e maus-tratos.

No panorama da luta de classes, Maria Amélia Teles (1999) pontuou em 1978, quando ocorreu o I Congresso da Mulher Metalúrgica no Sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, em que participaram cerca de 300 mulheres, que os salários deveriam ser iguais para trabalhos iguais, independentemente de gênero. A mesa diretora era composta apenas por homens, incluindo o ex-presidente Lula. O congresso sofreu bastante repressão por parte dos patrões, muitos demitiram várias participantes. Durante o evento as metalúrgicas levantaram as seguintes pautas:

salário igual para trabalho igual, contra trabalho noturno, por restaurantes coletivos, creches e berçários nas fábricas, melhor assistência médica, contra abuso de autoridade pela chefia, acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefia sem discriminação por sexo, por uma maior participação política e sindical, pela criação de departamento feminino nos sindicatos, direito a amamentação durante o período de trabalho (TELES, 1999, p.107-108).

Jacqueline Pitanguy (2019) descreveu o feminismo como adquirente da visibilidade como movimento político, mesmo durante a ditadura, questionando as relações de poder, as desigualdades e hierarquias definidoras da mulher como cidadã de segunda categoria. Organizado em coletivos informais, grupos de reflexão ou ainda em centros de estudos em universidades faziam articulação com outras forças sociais, militantes contra a ditadura, auxiliando que essas mulheres levassem suas agendas de direitos das mulheres a espaços diversos como sindicatos, associações profissionais, academia, imprensa.

Por outro lado:

A interlocução do movimento feminista com a Igreja católica, então um ator importante contra a violência do Estado, era difícil e complexa. Se por um lado havia o apoio católico em relação a questões ligadas à justiça social, por outro, havia barreira dogmática intransponível no tocante aos direitos e à saúde reprodutiva. O movimento feminista, com o slogan “Nosso corpo nos pertence”, defendia autonomia sexual e reprodutiva das mulheres. O direito ao aborto e mesmo o acesso a certos métodos contraceptivos, no entanto, contrariavam drasticamente a posição da igreja (PITANGUY, 2019, p. 82-83).

Destaca-se ainda a atuação do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM), criado em 1985, pelo governo federal, resultado de uma mobilização iniciada no mesmo período da Campanha das Diretas-Já e a forte pressão feita junto à Assembleia Constituinte resultou em grandes avanços.

Buarque de Hollanda (2019) situa entre os anos 1990-2000 uma nova fase do feminismo, na qual ampliam-se as pautas, questões e terrenos disciplinares por meio do ativismo jovem na internet e nas ruas, cuja força da mobilização disseminou-se por coletivos

de mulheres, discutindo o machismo no campo acadêmico. Da mesma forma, também no campo acadêmico multiplicaram-se os trabalhos, teses, pesquisas de várias áreas do conhecimento, vindo de pesquisadoras interessadas em questões de desconstrução das noções de gênero e da sexualidade, agregando a diversidade dos feminismos, discutindo de forma acirrada teorias decoloniais, *queer*, além da ideia de sexo biológico, duramente interpelada.

Dessa forma, a terceira onda feminista busca romper com o universalismo e apresenta conceitos e novas formas de verem-se as mulheres como pessoas diversas e necessitadas de demandas específicas. O maior recorte nesse cenário, com advento do movimento feminista negro e das mulheres lésbicas, mulheres trans, homens trans, é o nascimento de teorias e leituras feministas, sendo elas as que sofrem influências ancoradas nas ideias de Foucault, Lélia Gonzalez, Angela Davis.

Um importante movimento surgirá com força nesse contexto, sendo a propagação intensa do feminismo negro, difundido por Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, traduzido pelas exposições de Sojourner Truthem mostrando mulheres negras tomando consciência das demandas diferentes daquelas das mulheres brancas. Truthem uma Convenção das mulheres em Ohio, nos Estados Unidos, em 1852, proferiu:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, erguidas sobre valas e ter o melhor lugar em todo lugar. Ninguém me ajuda em carruagens, ou em poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou mulher? Olhe para mim! Olhe meu braço! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente (DAVIS, 2016, p.71).

Truth critica suas contemporâneas feministas por se concentrarem nas experiências vividas por mulheres brancas, cuja luta é extremamente diferente daquela militada por mulheres negras. São elas a base da pirâmide econômica, sua cor, seu cabelo, seu fazer... tudo é mais dolorido na labuta delas. Materializam-se nelas palavras presas no peito desde a escravidão. São dores centenárias e diferentes e, por isso mesmo, soam abafadas e amargas no contexto do feminismo de mulheres brancas. Dessa forma, era necessário reforçar o discurso: “entre negros há mulheres; entre mulheres, há negras”.

Nessa perspectiva, grandes nomes nesse movimento podem ser evidenciados como o da filósofa e militante do movimento das Panteras Negras, Angela Davis, que fará uma discussão em torno de classe, raça e gênero, e bell hooks, refletindo sobre as diferentes demandas de mulheres negras, bem como as de mulheres brancas ao escrever o livro influenciado pelas ideias de Truth, “Eu não sou uma mulher?”.

Adiante, Kimberlé Crenshaw é responsável por cunhar o termo “interseccionalidade”, e, em um ensaio de 2016, traça paralelos entre o sufrágio feminino e o movimento feminista moderno, observando: “Quando a teoria feminista e a política, que alegam refletir as experiências das mulheres e as aspirações das mulheres, não incluir ou falar com mulheres negras, estas devem perguntar: “Não somos mulheres?”

Existem ainda leituras pós-estruturalistas concentradas, sobretudo, na comunidade LGBT (mulheres lésbicas, homens gays, bissexuais, homens trans, mulheres trans), sendo importante o nome de Judith Butler com a teoria *Queer*. Segundo Butler (2015) o gênero é uma construção social, e a biologia também é uma construção social, entretanto, apesar de sua tese, Butler não nega a existência da natureza, mas compreende a biologia como um discurso traçado em uma determinada época com determinados interesses.

Assim, o discurso da biologia tenta conformar a ideia de gênero com a sexualidade (sexo biológico) e com o desejo sexual, de modo que toda saída desta normalidade seria configurada como “aberração”, daí o nome *Queer*, em sentido pejorativo. Disso, Butler além de questionar o gênero, passa a questionar esses discursos de normalidade e anormalidades, pensando em todos aqueles não encaixados nessa normalidade, sendo vistos e tratados como seres doentes e/ou anormais.

Quando falamos sobre o feminismo no Brasil, percebemos que, no século XVIII já era possível a sua identificação no país, principalmente, no tocante às mulheres cuja luta de sua missão foram os direitos humanos embasados no direito à cidadania. Mas, apenas no século seguinte, as manifestações apresentaram espaço aos movimentos feministas, desafiando assim, a ordem conservadora burguesa limitadora da mulher ao espaço privado, e, na mesma medida de sua exclusão no cenário público, privavam-na de seus direitos na condição de cidadã.

Já na década de 1990, Pinto (2003) assinala para a transformação do feminismo brasileiro, ao mesmo tempo em que, através das ONG's, a atuação do movimento se direciona para certas questões, como a da violência, saúde, racismo, movimento LGBTQIA+, evidenciando que o movimento feminista não se organiza com base em demandas específicas do Estado, mas em prol da transformação da condição da mulher na sociedade. Sendo assim, sua organização ocorre:

[...] para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da

obrigação e do desejo. Com isto, os movimentos feministas constituem um movimento sócio-cultural que propõe alterar as relações de gênero, fazendo com que suas reivindicações ganhem visibilidade e se transformem em questões sociais (PINTO, 1992, p. 132).

Buarque de Hollanda (2019) acentua que nos anos 1960-1990 ocorreu um avanço nos estudos feministas internacionais, voltando-se especialmente para uma abordagem em relação às questões das mulheres de classes mais pobres em contraposição ao feminismo “universal” tão frequente nos estudos europeus e norte-americanos.

Urge oportuno mencionar o movimento de mulheres trabalhadoras rurais – A Marcha das Margaridas¹³ – uma estratégia de mobilização realizada por um conjunto de movimentos de mulheres e que em 2007 teve como lema: Contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

Apesar de haver pluralidade e diversidade, a afirmação da identidade política de mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas reforça a ideia de um sujeito mulher universal ancorado por uma essência feminina. Por outro lado, afirmar essa identidade configura-se em uma estratégia importante para evidenciar as mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de direitos historicamente negados, os quais impedem o reconhecimento de sua própria existência como seres humanos. Suas práticas sociais, permeadas pelas relações de poder, revelam a atuação em rede e proporciona articulações locais e globais. Assim, Berenice Gomes da Silva (2008) esclarece que:

Ao questionar o Estado e os seus próprios movimentos, a Marcha das Margaridas rompe com estruturas sociais hierarquizadas e hegemonicamente masculinas e pauta um novo modelo de desenvolvimento do País. Assim, ao evidenciar que as desigualdades de gênero estão presentes em todas as relações sociais, a Marcha das Margaridas aponta para novas possibilidades de apreensão das teorias e estudos feministas (SILVA, 2008, p. 143).

Heloísa Buarque de Hollanda (2018) em sua Obra “Explosão Feminista” retrata um panorama do que seria a “quarta onda feminista”, examinando o contexto dos novos ativismos nas ruas e nas redes sociais virtuais (uso de hashtags), dos vários feminismos da diferença, do feminismo da poesia, nas artes, na música, no cinema, no teatro e na academia e cita Glória

¹³ Realizada em Brasília (DF) a cada três anos, a Marcha das Margaridas conta com a presença de mulheres oriundas de todas as regiões brasileiras, inclusive mulheres maranhenses. É retratada, portanto, como uma ação coletiva realizada por mulheres trabalhadoras rurais que constituem uma identidade política, a partir de problemas comuns ao meio rural brasileiro. Silva (2008) explana que a unidade feminina diz respeito à identidade política respaldada em uma pauta comum, porém, as diferenças acabam sendo reveladas pela diversidade e pluralidade das mulheres presentes na Marcha: agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas que formam um mosaico identitário (SILVA, 2008).

Anzaldúa: “É somente através de existirmos no modo da tradução, constante tradução, que teremos alguma chance de produzir um entendimento das mulheres ou, de fato, da sociedade”.

Por fim, mais recentemente, em seu manifesto por um feminismo anticapitalista, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) compreendem o Feminismo para os 99% com o objetivo de unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base, dotada de visão antirracista, ecossocialista, anticapitalista e protagonista da visão do nosso futuro. Em um contexto de escalada conservadora e autoritária, os movimentos feministas aparecem como forças capazes de se opor ao fechamento das democracias e lutar contra o fascismo, o sexismo e a misoginia.

Diante do exposto, compreende-se o movimento feminista no Brasil como detentor de diferentes realidades sociopolíticas, permitindo o seu impulsionamento de acordo com pautas plurais e regionais. No Estado do Maranhão, não foi diferente. Veremos a seguir como isso tende a refletir no modo da receptividade das pautas, agendas e discussões feministas e sua confluência no contexto maranhense.

CAPÍTULO 2 - AS CAETANAS E SUAS LUTAS NO MARANHÃO

As lutas de mulheres no Maranhão são marcadas pela contribuição da escritora Maria Firmina dos Reis¹⁴, autora de *Úrsula* assinada com o pseudônimo de “Uma maranhense” foi escrita em 1858. *Úrsula* é considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro de autoria feminina. Podemos dizer que a educação foi a forma encontrada para manifestação da visão crítica quanto à sociedade onde ela vivia, chegando a impressionar a comunidade com a fundação de uma escola mista. O currículo educacional dessa unidade de ensino transcendeu a formação das mulheres de seu tempo, dando relevância à reconstituição histórica do papel da mulher na sociedade do século XIX no Brasil. Passou a denunciar a condição inferiorizada a que mulheres e negros eram submetidos, demonstrando uma nova ótica no tratamento dado à questão de caracterização do africano sequestrado pelos colonizadores, em uma época de teorias de “superioridades raciais” e preconceito (CARVALHO; ALVES, 2015; ROSA, 2021). No contexto em que viveu, Maria Firmina dos Reis era considerada:

subversiva ou avançada, cabe compreender aqui Maria Firmina como uma mulher que viveu seu tempo, interpretou, percebendo as necessidades que havia em seu universo social. Pensava, talvez, pois, em buscar para os demais – seus alunos e alunas – uma realidade melhor do que aquela em que viveu. Realidade essa em que não haveria uma diferença ou um motivo para a separação de meninos e meninas nas escolas de primeiras letras, instância inicial do aprendizado social, ensinando-os a conviver, nas igualdades e diferenças, desde cedo (MENDES, 2014, p. 41).

No Maranhão, existiam poucas escolas dedicadas a instruir outras mulheres em meados de 1880, pois na instituição escolar, as disciplinas cursadas defendiam a visão de uma mulher educada formalmente, apenas o suficiente para tornar-se boa esposa e mãe, restringindo-se o ensino a comportamentos morais e prendas domésticas necessárias à manutenção do lar. Raramente, encontravam-se mulheres dispostas a tornarem-se escritoras, adentrando um meio em que sofriam preconceitos, pois, assumindo este ofício, estariam colocando em segundo plano o papel socialmente imposto a elas (MENDES, 2013).

¹⁴ A escritora Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825 e morreu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos em Guimarães-MA. Na certidão consta sua condição de “filha natural” de Leonor Felippa dos Reis e estando ausente do documento o nome do pai. Tornou-se conhecida através dos seus escritos como o conto *Gupeva* (1961) com temática indianista, o livro intitulado *Cantos à beira-mar* (1871), *A Escrava* (1887) e o *Hino à liberdade dos escravos* de 1888 (MENDES, 2013; CARVALHO; ALVES, 2015).

A escritora maranhense contribuiu significativamente com debates entre as minorias cujo discurso afrodescendente e feminino na literatura brasileira, mereceu uma visão ampliada da literatura. Além de possuir uma voz autêntica desconstrutora da pretensa superioridade do abolicionismo branco, masculino e hegemônico, a autora acrescentou importantes elementos discursivos de recuperação da memória afrodescendente a partir de uma perspectiva interna e nas reflexões da condição da identidade negra no país (ROSA, 2021).

A trajetória de lutas e resistências de Maria Firmina dos Reis contribuíram para as discussões e leituras dos apontamentos da origem e dimensão político-social do movimento feminista no espaço maranhense. A partir do cenário de Imperatriz-MA, vislumbra-se a compreensão de um campo empírico, pois a formação de um núcleo feminista na capital, influenciou no modo como o movimento se reconhece e se expande fora da metrópole, bem como se interioriza nos demais municípios do estado.

As tradicionais desigualdades regionais, a tão demarcada divisão entre norte e sul, tensionam todo o conhecimento produzido pelas feministas nordestinas e do Norte a permanecerem invisíveis. Nos últimos 20 anos, os estudos feministas produzidos no Norte e Nordeste do Brasil continuam sendo tratados a partir do que se produz no Sul, invisibilizando o que se produz por aqui (COSTA, 2007; FERREIRA, 2007).

Partindo disso, faz-se especialmente relevante levantar problematizações e reflexões acerca dos movimentos feministas locais a fim de se conhecer as realidades, singularidades, articulações e fazeres existentes nos territórios, apresentando suas especificidades, limitações e desafios retratados nestas histórias.

Propositadamente, o título deste capítulo se inspira e privilegia a trajetória e as contribuições de Mary Ferreira¹⁵ com seus estudos sobre o feminismo maranhense, tal como em sua dissertação *Caetanas Vão à Luta: a Trajetória do Movimento Feminista no Maranhão Face às Políticas Públicas* (1999) que resultou no livro publicado em 2007 “*As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão*”, gerado a partir dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA – Campus São Luís-MA. Reforçando as análises regionais, adensa-se a obra *Conhecimento feminista e Relações de*

¹⁵ Professora do Departamento de Biblioteconomia da UFMA/São Luís, doutora em Sociologia (UNESP), mestre em Políticas Públicas (UFMA). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas, Mulher, cidadania e relações de gênero que agrega pesquisadoras de várias Universidades maranhenses. Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Atuante no movimento feminista, articulando ações entre sociedade civil e Estado. É autora de livros e artigos publicados no cenário nacional e internacional que versam sobre gênero, poder e políticas públicas.

gênero no Norte e Nordeste brasileiro (2012) sobre o desenvolvimento do espectro feminista em território maranhense.

Ferreira (2014) explicita a ação do feminismo no Norte e Nordeste teve suas ressonâncias através de vários grupos, entre os quais “Ação Mulher”, que surgiu em Recife em 1978 “como um grupo de reflexão e autoconsciência¹⁶”.

Estes grupos de reflexão/autoconscientização, segundo Buarque de Hollanda (2019), iniciam por volta de 1960-1970 e são citados pelas ativistas como um marco, um momento de reconhecimento estratégico. Eram discutidas as questões relativas à condição das mulheres nestes encontros além de questões profissionais, domésticas, políticas e lidos os textos trazidos por feministas recém-chegadas de exílios ou temporadas em países estrangeiros.

Outro grupo criado nessa perspectiva foi o Centro da Mulher de João Pessoa, em 1979 passando a ser denominado Grupo feminista Maria Mulher ao assumir uma identidade feminista propriamente dita. Em 1980, iniciou-se em São Luís o Grupo de Mulheres da Ilha, em um momento histórico do Maranhão, pois se vivia a utopia da união das esquerdas por meio do movimento Oposição pra Valer (FERREIRA, 2014).

A história desses Grupos traduz um lado da história das lutas libertárias no Brasil ainda pouco evidenciado nas pesquisas nesse campo. A ausência de estudos que recuperem a dimensão desses grupos e/ou a ação das feministas do Norte e Nordeste no processo de reconhecimento da identidade e cidadania das brasileiras, nas articulações e implementação de políticas públicas, levou a autora e feminista Mary Ferreira a desenvolver publicações no qual retrata parte de uma história protagonizada por mulheres maranhenses e de outros estados, brancas e negras possibilitando ao Grupo de Mulheres da Ilha ser a vanguarda desse movimento em momento histórico ludovicense.

No Maranhão, o movimento feminista se organiza com o grupo Mulheres da Ilha, constituído de professoras universitárias, educadoras populares, profissionais liberais, microempresárias, estudantes, a partir de julho de 1980. A “livre inspiração” da professora Marisa Corrêa da UNICAMP, ao ministrar o curso de extensão “Mulher na Sociedade Brasileira” na Universidade Federal do Maranhão, ensejou a formação do grupo, cujas reflexões se aliaram a várias mulheres em busca de espaço para se expressarem mais livremente suas ideias e aprofundamentos (FERREIRA, 2007; FERREIRA, 1999).

¹⁶Segundo Buarque de Hollanda (2019), os livros citados como leituras recorrentes e infalíveis nesses encontros de mulheres (grupos de autoconscientização) eram: A origem da família, da propriedade e do Estado (Engels), O segundo sexo (Simone de Beauvoir), A mística feminina (Betty Friedan) e Política Sexual (Kate Millet).

Mary Ferreira elucida ainda que as sujeitas políticas, as Caetanas, nascem em plena ditadura militar no confronto com os conservadores maranhenses, “os Sarneys” e seu grupo, onde elas se colocavam contrárias às oligarquias se aliando aos movimentos de esquerdas, lhes atribuindo um caráter transgressor, ainda assim sendo contestado pela esquerda devido as características que as feministas tinham.

Sandra Nascimento¹⁷, refletindo sobre a perspectiva de Guattari e Rolnik (1993), narra “tem-se a acepção de que todos os fenômenos importantes envolvem dimensões do desejo e da subjetividade e que, movimentos como o das mulheres, podem ser considerados como processos de constituição da subjetividade coletiva” (SOUSA, 2009, p.76). Portanto, não são movimentos resultantes do somatório de subjetividades individuais, mas sim do confronto com as maneiras como são fabricadas as subjetividades.

Dessa forma, evidenciam-se as reuniões de grupos de mulheres naquela década contribuindo significativamente para a criação, consolidação e expansão do Fórum Estadual de Mulheres no estado do Maranhão explanado a seguir.

2.1 O Fórum Estadual de Mulheres

Atualmente, vários grupos estão aglutinados no Fórum Maranhense de Mulheres, uma Organização não governamental, autônoma, porém sem CNPJ, criado em 1986 a partir do grupo de Mulheres da Ilha, que articula as lutas no Estado e promove a mediação dos grupos da sociedade civil, com setores do poder público e outras instituições com projetos de formação política e igualdade de gênero, vigílias, passeatas, atos públicos, campanhas de combate à violência contra a mulher, produção de material educativo, audiências públicas, dentre outras ações políticas organizadas pelo Fórum.

Várias cidades já foram contempladas com ações do Fórum: São Luís, Turiaçu, Morros, São João dos Patos, Duque Bacelar, Santa Inês, Porto Franco, Arari, Igarapé do Meio, Cururupu, Barreirinhas, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Pinheiro, Maranhãozinho e Imperatriz. Nesse ínterim, destaque-se o seguinte:

¹⁷ Doutora em Ciências Sociais, atuou como Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com experiências na área de Sociologia e Antropologia, principalmente na produção de conhecimento relativo aos temas: gênero e sexualidade, relações de gênero, memória e identidade, desigualdades sociais e cultura histórica. Ministrou aulas e orientava trabalhos de alunos da Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero Memória e Identidade (GENI/DESOC/UFMA). Faleceu em novembro de 2021 na capital São Luís.

A primeira ação do Fórum Maranhense de Mulheres, enquanto organização articuladora dos vários grupos de mulheres na luta incessante por direitos e pela dignidade das maranhenses foi em prol da criação da Delegacia Especial da Mulher. Essa luta refletia uma ação iniciada desde finais dos anos setenta no Brasil, quando mulheres intensificaram seu descontentamento com o índice de violência que atingia mulheres de todas as idades, classes, raças e etnias (FERREIRA *et al*, 2016, p.48).

A partir da década de 1980, diversos grupos emergiram após a criação do Grupo de Mulheres da Ilha, dentre eles listamos aqueles com lideranças femininas: Grupo de Mulheres 8 de Março (Maria Aragão, Alexandrina Abreu (Lili) e Ednalva Lima), Grupo de Mulheres Mãe Andresa (Sílvia Catanhede, Lúcia Dutra, Marinilde Martins, Sílvia Costa Leite, Paula Baltazar, Georgina e Josanira Santos da Luz), União de Mulheres (Eloni Beloto, Sandra Cordeiro, Rosa Almeida), Espaço Mulher (Elizabeth Peixoto e Sandra Nascimento), Grupo Viva Maria e SOS-Violência (Elizabeth Bitencourt, Rita de Cássia, Paula Baltazar e Ane Rocha), Mulheres do PDT (Sandra Torres, Lúcia Maria Teles e Alaíde Viegas).

Na década de noventa, surge a Pastoral da Mulher coordenadas por: Natália Soares, Cristina Mendes e Vera Lúcia, os grupos de estudos nas Universidades, os Departamentos da Mulher nos sindicatos contando com: ferroviários, bancários e professores e, nos partidos políticos, o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Margarete Costa Cunha de Esperantinópolis-MA e Doraci de Santa Rita, Comissão de mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA), representado por Constância Clementina Barros, Comissão Estadual de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representado por Juscelina Vale e Lourdes Monteiro, Josélia Nogueira (FERREIRA, 2007).

Outras entidades também compõem o Fórum Estadual de mulheres: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina; Rede Amiga da Mulher; Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís; Marcha Mundial das Mulheres; GERAMUS; Grupo de Estudos Feministas Mulher Política e Poder; NAFEM; NEGESF; Coletivo de Jovens Feministas do Maranhão; Coletivo de Trabalhadoras Rurais do Estado; Fórum das Mulheres de Imperatriz; Pastoral da Mulher; Coletivas Quebradeiras; Coletivo Fridas; Coletivo Yaloadê; União Brasileira de Mulheres – Seção Maranhão (UBM); Ong Maria Aragão; Grupo de Apoio a Juventude Anilense(GAJA); Colegiado da Juventude; Diretório Acadêmico de Letras da UFMA; Núcleo de Estudantes – NEUFMA; FEONGMA; CISAF; Casa Lar da Vitória; Conselho Regional de Serviço Social

(CRESS); Federação das Parteyras Tradicionais do Estado do Maranhão; SINDOMÉSTICO; SINDSEP-MA; SINPROESEMMA; SINDEHOTÉIS; SINFUSP; Núcleo PAGU/UFMA; Fórum Estadual de Juventude do Maranhão (FEJMA)(CRESS, 2016).

As ações realizadas pelo Fórum Estadual de Mulheres nos últimos 35 anos para mudar o quadro de violência contra as mulheres, esbarram em desafios como a morosidade e o distanciamento da justiça das questões de gênero. A visão patriarcal prevaleceu nos autos dos processos de mulheres vítimas, demonstrando uma magistratura com visão e valores patriarcais sobre as mulheres e ainda subordinada às relações conjugais (FERREIRA; PINTO, 2017).

Nas últimas décadas, inúmeros esforços e lutas foram empreendidos pelo Fórum Maranhense de Mulheres – importante porta-voz na defesa, às vezes intransigente, dos direitos das mulheres transcritas a seguir e que denotam a luta contínua para transformar a relações de gênero no Maranhão. As ações do Fórum Maranhense de Mulheres estiveram quase sempre sintonizadas às ações do Grupo de Mulheres da Ilha, até término deste grupo em 2007. Mary Ferreira e Neuzeli Pinto (2017) ainda avalizam que:

Os anos iniciais do Fórum foram voltados para o fortalecimento da criação da Delegacia da Mulher de São Luís instalada em 1987. Participavam mais ativamente deste movimento o Grupo Mulheres Viva Maria, que atuava como grupo de reflexão com mulheres em situação de violência e o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, criado em 1986, que entra na luta chamando a atenção para a desigualdade de raça e etnia e lembrando que as negras e pardas era a maioria entre as mulheres vítimas de violência. A ação dos grupos feministas articulados no Fórum Maranhense de Mulheres envolveu um conjunto de questões que perpassavam os espaços do privado ou o mundo da casa. Embora grande parte da violência tenha cor e classe, porém, foram emergindo as violências presente nas classes de padrão econômico mais elevado (FERREIRA; PINTO, 2017, p.5).

As articulações entre movimento feminista por meio do Fórum de mulheres e Estado, contribuíram para a formulação de ações estratégicas e implementação de políticas públicas que contemplem a pauta da Violência contra a mulher.

A criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional de Combate à Violência de Gênero, a ampliação das Delegacias da Mulher, iniciando na capital ludovicense, a Lei Maria da Penha, o Pacto Estadual de Combate à Violência no Maranhão (2008), as Varas de combate à violência contra a mulher, Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), Leis sobre o aborto legal, Lei que disciplinava a esterilização/laqueadura de mulheres, foram organismos e diplomas legais criados visando erradicar a violência de gênero, funcionando como estruturas legais implementadas para dissipar um fenômeno que afeta as

mulheres de todas as idades, classes, raças e etnias e continua presente na vida destas se espraiando por setores que nos anos oitenta apresentavam poucos registros (FERREIRA; PINTO, 2017).

Segundo Ferreira (2014), o feminismo no Maranhão nasce como movimento social, não homogêneo, questionando a política, o poder, as relações patriarcais e discutindo teoricamente a mulher como sujeita na sociedade, demarcando o diferencial do feminismo ser sua autonomia em relação a partidos, igrejas e sindicatos, fato que lhe dá um tom, uma diferença metodológica. Nos anos iniciais do feminismo no Maranhão, eram comuns referências à atuação feminista em outros estados e a publicação de entrevistas com feministas nacionalmente conhecidas na imprensa. O Estado do Maranhão¹⁸, por exemplo, reproduziu, em agosto de 1981, uma entrevista com a socióloga Rose Marie Muraro, responsável pela vinda em 1972 ao Brasil, de Betty Friedan, autora do livro *A Mística Feminina*, proporcionando um marco para o feminismo norte-americano. Na entrevista, Muraro, fundamentada em suas pesquisas, respondia questões sobre o planejamento familiar, o divórcio e o aborto, principais pautas feministas na época.

Araújo (2007) analisa a entrevista na qual Muraro (1981) apresentou a ideia de não ver no aborto um método contraceptivo, aspecto sempre levantado por aqueles contrários à interrupção da gravidez. Ela disse que era preciso dar ao aborto um enfoque de classe social, ou seja, além de levantar a questão da opção pela maternidade, a questão do aborto deveria levar em conta a discussão da situação concreta na qual estão submetidas milhares de mulheres brasileiras, ou, as condições sociais impossibilitantes de criar dignamente seus filhos.

Na primeira edição de *Mulheres, Raça e Classe*, em 1981, Angela Davis denunciava que as mulheres brancas norte-americanas eram encorajadas a reproduzir por possuírem condições econômicas prósperas, enquanto mulheres de minorias étnicas (indígenas, negras, mexicanas) eram incentivadas à esterilização, ou submetidas involuntariamente às mesmas, para tornarem-se inférteis, remetendo a uma política eugenista e racista.

A política de controle de natalidade por parte do Estado foi abertamente criticada pelo feminismo brasileiro, inclusive o maranhense, desde o início da década, como demonstra um panfleto distribuído pelo Grupo de Mulheres da Ilha.

Partindo do pressuposto de que a pobreza está diretamente relacionada ao crescimento populacional, o Estado assume um programa de controle de natalidade, dirigido especificamente às mulheres, sem que estas tenham participado de qualquer discussão na sua elaboração. Diante desses fatos, o Grupo de Mulheres da Ilha considera necessário analisar estas questões sob o

¹⁸ EMANCIPAÇÃO da Mulher. **O Estado do Maranhão**. Caderno Sete Dias. São Luís, 9 ago. 1981.

ponto de vista feminista a partir dos seguintes pontos: 1 - a contradição entre o controle imposto e o desejo das mulheres em planejar a natalidade; 2 - ser mãe é uma escolha. Muitas mulheres não desejam ser mães, outras desejam ter poucos filhos e outras terem muitos; 3 - A dificuldade de informação e acesso aos métodos contraceptivos existentes para as mulheres em geral; 4 - Porque um programa de controle da natalidade dirigido exclusivamente às mulheres? A posição do grupo expressa de forma contundente no panfleto demonstra que a maternidade é desconstruída como uma etapa obrigatória na vida das mulheres, sendo vista como uma escolha, e ainda levanta o questionamento sobre a ausência do homem no planejamento familiar (ARAÚJO, 2007, p. 65).

No que tange à saúde da mulher, em alguns momentos nos quais as feministas maranhenses estiveram presentes, a luta avançou. Como exemplo, cita-se na década de 1980, a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado pelo Ministério da Saúde na condição de um conjunto de ações educativas, preventivas, de diagnósticos, tratamento e recuperação a serem aplicados permanentemente, tendo como objetivo final a melhoria dos níveis de saúde da população feminina. No entanto, Mary Ferreira (2007) expõe que:

A descontinuidade desse programa contribuiu para reforçar os processos de desigualdade de acesso à informação pelas camadas mais pobres, principalmente no tocante às ações que se refere à educação e ao uso seguro de métodos contraceptivos, assim o como no controle mais seguro das doenças que normalmente atingem as camadas menos favorecidas, como por exemplo, o câncer de colo de útero e de mama. Mesmo de forma descontínua, algumas ações do PAISM continuam sendo desenvolvidas na maioria dos estados brasileiros, com ênfase maior para o planejamento familiar e a parte educativa tem sido a mais prejudicada (FERREIRA, 2007, p. 85).

Os grupos feministas buscavam envolver todas as mulheres em geral, e a feminista Mary Ferreira (1986) questionava o público feminino sobre o que desejavam em termos de saúde. Esse programa representava para suas defensoras ações educativas e preventivas contemplando a mulher em todas as fases de sua vida, da adolescência à velhice, considerando aspectos sociais e não apenas biológicos.

Outra pauta presente, desde a fundação do Grupo de Mulheres da Ilha, foi a da violência contra a mulher. As integrantes do grupo feminista não só discutiam, mas também, se manifestavam publicamente contra os casos de violência e impunidade, criticando inclusive, a jurisprudência protetora do homem que assassinava uma mulher, transformando-os em vítimas e as mulheres em culpadas pela própria morte (ARAÚJO, 2007).

O assassinato de Ângela Diniz¹⁹, em dezembro de 1976, morta por ciúme, pelo novo companheiro, com quem vivia em Búzios há três meses, Raul Fernandes do Amaral, o Doca Street, é revelador do contexto normativo e dos papéis de gênero vigentes na sociedade entre os anos de 1976 e 1981. Os rumos tomados, tanto o julgamento, como a cobertura midiática, não podem ser compreendidos dissociados das referências culturais e morais que guiavam as relações sociais. Caso Ângela Diniz fosse assassinada na sociedade atual, provavelmente não se falaria em defesa da honra, tampouco não se condenaria publicamente a liberdade da mulher na escolha de seus parceiros, como acontecia naquela época (LANA, 2010). Atualmente, o assassinato de mulheres, em decorrência do gênero e executado por parceiros, se configura em Feminicídio (Lei 13.104/2015), crime hediondo, passível de punição mais severa.

No Maranhão não foi diferente. O caso de Marina Canto²⁰, mulher de classe média assassinada pelo marido no mesmo ano do assassinato de Angela Diniz, é bem característico da convivência das autoridades instituídas, judiciárias e policiais. Embora as feministas tenham se manifestado exigindo a punição, o “grito” foi pequeno porque, quando levado a julgamento, o assassino foi absolvido sob a alegação de legítima defesa da honra (ARAÚJO, 2007).

Casos de violência contra a mulher como os citados anteriormente, âmbito nacional e no cenário maranhense, repercutiram estrondosamente na sociedade, e suscitam reflexões elucidadas pelo perfil de mulheres de classe econômica abastada, brancas, que transitavam em meios sociais privilegiados e foram vítimas de seus companheiros. Não obstante, realidades paralelas a essa traçam vertiginosamente cenas de crimes cometidos contra mulheres (pobres, de cor, mães solo, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas), solapando o direito à vida cotidianamente, não havendo a notoriedade, ou a cobertura midiática, da imprensa, ou, social, demonstrando a existência de uma sociedade racista e classista, nos induzindo ao seguinte questionamento: qual o valor destas vidas?

Nessa contextualização, pautas como violência contra a mulher, saúde integral da mulher, aborto, divórcio, planejamento familiar e formação e atuação política feminina estiveram diretamente presentes nas discussões existentes nos grupos feministas surgidos na capital, onde a presença da figura da Professora Mary Ferreira possui destaque e relevância.

¹⁹ Ângela Diniz era figura conhecida na sociedade mineira, famosa por sua beleza e por seu comportamento pouco conservador para a época. Sua vida era sempre comentada nas colunas dos jornais de Belo Horizonte, seu nome associado ora a grandes eventos, ora a grandes escândalos. Ângela casou-se muito jovem e separou-se do marido alguns anos depois, quando passou a ser retratada pela imprensa da época como uma mulher que “vivía entre festas, drogas e amantes” (LANA, 2010).

²⁰ Marina Freitas Canto foi assassinada por arma de fogo, em 1976, pelo marido, o engenheiro agrônomo César Canto, na mansão do casal, na capital São Luís-MA (SOUZA, 2016).

Algumas políticas públicas foram implementadas ao longo das ações feministas no Maranhão desde 1980, a exemplo da Delegacia Especial da Mulher (DEM) criada na capital maranhense em 1986 e aberta ao público em 1987, registrando 3.102 denúncias em seu primeiro ano de funcionamento, em 1988 (FERREIRA, 1999).

Conforme dados atualizados do governo do Maranhão, no governo atual – governador Flávio Dino, 2019-2022 – houve ampliação do número de Delegacias da Mulher, passando de 19 para 24, criação da Coordenadoria das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (CODEVIM) e criação da Patrulha Maria da Penha, havendo, dessa forma, fortalecimento dos meios de repressão, visando coibir e diminuir a incidência de violência contra a mulher e dispositivos sociais capazes de notificar os números de violências em seus territórios. A existência de delegacias especializadas, como as DEMs, amplia o sistema de garantias de direitos e viabiliza que estas vozes violentadas sejam ouvidas e protegidas de seus agressores.

Ferreira, Dias, Pinto e Lemos (2016) descrevem as inúmeras ações de denúncias e combate à violência contra a mulher, a maior parte delas protagonizadas pelos grupos que hoje constituem o Fórum Estadual de Mulheres – Grupos de Mulheres da Ilha, Mãe Andresa, Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, 8 de Março, Espaço Mulher, CUT e outros.

Dentre as mobilizações realizadas pelos grupos estão vigílias, passeatas, atos públicos, campanhas de combate à violência contra a mulher, produção de material educativo para divulgação, guia de defesa da mulher, monitoramento de violência contra a mulher, realização e participação nas conferências²¹ estaduais e municipais dos direitos das mulheres, que ocorrem a cada quatro anos, luta pela melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Delegacia de São Luís, Serviço de aborto legal e implementação de políticas públicas na rede socioassistencial para suporte e apoio às mulheres.

Diante do exposto, o Fórum Estadual de Mulheres acompanha um processo de consolidação e expansão a partir de ações e representações em lugares no estado do Maranhão. A seguir, descrevemos as ações do Fórum Estadual de Mulheres em Imperatriz.

2.2 O Fórum de Mulheres em Imperatriz-MA

²¹ As conferências municipais, estaduais e nacionais proporcionam momentos importantes para avaliar, rever políticas e ações não implantadas, cobrar dos gestores públicos os cumprimentos das legislações, exigir implantação dos planos e programas aprovados pelas mulheres (FERREIRA, 2013).

Os conselhos de políticas públicas e de direitos, a partir da Constituição Federal de 1988, são exemplos de espaços de atuação dos movimentos sociais no Brasil e fortaleceram a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas no município de Imperatriz. Por 8 anos, esse era o espaço que unificava a intervenção das entidades, as quais direta, ou indiretamente debatiam as questões dos direitos das mulheres, no entanto ele se limitava às entidades que tinham representação no Conselho, nossa interlocutora explica que:

Os encontros mensais do CMDM, contribuiu para aproximar e despertar a necessidade de um organismo próprio do movimento social que promovesse a unificação das nossas ações e intervenções políticas. Daí surgiu a ideia da criação do Fórum de Mulheres de Imperatriz, um colegiado que junta todas as entidades interessadas em debater, elaborar e propor ações políticas que melhorem a qualidade de vida das mulheres, garantindo a efetivação dos direitos das mulheres e meninas do nosso município e dos municípios vizinhos (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Considerando os Conselhos como instâncias governamentais de controle social e com a participação política das conselheiras legalmente representando o protagonismo do controle social da gestão pública, Conceição Amorim desencadeou a reflexão quanto ao fato desses não serem espaços apropriados e suficientes para dar respostas políticas para o próprio movimento feministas e de mulheres de Imperatriz.

O debate entre as entidades com representação no CMDM e as demais dos movimentos sociais, sindicais urbanos e rurais foi acolhido pela maioria das mulheres dos agrupamentos e em novembro de 2005, em uma plenária que contou com a participação 15 entidades e 32 militantes, foi criado o Fórum de Mulheres de Imperatriz.

O Fórum é um coletivo utilizado para articular militantes feministas de entidades, de ONGs e de diversos movimentos sociais como: o movimento de direitos humanos, movimento sindical, indígenas, agrupamento de mulheres do campo e da cidade, secretarias de partidos políticos e feministas autônomas, os quais defendem os direitos humanos, a igualdade nas relações de gênero, a participação política das mulheres nos espaços de decisão, a garantia e efetivação dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres e atuam na efetivação de políticas públicas para promoção de condições dignas de vida para as mulheres do município de Imperatriz e Região Tocantina do Maranhão.

Entre as entidades fundadoras e as que estão atualmente no FMI, estão a Associação das Donas de Casa de Imperatriz, a Articulação Feminista e Mulheres de Imperatriz, Clube das Mães, Associação de Mulheres de São Salvador e Adjacências, Associação de Quebradeiras de

Coco Babaçu de Petrolina, Associação de Mulheres do Parque Amazonas e Adjacências, a Rede de Mulheres Terezianas, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, o Mater Club, o Movimento de Mulheres Camponesas, e o Movimento de Mulheres Olga Benário, Pastoral da Mulher, Pastoral da Criança, além de entidades mistas, o Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, do Movimento Sem Terra, da Secretaria de Mulheres do PT, da Associação de Artesãos de Imperatriz, Centro de Assistência Profissional ao Amputado Deficiente Físico de Imperatriz (CENAPA), Casa da Amizade e Bem querer, do Centro de Estudos Bíblicos da Região Tocantina, do Centro de Cultura Negro Cosme, dos Sindicatos: da Educação, dos Bancários, da Saúde, dos Urbanitários, dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Federação dos Trabalhadores no Ensino e no Serviço Público dos Municípios e do Estado do Maranhão, a Associação Comunitária do Parque Alvorada I e II, o Núcleo de Assistentes Sociais da Região Tocantina, a OAB, a Associação de Amparo as Pessoas com Câncer (AMPARE). São entidades e grupos contando com a presença de militantes feministas, sendo a maioria mistas – compostas por homens e mulheres – embora existam agrupamentos constituídos exclusivamente por mulheres. Dessas entidades, a maioria estão ligadas à igreja católica, com menor número de militantes, se autodeclarando feministas e com dificuldade em debater sobre o feminismo, sob a alegação de o movimento defender a descriminalização do aborto (AMORIM, 2021).

No seu relato sobre as sujeitas que compõem o Fórum de Mulheres de Imperatriz, Conceição Amorim (2021) observa haver, nos dias atuais, um número maior de mulheres militantes se reconhecendo e se autodeclarando feministas, porém a maioria das entidades e grupos da região, além de ignorarem o debate e tomada de posição contra a opressão, exploração e dominação contra as mulheres não praticam, no cotidiano, a equidade de gênero entre seus pares, e completa afirmando que:

o feminismo é ação, é prática transformadora das nossas realidades, a partir de nós mesmas. Não adianta fazer discursos bonito de igualdade de gênero e convivermos com militantes, produzindo e reproduzindo opressões contra nós mulheres, sem que nos posicionemos, ou sem que tenhamos um plano permanente de combate e embate, contra o machismo e o sexismo (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

O FMITZ tem a tarefa de construir a unidade das ações políticas dos vários grupos e entidades que pautam as questões de direitos das mulheres no município, buscando superar as desigualdades de gênero estruturadas nas mais variadas formas de violência, exploração, opressão e exclusão das mulheres, promovendo lutas coletivas.

No decorrer dos primeiros 6 meses de existência do FMITZ, houve um investimento na divulgação e mobilização para outras entidades da sociedade civil, visando ampliar a articulação política do movimento de mulheres. Foram realizadas reuniões com as entidades sem vínculo com o CMDM, objetivando estreitar os laços, tirar dúvidas sobre o feminismo, sobre as pautas e as políticas públicas como instrumento de garantia de direitos. “Foram contatos interessantes a maioria tinha pouca leitura, compreensão e interesse pelo feminismo, apesar de concordarem com as nossas pautas e declararem que a nossa luta é importante”, destacou Amorim (2021).

Outro movimento importante nesse início de construção foi a experiência do Centro de Direitos Humanos com as feministas de São Luís do Maranhão desde 2001, particularmente com professora Mary Ferreira e, conseqüentemente, com o Fórum Maranhense de Mulheres, em seguida com a Rede Nacional Feministas de Saúde Sexual e Reprodutiva e com a Articulação de Mulheres Brasileiras, movimentos estaduais e nacionais, que muito contribuíram para nossa formação política, conclui Amorim.

Unificar as lutas e as mobilizações referentes às datas construídas pelo movimento feminista e de mulheres foi uma das teses que levaram à criação do FMITZ. Sendo o 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – a data mais emblemática da luta das mulheres do mundo ocidental, criada para unificar a luta mundial das mulheres, reafirmar a igualdade de direitos, o respeito às diferenças e às diversidades étnicas, sexuais, culturais e políticas, pelo reconhecimento das mulheres como cidadãs e sujeitos políticos, com direito à emancipação, à liberdade, à autonomia sobre seu corpo, sexualidade e suas vidas, “é uma data que representa a nossa resistência no mundo inteiro, por isso denunciemos as várias tentativas de transformá-la numa data festiva e comercial”, afirma Amorim.

Em março de 2006, foi organizado o primeiro 8 de março coordenado pelo FMITZ. Para melhor articular as pautas, organizar a dinâmica das atividades, desde 1996, quando as feministas começaram a atuar no Movimento Fagulha e passaram a participar da incipiente articulação do 8 de março com os clubes de mães, anuíram construir as ações anualmente, a partir de um tema específico, assim prosseguindo até os dias atuais. O tema do 8 de março, em 2006, foi “Mulheres em movimento mudam o mundo”. Várias atividades foram realizadas pelos diversos grupos, iniciando com os Clubes de Mães na Beira Rio, um dia de plenária organizada pelo MST, que contou com a participação das mulheres urbanas de vários segmentos (FORMIGA, 2008, p. 22).

Com isso, as atividades políticas em torno do 8 de março, se ampliaram como espaço de encontros, debates, denúncias, deliberações e encaminhamentos de reivindicações junto aos poderes públicos. O diálogo com a sociedade acontece por meio de panfletos, atos públicos, passeatas, rodas de conversas nas comunidades, nas escolas e universidades. O movimento também ocupa os espaços de redes sociais para registrar, convocar e divulgar suas ações. Para tanto, desde 2012, é mantida uma página no *facebook* nominada de Fórum de Mulheres de Imperatriz e uma conta no *instagram* @2forumdemulheresitz, sendo os espaços na rede administrados por Conceição Amorim e sua filha Iza Amorim.

Foto 1 - Ações do 8 de março realizadas pelo Fórum de Mulheres e entidades no ano de 2017:



Fonte: Arquivo pessoal de Conceição Amorim

O ano de 2006, foi marcado pela criação da Lei Maria da Penha, a qual contou com o apoio dos movimentos nacionais, que se encontravam em ação política, realizando audiências públicas e vigílias pela criação da lei. O Fórum de Mulheres de Imperatriz acompanhou todo o processo, provendo reuniões internas e externas com diversos seguimentos da sociedade e participando de reuniões e eventos no Congresso Nacional, promovidos pelos movimentos feministas nacionais. Em novembro do ano corrente, o Fórum passou a mobilizar as instituições e entidades locais e estadual em favor da criação da Vara da Mulher na Comarca de Imperatriz. Entre reuniões, palestras, oficinas e formação sobre a Lei Maria da Penha, o FMITZ se fortalecia e estabelecia vínculos com outras entidades da sociedade interessadas em discutir a efetivação da nova legislação.

Em parceria com Fórum Maranhense de Mulheres, o Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís e o gabinete da deputada estadual Helena Barros Helluy, o FMITZ realizou reuniões entre os meses de outubro de 2006 e março de 2007 com representantes das

comissões de segurança pública, dos direitos humanos e das mulheres da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), com a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com o Corregedor do TJMA, com a Procuradora Geral do Ministério Público Estadual (PG/MPE/MA), com o presidente da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA) e a presidente da Associação de Promotores da Assembleia Legislativa do Maranhão (AMPEM). Tais reuniões resultaram na instalação dos órgãos e instituições previstas na Lei Maria da Penha e na consolidação do Fórum.

Foto 2 - Reunião de representantes do Fórum de Mulheres de Imperatriz, para reivindicar a criação de Promotoria Especializada de Defesa da Mulher, junto ao Ministério Público do Maranhão (MPE/MA), no ano de 2008.



Fonte: Site do Ministério Público do Estado do Maranhão <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/1045-noticia-frum-de-mulheres-de-imperatriz-reivindica-criarro-de-promotoria-especializada->

O 25 de Novembro, Dia Latino-Americano e Caribenho²² de Luta de Combate à Violência Contra a Mulher, passou a ser articulado anualmente com atividades realizadas nas comunidades, escolas e audiências públicas com a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O FMITZ realiza pesquisa com os órgãos da rede de atendimento à mulher visando construir banco de dados de informações sobre os serviços prestados às vítimas e qualificar o debate em torno das políticas públicas ofertadas. As atividades do FMITZ estão alinhadas às agendas estadual e nacional. No cenário estadual, o vínculo com o Fórum Maranhense de Mulheres se dá por meio do Centro de Direitos Humanos Pe. Josimo, desde

²² Patria, Minerva e Maria Teresa foram três irmãs, que ficaram conhecidas como Las Mariposas, pela luta contra a ditadura na República Dominicana, durante a década de 50. No dia 25 de novembro de 1960, foram assassinadas pelo governo de Rafael Trujillo. Em 1981, no 1º Encontro Feminista Latino Americano e caribenho, que ocorreu em Bogotá (Colômbia), o dia 25 de novembro foi instituído como o dia de luta contra a violência à mulher, em todo o continente latino americano e no Caribe. Em 1999, a Assembleia Geral da ONU declarou o dia como Dia Internacional pela Eliminação da Violência às Mulheres.

2001, com a interlocutoras Conceição Amorim na articulação. Desde 2007, membros do FMITZ atuam na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), com participação em plenárias e encontros nacional e compondo a coletiva de enfrentamento a violência contra a mulher.

De março a setembro de 2020, o FMITZ realizou a Campanha de Solidariedade Feministas, intervenção no período da pandemia da Covid-19, financiada pela militância e pela AMB. Foram confeccionadas e distribuídas 2.200 máscaras e 420 cestas básicas para mulheres gestantes, chefes de família e indígenas dos municípios de Imperatriz, Montes Altos, Amarante e Davinópolis. Realizaram-se rodas de conversas nas comunidades para incentivar o uso da máscara e a adesão das mulheres às medidas de segurança sanitária. A Campanha de Solidariedade Feminista se posicionou, utilizando carta aberta à população e aos governantes solicitando as devidas providências quanto à assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade, por razão da pandemia e realizou campanha em suas redes sociais em defesa da efetivação das medidas sanitárias.

O FMITZ aderiu à Campanha do Levante Feminista Contra o Feminicídio e realizou ações em Imperatriz e Davinópolis, compondo com representante a coordenação nacional de comunicação da Campanha. Uma das ações da campanha é a pintura de painéis em muros da cidade, com frases alusivas à luta contra a violência contra as mulheres e meninas.

Entre suas atribuições, como instância deliberativa dos movimentos feministas e de mulheres, o FMITZ é responsável pela realização da assembleia geral, que elege as representantes da sociedade civil do CMDM, conforme o Regimento Interno, para o mandato do órgão. Conforme o Regimento Interno do CMDM,

art. 05 - § 2º - do CMDM As 06 (seis) representantes da Sociedade Civil serão eleitas em fórum próprio convocado para este fim pelo Fórum de Mulheres de Imperatriz, devendo ser representantes de entidades legalmente constituídas com efetiva atuação na defesa dos direitos da mulher. O Fórum de Mulheres de Imperatriz oficiará à Presidente do Conselho o nome das representantes eleitas, para serem devidamente nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo; (CMDM,2019).

O FMITZ não é uma entidade jurídica e não tem representação no CMDM. Não é seu papel realizar institucionalmente o controle social, essa função é das entidades que o compõem. Nem todas as representantes do Conselho são entidades pertencentes ao Fórum, no entanto, de acordo com o Regimento Interno do CMDM, a entidade que deseja participar do mesmo, precisa ser legalmente constituída e obrigatoriamente participar da assembleia convocada e coordenada pelo Fórum para eleger as representantes.

A Coordenação Geral do Fórum é composta por 3 representantes de entidades devendo ser eleitas a cada 3 anos para desenvolverem ações. Nesses 16 anos de existência, “poucas entidades se propuseram a assumir essa instância, por ser essa uma tarefa política que sobrecarrega as entidades e principalmente a militante que fica responsável para cumpri-la”.

A maioria das entidades dos movimentos de mulheres e feministas se autofinanciam, ou seja, [todas as suas ações são pagas com dinheiro doado por suas próprias militantes ou simpatizantes], os recursos são parcos e pontuais, para algumas despesas, como panfletos e faixas é feito uma vaquinha. Cada militante banca as suas próprias despesas, quanto mais reunião mais despesas, por exemplo. Portanto, a tarefa de Coordenar o Fórum representa mais gasto e desgaste pessoal, mais tempo ocupado com estudo, reuniões, observação da realidade, elaboração de propostas e saídas políticas para o movimento (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

A tarefa de dirigir um coletivo dessa magnitude, congregando mais de 18 entidades atuantes em diversos segmentos sociais, exige tempo para o planejamento e execução das ações, o que implica em acúmulo de atividades, entre as ações da entidade de origem da militante e as do Fórum. A coordenação cumpre o papel de mobilizar o conjunto das entidades componentes, para realizarem intervenções políticas, por meio de atividades de rua, panfletagens, atos públicos, passeatas, formação, incidência nas casas legislativas, elaboração e monitoramento de políticas públicas, operações que exigem dedicação e compreensão política.

O fórum tem cumprido um papel necessário, como espaço de mobilização dos diversos grupos e entidades atuantes na cidade de Imperatriz e se expandiu nos últimos 6 anos para o município de Davinópolis, tendo chegado a territórios indígenas localizados em Montes Altos e Amarante, por meio da unificação de pautas regionais e questões políticas estadual e nacional. Fica explícito, portanto, por meio da atuação e mobilização do Fórum, a capilarização destas pautas, como a violência contra a mulher e direito à saúde sexual e reprodutiva (PAISM) e agendas de discussões, se expandindo nos demais municípios da região Tocantina.

Fotos 3 e 4 - Ações desenvolvidas pelo Fórum de Mulheres em Imperatriz no 8 de março de 2021.



Fonte: Arquivo pessoal de Conceição Amorim (29/05/2021).

Tais considerações, permite-nos contar como a trajetória do feminismo ocorre na cidade de Imperatriz-Maranhão, por meio das narrativas das lideranças femininas, as quais assumiram o protagonismo nas lutas e nos movimentos de mulheres, tornando-se imprescindível para compreender como se desenhou suas matrizes. Assim, contextualizaremos o local de pesquisa, pois entendemos que os feminismos aqui apresentados estão diretamente relacionados às dinâmicas e ao funcionamento da cidade enquanto espaço social, cultural, político e geográfico de fronteira.

CAPÍTULO 3 - A desigualdade de gênero na “capital do sudoeste maranhense”

O município de Imperatriz, fundado em 16 de julho de 1852, localiza-se na porção Oeste do estado brasileiro do Maranhão, pertencente à região Nordeste do país. Situado em uma área com predomínio de formação florestal mista, no qual se mistura o bioma Amazônico e o término do Cerrado, rendendo-lhe o título de “Portal da Amazônia” (FRANKLIN, 2008), pois Imperatriz faz parte dos territórios pertencentes à Amazônia Legal (AM, PA, RO, AP, RR, AC, MT, TO e MA), conforme dados obtidos no IBGE (2020).

Sede da Região de Planejamento do Tocantins e da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, além de atravessado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-010), o município faz divisa a Oeste com o estado do Tocantins, separado pelo rio Tocantins. Trata-se, portanto, de um município localizado em uma região de fronteira entre a Região Norte e Nordeste, com proximidade geográfica entre os estados do Tocantins e do Pará. Destaco a importância de estarmos próximos à Amazônia, pois essa vizinhança harmoniza ou concilia questões sociais, culturais e históricas multidimensionais, sejam marcadas por especificidades ou reforçadas por semelhanças, advindas desse complexo e dinâmico contexto

A cidade de Imperatriz possui uma área aproximada de 1.369.987 km², dos quais apenas 92.780 km² são classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) como área urbana, ou seja, cerca de 1,13% da área territorial total. Esta pequena porção abriga sozinha 92% da população imperatrizense. Ainda conforme o IBGE, a população total estimada para o último censo demográfico, verificada por estimativa no ano de 2020, seria de 259.337 habitantes; sendo: 51,83% (128.278) de mulheres e 48,17% (119.227) de homens.

Ao se verificarem os dados relativos ao recorte religioso, tem-se o seguinte: aproximadamente 138.785 mil pessoas professam a religião católica, 78.992 declaram-se evangélicos e 1.135 afirmam ser espíritas (IBGE, 2021).

Numa análise econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 27.621,33. Dados de 2019 apontam para 63.634 postos de trabalho ocupados formalmente, correspondendo a 24,5 % da população economicamente ativa do município (IBGE, 2020). O município aparece no ranking brasileiro como a 24ª cidade entre as 100 melhores do Brasil para o desenvolvimento de carreira profissional.

Em relação à infraestrutura, a cidade apresenta 48.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 69.7% de domicílios urbanos em vias públicas arborizados e 22.4% de domicílios urbanos, em vias públicas, com urbanização completa, apresentando bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2021).

Nos aspectos referentes à educação, a taxa de escolarização para pessoas com idades entre 6 a 14 anos tem-se 98,4%, com nota no IDEB – com nota de 5,3 nos anos iniciais e 4,3 nos anos finais do ensino fundamental (Rede pública – dados de 2019). Concernentemente à saúde, a taxa média de mortalidade infantil na cidade é de 11.56 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.6 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2021).

Localizada no sudoeste maranhense, a cidade de Imperatriz-MA foi fundada há mais de um século e meio e, nesse tempo de existência, atravessou intensas transformações de ordem política, territorial, econômica, ambiental, urbana e social. A fim de contribuir com o entendimento desse processo longo e cheio de meandros, alguns autores lançam mão das periodizações relativas ao processo de ocupação e consolidação do município, embasando-se em documentos históricos e fontes censitárias (SANTOS; NUNES, 2018).

Sousa (2005), por exemplo, ao discutir o processo de desenvolvimento da cidade, reconheceu como importante os ciclos do arroz, da pecuária e da extração vegetal, a partir da década de 1960. Sua apreciação está focada nas estratégias recentes de ocupação da Amazônia, verificando que a floresta passou a ser percebida como ativo econômico desde a segunda metade do século XX. A região amazônica possui imensas possibilidades de crescimento, constituindo-se numa verdadeira fronteira de recursos, devido ao alto valor de seus recursos naturais (SANTOS; NUNES, 2018).

Martins e Kamimura (2012) mencionam a construção da rodovia Belém-Brasília, de integração nacional, construída entre as décadas de 1960 e 1970, como um fator propulsor do desenvolvimento socioeconômico da cidade. Os autores mencionam que Imperatriz é hoje uma das cidades mais prósperas economicamente do interior do Maranhão, pois, com a construção da rodovia, a cidade vivenciou um amplo movimento de migração, com pessoas advindas de várias partes do Brasil.

O crescimento demográfico desenfreado não trouxe apenas os benefícios do desenvolvimento econômico ao município, também foram percebidos surtos de violência, aumento do desgaste ambiental da cidade, já que a falta de planejamento impulsiona o adensamento de construções populares ou não, sem respeito a qualquer legislação de proteção ao meio ambiente, ainda que seja incipiente traduz um grande passivo para o futuro. Imperatriz

carecia de infraestrutura, oferta de serviços e mão de obra qualificada. A construção dessa rodovia atraiu, por isso mesmo, muitos migrantes e, após sua inauguração, a cidade tornou-se populosa. Desse modo, a BR-010 colaborou para o acirramento da destruição ambiental, desintegração social e cultural, bem como conflitos pela posse da terra (LIMA, 2008).

O crescimento populacional exponencial aliado à ausência de políticas públicas e o governo cooptado a grupos econômicos, cujos valores imediatistas visavam a exploração indiscriminada da região e rapidamente intensificaram-se os latifúndios para a criação de gado, contribuindo para o aumento da violência da injustiça, bem como para degradação ambiental, os quais somando-se à heterogeneidade cultural e a fragilidade de vínculos dos migrantes com a cidade produziram acirramentos de difícil resolução (GOMES *et. al.*, 2018).

Os conflitos de terra se tornaram cada vez mais frequentes na região e, na década de 1980, Imperatriz ganhou o triste epíteto de “Capital Nacional da Pistolagem”. “Neste cenário de expropriação e violência, o Estado participa do início ao fim; do incentivo e permissão à execução de pessoas.” (TEIXEIRA, 2016, p. 31). Os assassinatos do Padre Josimo em 1986, do prefeito Renato Cortez Moreira em 1993, de Davi Alves Silva em 1998, e o mais recente do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva, em 2018, são alguns dos crimes de grande repercussão midiática, demonstrando cabalmente a prática da pistolagem²³ ainda resistente, embora menos frequente neste território.

Referindo-se ao quantitativo de pessoas que ora chegava à Imperatriz, Franklin (2008, p. 130) revela o fato de “muitos dos que não conseguiam trabalho na Rodobrás (empresa responsável pela obra) vão se dedicar à agricultura, aumentando a demanda por terras e o volume da produção agrícola”. A finalização da rodovia possibilita a consolidação da cidade de Imperatriz como um polo econômico regional:

A partir de 1960, Imperatriz começa a consolidar-se como novo polo econômico regional, pela força de sua produção e comercialização agrícola, sobretudo do arroz, que se destaca pela abundante produção advinda da nova fronteira que passou a ser conhecida como “estrada do arroz”, ocupada pelos “nordestinos” e pela facilidade de transporte de Imperatriz para outras regiões, após a inauguração da Rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008, p.132).

²³ O pistoleiro que executa a ação e um mandante, que comanda a ação, constituem peças-chaves e definidoras de um “crime de pistolagem”. Essas peças são classificadas também, como o autor material – o pistoleiro, e o autor intelectual – o mandante, mediados por um conjunto de códigos e valores sociais que compõem esse sistema composto por partes coordenadas entre si (BARREIRA, 2002). Os crimes de mando deixaram de ser um fenômeno tipicamente rural, uma violência costumeira, para ingressar nas grandes, médias e pequenas cidades, como no caso de Imperatriz, e tornaram-se atividade empresarial, mantêm relações ilícitas e ilegítimas com os poderes instituídos e a favor de interesses econômicos dos mais diversos (ANJOS, 2008).

Imperatriz se tornou um corredor ligando a região Nordeste ao Norte do país, mais especificamente às regiões atrativas da extração do látex, castanha-do-Pará e do ouro, sendo verificado um aumento no fluxo de trabalhadores todas as vezes que um setor produtivo se destacava economicamente, apresentando lucro imediato e necessitando de mão-de-obra em grande quantidade. Isso aconteceu quando houve a valorização da borracha do Médio Tocantins, nas proximidades da região de Itacaiúnas²⁴, a partir do final do século XIX e início do século XX, quando acontece um declínio em sua valorização (SANTOS, 2016).

Com o deslocamento de mão-de-obra para os seringais, a população masculina praticamente desaparecia da cidade, durante seis meses do ano, internada nas salubres matas paraenses (FRANKLIN, 2008, p. 50), período no qual se encontrava o ouriço da castanha-do-Pará. Depois do declínio da extração da borracha, esse produto extrativista ganhou destaque, mostrando-se uma atividade lucrativa, vindo a substituir a borracha por seu valor de mercado, porém a extração do látex continuou acontecendo apesar do baixo valor.

A imigração para os garimpos²⁵ causou transtornos estruturais para algumas regiões, pois, muitos dos que migraram os garimpos eram trabalhadores rurais deixando suas atividades para buscar a riqueza do ouro. A situação se agravou por falta de trabalhadores rurais e de plantações de variados gêneros alimentícios acarretando uma redução na produção agrícola (VELHO; 2013, CARVALHO MARTINS, 2012; SANTOS, 2016).

Em conformidade com o crescimento na produção do arroz no ano de 1970, havia outra atividade econômica começando a se instalar: a extração de madeira. Após todo o processo de construção da cidade, bem como com a chegada da rodovia Belém-Brasília nas proximidades, houve aumento e fluidez na circulação tanto de pessoas, quanto de mercadorias e informações. E com a nova realidade da rodovia, essa região do sul do estado do Maranhão, começou a receber pessoas de outros estados, oriundas principalmente do Sudeste e do Sul.

Nessa perspectiva, José de Souza Martins (2009) elaborou um fecundo estudo sobre situações e questões fronteiriças na Amazônia brasileira, destacando a questão agrária, o campesinato, o capitalismo, entre outros aspectos, sempre ancorado por um diálogo com a dinâmica social do país, acentuando questões da realidade social brasileira. A compreensão

²⁴Itacaiúnas que mais tarde se tornaria município de Marabá, no Estado do Pará. Cidade que se destacou por sua grande quantidade da árvore fornecedora do látex, conhecida cientificamente como *Castilloa alei*, espécie que não possui grande qualidade, mas que tinha grande aceitação no mercado de borracha (FRANKLIN, 2008).

²⁵ Para saber mais sobre as imigrações de nordestinos, principalmente maranhenses agricultores, para os garimpos, ver: CARVALHO MARTINS, Cynthia. **O deslocamento como categoria de análise**: garimpo, lugar de se passar; roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus, UEA: 2012.

ampla e própria da fronteira enraizada por Martins (2009) associa-se às dinâmicas sociais em territórios e situações de vida diversas, o do humano no processo capital, sendo a fronteira vista para além do aspecto geográfico. Sob esse prisma, vemos múltiplas sociabilidades em relações comunicativas postas pelo território como lugar social.

Isto posto, nossa exposição um tanto quanto exaustiva busca situar o lugar fronteiro de onde estamos falando, marcado por questões tradicionais, valores morais e religiosos, conflitos agrários politicamente construídos dentro de uma perspectiva predominantemente patriarcal, na qual cabe às mulheres o espaço doméstico destinado às tarefas do lar e de cuidado com a família, obediência e submissão; e aos homens a função provedora, ativa, normáscula, dentro do protagonismo da colonialidade.

Este lugar amazônico expõe motivos pelos quais os movimentos sociais se organizam, dentre os quais o movimento de mulheres, suscitando por parte destes, reivindicações em torno do papel social da mulher, do protagonismo sociopolítico, a luta pela garantia de direitos e superação de vulnerabilidades e desigualdades sociais, o combate à violência contra a mulher, respeito à dignidade, implementação de políticas públicas para mulheres, dentre outras pautas.

Nesse viés, o controle de gênero e da sexualidade é algo bastante visível nos estudos coloniais, até mesmo na própria invenção do termo ‘mulher’:

Para organizar este quadro, uma vez que os corpos negros dos africanos eram diferentes dos corpos oliva feminino e masculino encontrados na América, os estudiosos cristãos introduziram o conceito de "mulher" e isso serviu para reorganizar o feminino e o masculino. O masculino, o sol e a lua, de acordo com a função dos papéis sociais do Cristianismo, cobrindo a reorganização dos papéis sociais com as diferentes regiões onde os missionários e / ou funcionários do Estado chegaram com a missão de evangelizar e regular a vida nas colônias (MIGNOLO, 2008, p. 11).

Mignolo (2008) desvela ainda o patriarcado regulando as relações sociais, a economia e o conhecimento. As mulheres, até pouco tempo atrás, e ainda hoje em alguns locais, são excluídas desses espaços, principalmente se notadas, que além de serem do sexo feminino, ainda possuem determinados traços antagônicos aos legitimados pelos fenômenos coloniais. Tudo aquilo com preponderância masculina, segundo Mignolo, possui um caráter ativo, enquanto o feminino passa a ter um revés passivo, até mesmo em se tratando da natureza.

Para Anibal Quijano:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de

dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas, foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2010, p. 84)

Destarte, entende-se os discursos oriundos dos perfis coloniais acabam se tornando eixos centrais dentro dos planos de análises dos conhecimentos e, em consequência disso, cria-se um fenômeno de racialização do saber, no qual determinados saberes passam a ser hierarquizados ou dominantes perante outros, o que inviabiliza a análise de questões específicas diante de naturezas sociais múltiplas.

Sob esse vértice, Maria Lugones (2014) passa a classificar as hierarquias sociais no espaço moderno e contemporâneo tendendo a ser expressas de tal modo a não haver contradições sistêmicas, ou aparentes, que possam ludibriar e transformar as relações do sistema. Esse processo, construído por meio de uma dinâmica colonialista, remetendo aos tempos antigos, explicita uma dicotomia múltipla do modo como os diferentes agentes e sujeitos da sociedade se relacionam entre si, sendo bastante visível quando visto na ótica do feminismo, elaborado a partir de uma proposta decolonial, uma vez que as relações de dominação do másculo sobre as mulheres passa a externar um processo de resistência de gênero.

Logo, a necessidade de estudo sobre feminismo decolonial se desenvolve diante de um processo de resistência, porém bifurcado com questões particulares e perspectivas regionais. Os avanços sobre os estudos de decolonialismo feminismo na perspectiva brasileira, por exemplo, se deram a partir da incorporação de diferentes tendências literárias, principalmente latino-americanas e estadunidenses, sobre o estado social das mulheres e a consequente participação política, econômica, cultural e ideológica no espaço contemporâneo. As tendências essencialistas brasileiras passaram a se pautar em questões de reforço do papel da militância feminista em prol da igualdade de direitos, principalmente após o fim do período ditatorial, dando ênfase para a valorização da identidade, do pluralismo participativo e na emancipação do espírito de dominação presente entre os gêneros.

Matos Junior (2019) considera o fato de, a partir do momento em que se tenta tirar os estudos sociais de uma perspectiva nuclear e incorporar a uma visão regionalística, permite novos campos teóricos, por vezes visto como surreais ou ‘irracionais, do ponto de vista científico, passarem-se a ser considerados como partícipes de um processo de construção das

identidades. Esses objetos de estudo são vítimas silenciadas, e ao mesmo tempo sujeitadas, a uma emancipação crítica, permitindo a negação de seu reconhecimento social. Ao citar Dussel, Matos Junior (2019, p. 30) amplifica a questão das mulheres estarem presentes dentro desse cenário, sendo elas ‘vítimas de um ato irracional’, provido pela Modernidade.

Compreender a função social das mulheres dentro da perspectiva decolonial é, portanto, a ruptura de padrões estereotipados, mantidos por uma tendência que transcende os passos dos estudos científicos, sendo algo presente nos costumes, nas tradições, nos pretextos e nas identidades sociais e é nesse momento que a interseccionalidade aparece como um fenômeno determinante da necessidade de equilíbrio entre as propostas decoloniais feministas no sentido de traçar metodologias de análise da identidade plural feminista, partindo de um elo de interesses entre diferentes raças, classes, credos e fundamentos.

Situamos Imperatriz como um lugar colonial onde latifundiários “dão as ordens” e estimulam os assujeitamentos, predominando fenômenos como o patriarcado, salientando as maneiras pelas quais a heteronormatividade, o androcentrismo, a branquitude, o capitalismo e suas estruturas de poder, provocam o silenciamento causador de opressões impostos às mulheres, onde a classificação social e os discursos reproduzidos rotineiramente se encontram imbricados por meio de comportamentos e ações, os quais se transfiguram no plano do dito e do não-dito, afetando e subalternizando subjetividades no contexto social.

Dessa forma, colonialidade, segundo Lugones (2008), é um fenômeno abrangente, sendo um dos eixos do sistema de poder e, como tal, prevalece todo controle de acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho, da subjetividade/intersubjetividade e da produção de conhecimento, desde o próprio interior destas relações intersubjetivas. Contrário a esse paradigma, a perspectiva decolonial visa a intersecção das relações de opressão a partir da exclusão social causada pelo colonialismo da época e a colonialidade moderna, a qual subjuga a mulher, sendo mais perversa essa subjugação se ela for negra, pobre, homossexual, com baixo nível de escolarização e sem instrução formal aos modelos vigentes.

Lugones (2012) reverbera ainda que a “despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial, ou seja, um feminismo de resistência à dominação, construído por mulheres comuns que sofrem diversas opressões, visíveis e invisíveis”.

Destarte, dados do IPEA (2020) sobre a violência contra a mulher, apontam as mulheres negras sendo as mais vulneráveis à violência letal, realidade que tem se agravado no Brasil, na última década. Nesse período morreram 17.500 mulheres brancas, e 25.637 mulheres negras,

ao passo que a taxa de homicídios de mulheres brancas diminuiu nos últimos dez anos, passando de 3,6 por 100 mil/hab. para 3,2, tendo ainda uma queda no número de mulheres brancas mortas anualmente.

No período 2009-2011, no Brasil, a taxa corrigida de feminicídios foi 5,82 óbitos por 100.000 mulheres. Estima-se ocorrerem, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas, respectivamente, 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres. As Unidades da Federação com maiores taxas foram: Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Alagoas (8,84), Roraima (8,51) e Pernambuco (7,81). Por sua vez, taxas mais baixas foram observadas nos estados do Piauí (2,71), Santa Catarina (3,28) e São Paulo (3,74). Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos (IPEA, 2013).

Paralelo a isso, a realidade na população feminina negra retrata o aumento de 4,5 para 5,4 a cada 100 mil/hab no número de assassinatos. No Brasil, a região sul é a única na qual a taxa de homicídios de mulheres negras é menor que a de mulheres brancas. Além disso:

No Nordeste e no Centro-Oeste, a taxa de feminicídio de mulheres negras é mais que o dobro da taxa de feminicídio de mulheres brancas. No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo e em 50% dos feminicídios envolveram o uso de armas de fogo e 34%, de instrumento perfurante, cortante ou contundente. Enforcamento ou sufocação foi registrado em 6% dos óbitos. Maus tratos – incluindo agressão por meio de força corporal, força física, violência sexual, negligência, abandono e outras síndromes de maus tratos (abuso sexual, crueldade mental e tortura) foram registrados em 3% dos óbitos (IPEA, 2013).

Dados atualizados da estatística da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) apontam no ano de 2022, entre os meses de janeiro e fevereiro, 3.585 situações de violência contra a mulher, registradas em delegacias do Maranhão. A mais recorrente é a ameaça, com 1.957 registros, seguida de lesão corporal (837), casos previstos na Lei Maria da Penha (444), estupro de vulnerável (126), perseguição (58), estupro (41), importunação sexual (38), registro não autorizado da intimidade sexual (5) e importunação ofensiva ao pudor (2) (GOVERNO DO MARANHÃO, 2022).

Em Imperatriz, os dados são do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), serviço da Secretaria Municipal de Políticas para Mulher, por meio de ofício recebido dos serviços da Rede de Atendimento e sistema de garantia de direitos: Delegacia Especializada da Mulher, Vara da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública e Central de Inquéritos e Custódia, aponta um aumento, em 2020, de mais de 50% do número de notificações de violência contra a mulher, se comparado ao mesmo mês do ano anterior, 2019. De janeiro a março de 2020, foram 190 denúncias, sendo 61 somente no mês de março. As estatísticas confirmam que o contexto da Pandemia aumentou assustadoramente os casos de violência contra a mulher.

Dados fornecidos pelo Centro de Referência Especializada no atendimento à mulher de Imperatriz-Maranhão (CRAM) apontam que no ano de 2020, 432 mulheres foram atendidas com as mais diversas demandas direcionadas por meio da rede de garantia de direitos e, até setembro de 2021, o número de atendimentos ultrapassava mais de 350 mulheres.

A rede sócio-jurídica-assistencial de Imperatriz-Maranhão, componente do sistema de garantias de direitos, está estruturada e articulada de forma intersetorial, entre as diversas políticas públicas implantadas ao longo do tempo, através do Centro de Referência Especializada no atendimento à mulher (CRAM), Casa de acolhimento, Promotoria Especializada, Vara da Mulher, Delegacia da mulher, Defensoria Pública, Casa da mulher Maranhense²⁶ e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Realizamos entrevista com a Delegada da Mulher de Imperatriz, Alana Sousa Lima, no período de um mutirão, com o apoio de servidores da capital, devido à alta demanda existente em contrapartida a um quantitativo insuficiente de funcionários, pois a equipe da delegacia localizada no município é composta por duas delegadas, duas escrivãs, dois investigadores, uma estagiária e uma técnica administrativa contratada (terceirizada).

Conforme o relato da Delegada Alana Lima (2022), a Delegacia da Mulher (DEM) na cidade atende exclusivamente os casos de Imperatriz-MA, desde que não esteja em flagrante, caso em que o crime acabou de acontecer, e quando a vítima é conduzida pela guarda municipal, polícia militar, ou polícia civil. Os casos de flagrantes são direcionados ao plantão central, onde é feito a lavratura do flagrante e em seguida serão encaminhados para a delegacia. Existem, portanto, várias frentes de entrada, nas quais a vítima pode vir a denunciar, sendo, em seguida, instaurada a investigação. O trabalho de atendimento traduzido pela delegada expressa que

²⁶ A Casa da Mulher Maranhense se localiza na Av. São Sebastião, s/n, Bairro Vila Nova, com horário de funcionamento de segunda às sextas-feiras das 8:00h às 18:00h, onde funcionam de forma integrada: Delegacia da Mulher, Ministério Público e Vara da Mulher.

“hoje existem cerca de 2 mil inquéritos, histórias, sofrimentos, traumas, família da vítima, família do agressor existentes na delegacia”.

Nas cidades que não possuem DEM, as mulheres são atendidas pelas delegacias comuns que acumulam essa atribuição. O atendimento ocorre após a mulher procurar a Delegacia para registrar uma ocorrência, em seguida é tomado termo de declaração da mulher, preenchido formulário de risco, que avalia os agravos iminentes, no qual a vítima expõe se quer, ou não medida protetiva de urgência. Se for um crime de ação penal pública condicionada à representação, haverá a possibilidade de a vítima representar, ou não, se for de ação penal pública incondicionada à representação, será aberta uma investigação. Vários atores são envolvidos nesse atendimento à mulher.

O registro das ocorrências e pedidos de medidas protetivas ocorrem por meio do Sistema Sigma utilizado pelos servidores. Todos os meses, ocorre um levantamento estatístico, no qual é possível identificar os tipos de crimes, quantidade de atendimentos e quantidade de inquéritos instaurados. No entanto, o sistema não permite integrar todas estas informações e a polícia tem dificuldade no armazenamento destes dados. Portanto:

Existem crimes em que a vítima não pode desistir. Depois que vira um procedimento de crime de ação penal pública incondicionada, que é quando existe qualquer tipo de agressão física ou contra a dignidade sexual, independente da vontade da vítima, haverá a investigação. Os únicos crimes que dá pra vítima desistir é calúnia, ameaça, injúria, difamação, esses a delegacia consegue arquivar através do pedido feito ao judiciário. A delegacia obedece à classificação jurídica dos crimes capitulada como: ameaça, lesão corporal, vias de fatos quando a agressão física não deixa marcas, violação de domicílio, dano, estupro. A Lei Maria da Penha trás infrações penais contra a integridade física, psicológica, moral, patrimonial. Seguimos a classificação dos tipos penais (ALANA LIMA, fevereiro de 2022, informação verbal).

Conforme os dados fornecidos pela autoridade policial aqui mencionada, no ano de 2020, foram 692 procedimentos, com 162 concluídos. Em 2021, foram instaurados 656 inquéritos, sendo 385 finalizados. Em janeiro de 2022, foram instaurados 165 procedimentos de investigação. No ano de 2020, foram expedidos 553 pedidos de medidas protetivas e em 2021, foram 452. Porém, estes dados não retratam a realidade total, visto que a Defensoria Pública e Ministério Público também realizam o pedido de medida protetiva, sendo possível fazer a solicitação por meio do sistema da Delegacia *online*²⁷ e do disque 180, não havendo

²⁷ Endereço: <https://www.policiacivil.ma.gov.br/>

necessidade da vítima se dirigir à Delegacia para efetuar o pedido de medida protetiva (LIMA, 2022).

É importante frisar o fato da Delegacia da Mulher não instaurar inquéritos de crimes de feminicídios, uma vez que não atende demandas de homicídios consumados, apenas tentados, ficando sob a responsabilidade da Delegacia de Homicídios, a qual, em 2020, registrou 5 casos de mulheres mortas e em 2021, foram registrados 3 feminicídios.

No próximo capítulo, apresentaremos o movimento feminista na cidade de Imperatriz, através das vertentes existentes: o movimento de mulheres, surgido na Igreja Católica, com o Clube de mães e com ramificação na esfera política; o movimento feminista, organizado com bases sindicais, nos movimentos sociais e na militância política; e os novos feminismos emergentes no contexto acadêmico, com articulações nas ruas e nas redes virtuais.

CAPÍTULO 4 – MULHERES E FEMINISMOS EM IMPERATRIZ-MA

O movimento de mulheres guarda sua diferenciação com o movimento feminista por não se autoidentificarem como feministas e não coadunarem com todas as pautas apregoadas e difundidas pelos movimentos autodeclarados feministas. A homogeneidade não é característica de nenhum movimento social e, no caso do feminismo, tal pensamento também pode ser aplicado. Nesse sentido, teremos no interior dos movimentos de mulheres, denominados feministas, ou não, várias diferenciações, havendo esforços teóricos no sentido de classificar os movimentos que se fazem por aqui, a partir de suas agendas para melhor entendê-los.

Em Imperatriz, um dos grupos precursores iniciou-se no seio religioso, em ações de quase meio século interligadas à Igreja Católica, por meio do Clube de Mães. Este movimento de mulheres, em seu processo de organização e estruturação, possui uma forte ligação com tal igreja, responsável por incentivar a criação do clube, amparando por meio da caridade, os mais pobres e vulneráveis, dedicando-lhes tarefas de cuidado. As articulações centrais do grupo orbitam, até hoje, na figura de Maria da Conceição Medeiros Formiga.

Em seguida demonstramos a militância e o protagonismo da sindicalista Conceição de Maria Amorim, que se autodenomina feminista, praticando o feminismo anticapitalista, construído na luta de classes e no bojo dos movimentos políticos e sociais fora e dentro de Imperatriz, trazendo em suas lutas agendas nacionais e estaduais dando ênfase às pautas emergentes como o enfrentamento à violência contra a mulher, contra a fome, contra o machismo, o sexismo, a misoginia, o controle social da saúde da mulher, pautando sempre o debate nas perspectivas feminista e de gênero, incluindo segmentos historicamente excluídos, como as mulheres negras, periféricas, lésbicas e indígenas, desenhando-se em um movimento com a identidade mais próxima do feminismo estruturado nas bases políticas e sindicais.

Finalizamos com o grupo de mulheres feministas, surgido no espaço acadêmico, o coletivo AFIM (Articulação Feminista de Imperatriz), alicerçado no contexto universitário – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – com pautas relativas à liberdade sexual e identitárias, exploradas e desenvolvidas no meio virtual, por meio das redes sociais (*Facebook, Instagram*) e nos movimentos de rua, no escopo feminista contemporâneo, se aproximando das pautas corroboradas por Buarque de Hollanda (2019) relativas à “explosão feminista” surgida na última década. Mencionamos o fato dos movimentos de mulheres e feminismos, que se fazem por essas paragens, seguirem algumas características comuns ao movimento nacional, porém, apresentando especificidades locais.

4.1 O movimento de mulheres e o catolicismo: a trajetória político-religiosa de Formiga

4.1.1 A vida de Conceição Formiga

O Clube de mães de Imperatriz foi criado no dia 26 de maio de 1971 no âmbito da Igreja Católica, sob a orientação de Dom Marcelino Bicego, bispo da Diocese, e idealizado pela Irmã Rosa Dália e **Maria da Conceição Medeiros Formiga**, com o apoio de Frei Epifânio da Abadia, chegando a aglutinar 1.500 sócias, 32 núcleos, no período de 1971 a 1991, como consta em atas de reuniões. O clube de mães de Imperatriz – Núcleo Santa Tereza, teve como primeira presidente a Senhora Raimunda Soares Ribeiro (FORMIGA, 2013).

Dentre as fundadoras, ainda participa ativamente do Clube, Maria da Conceição Medeiros Formiga, nascida em 15 de outubro de 1946, na cidade de Barra do Corda-MA. Os pais vieram para o Estado do Maranhão em 1932, fugindo da seca, em uma expedição de navio, com cerca de 50 pessoas, após receberem a proposta de um político de Caicó-RN, colonizando e povoando uma região tomada por matagais, onde hoje se situa a cidade de Lima Campos-MA. A mãe, Eugenia Brito de Medeiros, costureira e comerciante e o pai, José Tauari de Medeiros, funcionário público, tiveram sete filhos. Os pais eram católicos e, por volta de 1950, os filhos iniciaram na roça para pagar as dívidas dos pais.

A família mudou-se para Bacabal-MA e aos 14 anos, Formiga casou-se em 1963 com Sebastião Alves Formiga, o primeiro namorado. Formiga engravidou nove meses depois. A criança acometida de pneumonia, faleceu duas horas após o nascimento. Depois disso, passaram-se oito anos até que engravidasse novamente, pois acreditava possuir a mesma infertilidade da avó, a qual teve apenas uma filha, sua mãe. O casal teve três filhos: Tauari, Tairon e Giovana.

Dessa situação, cita o milagre de São Severino e São Raimundo que levou a avó a construir uma capela no Rio Grande do Norte. Após 9 anos da primeira gestação, o filho Tauari nasceu em 1972. Em 1974 nasceu Tairon, seu segundo filho. Formiga conta ter sentido a “placenta rompida”, sendo atendida pela Dra. Ruth Noleto²⁸, ao dar entrada no hospital. A terceira filha (adotiva), Giovana, nasceu no ano de 1983.

²⁸ Médica, implicada em ajudar os menos favorecidos que a procuravam, fundando no ano de 1966, com seu esposo, o médico Raimundo Noleto Filho, o Hospital São Raimundo, na época um dos maiores hospitais do interior do Maranhão, com 120 leitos, estava situado na Avenida Getúlio Vargas, em Imperatriz. Uma mulher além do seu tempo, em uma época em que as mulheres, em sua maioria, viviam isoladas politicamente na região, ela se posicionava como uma líder política, atuando pelo partido de oposição à ditadura militar vigente no país. Em

Em sua narrativa, recorda com afeto das aventuras do pai, José Tauari, colega de turma de Luís Câmara Cascudo (historiador e sociólogo) viajante pela Amazônia sendo acometido por Beriberi em suas expedições, levando-o a retornar ao Rio Grande do Norte.

A presentificação do marido falecido em 26 de maio de 2004, após 41 anos de casamento, se espraia e se concretiza em seu discurso, ao mesmo tempo em que a obediência se materializa durante o relato da relação conjugal, regada, sobretudo, aos preceitos religiosos e morais entranhados por sua formação cristã, revelando, inclusive, que ele dava umas “patadinhas” e agia de forma “grosseira”. A vida pública de Formiga se processa e se legitima a partir de negociações e permissões do marido que exercia o controle do casal.

Conceição Formiga²⁹ (2021) rememorou sobre sua trajetória “estudei durante muito tempo em escola católica alemã, criada em 1959, em Bacabal-MA e atribuo grande parte da minha disciplina, assiduidade, valores e costumes rígidos à educação recebida no ambiente escolar”. Ela trabalhou por 15 anos na escola católica Santa Terezinha e 13 anos como bancária. Ao ser aprovada no concurso para o banco, deveria assumir o emprego na cidade de Presidente Dutra-MA, porém, por meio de um político, conseguiu a retificação de localização, o que possibilitou sua remoção para Açailândia-MA. Nesta época, ela se deslocava diariamente à cidade para trabalhar até conseguir a transferência para Imperatriz-MA.

4.1.2 O Clube de mães

Formiga foi uma das responsáveis por fundar o Clube de Mães em Imperatriz-MA, nos anos 1970, descrevendo que o grupo estava fundamentado em quatro pilares: cidadania, trabalho, cursos de artesanato e lazer saudável.

[...] eu disse pra turma, vamos fundamentar o grupo em quatro pilares, uma é **cidadania**. A gente não pode viver só de cozinha, nem de lavar prato. A gente também tem que ir para a rua ser preocupada com a escola do filho da gente, com o posto de saúde e com todas essas coisas que nós precisamos. **A segunda é a do trabalho**. Porque nós dependíamos do marido até para comprar o absorvente, pra fazer uma unha. Nós enveredamos muito para o lado do **artesanal**, porque nossas mulheres são mulheres muito simples. A outra coisa é a questão do **lazer saudável**. Eu disse para elas, nossos maridos quando sai

Imperatriz, várias instituições públicas carregam seu nome: Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto, que atende mulheres em situação de violência doméstica, e o Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto.

²⁹Entrevista concedida por Maria da Conceição Medeiros Formiga, no dia 17/06/2021, por meio da Plataforma virtual *Google Meet*, ao grupo de estudos Território, gênero e desenvolvimento, com a presença dos professores Dra Vanda Maria Leite Pantoja e Dr. Alexandre Zarate Maciel.

do trabalho, eles vão jogar baralho, vão jogar futebol, vão conversar com os amigos. E nós, cozinha, olha menino, lava prato e faz tudo. E a **quarta** foi a que nós nascemos, que é com **a espiritualidade** “Sem mim, nada podeis fazer” porque esse Deus que nos alimentou que nos deu coragem, que nos deu perseverança, que nós conseguimos 50 anos, porque eu mesma, vi muito grupos de mulheres, nascerem aí e morrerem. Porque era criando, às vezes por interesse político, alguém que queria ser candidato (CONCEIÇÃO FORMIGA, junho de 2021, informação verbal).

Para a fundação do Clube, o estatuto jurídico das obras sociais da prelazia de Carolina define, explicitamente no projeto, as mães como cuidadoras e responsáveis por zelar pela educação dos filhos, priorizando questões ligadas à maternidade e à família sem, contudo, reconhecê-las como sujeitos políticos, seres sociais com demandas para além do cuidado com a prole, sem questionamentos quanto à divisão das tarefas domésticas com os pais. Dentre as atividades desenvolvidas pelo Clube de mães existiam as espirituais (batizados, páscoa, casamentos, confraternização do Dia das Mães e dos Pais), atividades culturais (cursos de artesanatos, corte e costura, arranjos florais) e recreativas (encontros musicais, apresentações teatrais em datas cívicas, visitas a passeios) (BARBOSA, 2013).

Dentre os objetivos do Clube de mães, enumerados no regimento, Formiga (2013) elenca: a) desenvolver ação social para promover mães associadas, seus familiares e a coletividades; b) promover conferências, debates, palestras para conscientizar as associadas dos seus direitos e deveres como mãe, mulher e cidadã; c) patrocinar campanhas de caráter moral e educativo; d) criar condições para haver um crescimento espiritual das mães e de suas famílias; e) planejar e realizar atividades; f) promover a defesa da saúde e assistência médico-social das associadas e da coletividade; g) realizar atividades recreativas e de lazer; e h) realizar cursos de trabalhos manuais, artísticos, profissionalizantes afim de gerar renda.

As mulheres de Imperatriz começaram a se organizar no início da década de 1970, a partir da criação dos Clubes das Mães e Pastoral da Mulher, ambos articulados pela Igreja Católica, com o objetivo de reforçar os valores religiosos, morais e socioculturais da instituição, agregando as mulheres em um movimento, buscando proporcionar o acesso dessas à ocupação, geração de renda e lazer.

Indagada sobre o perfil das participantes do Clube nos primeiros anos e como obtinham a notícia de um clube das mães, Formiga (2021) discorre o fato de serem mulheres mais simples e aponta a existência de outro grupo, chamado Mater-clube, sendo também uma das fundadoras, onde as mulheres possuem situação econômica melhor e formação superior.

A partir dessas informações, lançamos provocações à nossa interlocutora: As mulheres vindas da periferia conseguiam participar do grupo? Quais eram os serviços ofertados? O clube das mães teve importância na vida dessas mulheres, no dia-dia delas?

Formiga (2021) descreve com nitidez que “a maioria participa do clube de mães pelo lado da afetividade, da acolhida, uma que leva a outra, e, principalmente, a afetividade nas horas da dificuldade, a maioria também entrou para o clube de mães porque, ou tinha morrido uma pessoa da família e foi bem acolhida pelas amigas vizinhas, ou separou do marido”. O clube se coloca, dessa forma, como possibilidades de acolhimento e amparo nos momentos de dificuldades dessas mulheres, a partir da afetividade reportada, contribuindo significativamente para o bem-estar das participantes.

Nesse sentido, destacamos que esses grupos, existentes no âmbito da igreja, desenvolviam ações voltadas para o interesse das mulheres de suas bases sociais, promovendo cursos de relações interpessoais, relações sociais, cursos ocupacionais e atividades de lazer, por meio da Pastoral da Mulher Marginalizada, inicialmente denominada Pastoral das Prostitutas, fundada em 1975, período no qual Imperatriz vivia sob o intenso aquecimento do comércio atacadista e varejista provocado, principalmente, pela agricultura.

Nesse contexto, Barbosa (2013) enfatiza que:

Acompanhadas por freiras, as mulheres da pastoral visitavam uma vez por semana as prostitutas. Inicialmente se limitavam a evangelização no próprio local de trabalho das mulheres atendidas, ou seja, nos bares e cabarés da Farra velha e do Mangueirão. Em seguida foi adquirida uma casa na área da Farra velha, onde foi montada uma escola para as filhas e filhos das mulheres que ali trabalhavam e oferecidos vários cursos (artesanato, corte e costura, bordados, culinária) visando favorecer novas formas de sobrevivência econômica e o rompimento com as práticas de prostituição (BARBOSA, 2013, p. 126).

Alguns nomes aparecem como sócias-fundadoras do Clube das Mães de Imperatriz: Domingas Paixão, Eva Paixão, Helena Vieira (falecida), Belcina Bento, Cledina, Margareth Valente, Cleila, Raimunda Queiroz, Izete Bonfim (atual presidente geral do clube, pois existem presidentes em cada núcleo). Formiga atualmente ocupa a função de secretária geral, mas já assumiu o cargo de presidenta. Formiga (2006) apresenta que o clube de mães possuiu como Presidentas: Juraci de Athayde Conceição (1974 a 1976), Aldacira Feitosa Melo (1976-1978), Belcina Bento dos Santos (1978-1980), Helena Araújo Vieira (1980-1982/1982-1984 e 1990-1992), Alexandrina Nunes Ferreira de Lucena (1984-1986), Maria da Graça Coelho Pereira Ubirajara (1986-1988/1998-2000/2000-2002), Maria do Socorro Almeida Noleto (1988-1990),

Odícia Mendes Lopes Brige (1992-1994/ 19996-1998), Maria da Conceição Medeiros Formiga (1994-1996), Maria Isete de Sousa Bonfim (2002-2004/2004-2006).

Do ponto de vista prático, as ações iniciais nos grupos de mães tinham dimensão voltada para a caridade, “ajudar” as mulheres, características da igreja católica, por meio de uma perspectiva filantrópica, almejando tirar as mulheres “das portas da rua”, oportunizando dentro dos grupos a realização de cursos de formação ocupacional, que pudessem transformar suas vidas, aperfeiçoar suas relações conjugais, fortalecer seus vínculos familiares, valorizar seu papel de mãe, se fortalecer como cristãs tementes a Deus.

[...] tinha uma paróquia que é lá perto da praça Brasil, em 71, em maio nós fundamos o grupo das mães, lá em São Francisco. O bispo chegou, trouxe nutricionista do Rio de Janeiro, trouxe uma assistente social. E como naquele tempo a gente não tinha telefone pra se comunicar. Ele foi e fundou aqui na Santa Tereza, um clube, como ele já foi ao cartório mandar, mandou pessoas pra registrar em cartório, quando lá no entroncamento a gente soube que já tinha o clube de mães. Nós fundamos um pouco antes, meses só, em março só, e ele fundou em maio, vamos deixar que o dele seja o inicial, porque ele já está fazendo o que a gente não sabe fazer, que era registrar em cartório, fazer estatuto essas coisas, ele já fez tudinho que ele tinha com ele, um leigo, o Ambrósio, um italiano, um jovem que fez tudo isso pra ele, que já falava português. Então em maio de 1971, no dia 26 de maio foi fundado o Clube de Mães. Aí, nós **começamos ver um mundo diferente, de primeiro, era muito religioso, mas nós fomos abrindo a cabeça devagarzinho, devagarzinho** (CONCEIÇÃO FORMIGA, junho de 2021, informação verbal).

Após 40 anos de ações do Clube de Mães, Formiga (2013) destaca os resultados das intervenções, atividades e ações realizadas no grupo, apontando o fato de terem surgido lideranças e atualmente muitas mulheres participarem ativamente nos Conselhos, Sindicatos, Associações e Partidos Políticos, evidenciando a promoção de protagonismo social destas sujeitas, empoderamento e lutas em torno da igualdade de gênero, contrapondo-se ao que ocorria no início, quando as mulheres eram totalmente dependentes dos maridos e até mesmo a participação em reuniões, ou em pequenas viagens suscitava a prévia autorização do esposo.

Ao longo dos anos os grupos de mães e pastorais se consolidaram e atingiram a independência política, inserindo-se em ações diretamente ligadas às lutas feministas, traduzindo-se em desenvolvimento de capacidades e competências individuais e coletivas para tomadas de decisão no âmbito doméstico e, fora dele, para o exercício do poder e o fazer político no espaço público. No entanto, existem algumas pautas feministas que a Igreja Católica e seus integrantes têm buscado manter certo distanciamento, a exemplo do aborto, pauta rejeitada pela maioria dos conservadores.

Em seu relato, Formiga (2021) justifica a educação ancorada nos preceitos católicos:

sempre fui assim muita católica, eu estudei em escola católica muito boa, grande parte do meu conhecimento dos bons costumes, da pontualidade, da responsabilidade, eu tenho dos meus pais, mas também eu tenho da escola que estudei, uma escola de alemães lá em Bacabal, era uma escola que todo dia a gente tinha que levar uma carteirinha, e lá isso foi em 1959, todo dia levava a carteira, e todo dia tinha três carimbos: presente, ausente e atrasado. Todos os dias tinha esses carimbozinhos para a família ver isso aqui (CONCEIÇÃO FORMIGA, junho de 2021, informação verbal).

Reiteradamente a base católica incentivada e difundida pelos pais se manifesta, inclusive, como citado pela interlocutora, possuindo em casa um cantinho denominado pela mãe de “atajé” – uma madeira fixada no canto da parede da sala para comportar as imagens dos santos adorados pelo catolicismo, como “Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, São José, Jesus”. Todos os dias, ela via o pai ficar em pé com as mãos postas, fazendo a oração, antes de ir ao trabalho e nessa hora, ele pedia que ninguém atrapalhasse seu ritual. Era um momento respeitado, em que a fé do pai se materializava.

Conforme asseverou formiga, a fé curou a irmã, que teve tifo³⁰ aos 15 anos de idade, naquela época uma doença com alto índice de letalidade, quando ainda moravam em Bacabal e o pai fez a promessa de ir a pé de São Luís-MA para São José de Ribamar-MA, caso a filha se curasse. A filha se curou da doença e, em agradecimento, pai e filha cumpriram a promessa a fim de “pagar a dívida”. A distância percorrida caminhando, era aproximadamente 35 km. “Quando ela ficou boa, e teve resistência, saíram cedinho da manhã de São Luís a pé e foram até São José de Ribamar”, narra Formiga (2021).

Já a mãe, considerada uma católica supersticiosa, não aceitava, por exemplo, que uma vizinha benzesse sua casa, pois, a idosa benzia a partir de suas crenças provenientes da Umbanda³¹ e não do catolicismo.

Formiga (2021) se caracteriza como uma mulher “muito católica, fui catequista, me casei no católico” e rememora ainda a época do casamento, quando o noivo Sebastião,

³⁰O tifo epidêmico é causado por um microrganismo (*Rickettsia prowazekii*) que, como todos os *Rickettsias*, é um meio-termo entre vírus e bactéria, e só é transmitido de uma pessoa doente para outra saudável por meio do piolho *Pediculus humanus*, que vive próximo ao calor do corpo humano, nos cabelos e nas roupas. É importante ressaltar que superpopulação, falta de higiene e baixas temperaturas são as condições que geram um ambiente favorável para o tifo epidêmico, uma doença que se caracteriza por febre alta, prostração, dor de cabeça, dores no corpo e uma irritação que acomete todo o corpo (CUETO, 2004).

³¹Religião criada no Brasil no início do século XX, época em que o país passava por um momento de transição sociocultural e em que uma sociedade urbano-industrial começava a ser instaurada. Fruto de uma hibridação entre elementos culturais diversos, como os dos indígenas nacionais, do Candomblé afro-brasileiro e do Kardecismo francês que chegava ao Brasil, a Umbanda buscava ser uma religião brasileira (PRESOTO, 2014).

paraibano, solicitou que os nubentes se casassem no civil, em Bacabal e no religioso, na Paraíba. A mãe, Eugenia, firmemente interrompeu o genro: “não, Sebastião! não tem esse negócio de casar-se em igreja lá e aqui no civil, conheço muita gente que se casa em um, mas não casa em outro. Tem que se casar na igreja logo e no civil, ou se casar nos dois, ou não se casar” (FORMIGA, 2021). O casamento aconteceu em 1963 nas duas esferas: religiosa e civil.

Durante as entrevistas, expressou seu posicionamento radicalmente contrário ao aborto, reiterando a identidade do Clube de Mães ser conservadora e não ligada à ala progressista da Igreja católica, apresentando, também um viés classista, no qual as mulheres pobres são assistidas por mulheres com condição econômica superior.

Por exemplo, eu sou radicalmente contra o aborto, é por isso que às vezes eu entro em choque com as feministas, por exemplo: Quando eu fui para um encontro em São Paulo, eu ganhei um feto a coisa mais bonitinha e coloquei em cima da minha mesa, aí um dia alguém chegou e disse assim: O que é isso aí, Conceição? Aí eu disse: É um feto. O que queres dizer com isso? Quero dizer que sou contra o aborto. Ah, então tu não serves pra ser secretaria, porque tu não podes dizer isso. Aí eu disse: Vem cá, no dia que não puder dizer que sou contra o aborto, fiquem com essa secretaria, porque eu posso é não impedir alguma coisa, eu não posso chegar pra um grupo, isso aqui não se fala sobre o aborto (CONCEIÇÃO FORMIGA, Junho de 2021, informação verbal).

Embora se posicione contrária ao aborto e outras pautas mais radicais do feminismo, Formiga (2021) relata ter certa habilidade para transitar em diferentes espaços, inclusive convivendo e trabalhando com feministas, como Conceição Amorim, dialogando sobre pautas e participando de discussões que envolvam mulheres. Ela conta, de forma bem-humorada, o episódio da invasão da prefeitura, fato conhecido como Revolução de Janeiro, em que adentrou o paço municipal atravessando o buraco destinado para instalação de um aparelho de ar-condicionado. Essa certamente “foi uma das loucuras cometidas por uma mulher casada naquela época”.

Ocupou, também, ao longo de sua trajetória, espaços predominantemente masculinos, como a política, alegando dispor de habilidades sociais, aperfeiçoadas com o tempo em que esteve em diversos partidos políticos, de forma “presente”, percorrendo comunidades e bairros, aproximando-se da população durante seus mandatos e à frente do Clube de Mães. Narraremos a seguir a trajetória política de nossa interlocutora.

4.1.3 “Dez vezes candidata”: uma mulher na política!

Em 1986, o Clube das Mães, juntamente com outros grupos ligados à Igreja Católica, compreendendo a necessidade de ocupar o espaço político, lançaram a candidatura de Maria da Conceição Formiga Medeiros à Deputada Estadual pelo PMDB, obtendo mais de 4 mil votos sem, contudo, conseguir elegê-la. No entanto, em 1988, Conceição Formiga foi eleita vereadora de Imperatriz e, apesar de ela não reconhecer, sua eleição pode ser explicada em razão de sua prática militante e religiosa na Igreja, ou seja, Conceição Formiga não foi eleita por sua militância partidária, mas sim, por sua militância nos movimentos de Igreja. A relação desenhada neste cenário não é política, mas religiosa.

Formiga explicita haver, naquela época, um documento da CNBB³² falando da participação da mulher na política e, ouvindo das colegas que “deveria ser uma mulher que falasse bem em público”, ou “andasse muito na rua”, ela entendeu reunir tais atributos, mas faltava o marido autorizar, o que de fato ocorreu. Em seu relato, destacou ter frisado a necessidade de usar calça comprida, durante o pedido de autorização para a candidatura, pois, subiria em ônibus e andaria com frequência nas ruas da cidade. Foi candidata por dez vezes³³, quatro como vereadora, se elegendo em três, uma como vice-governadora, uma como vice-prefeita e quatro vezes como deputada estadual, deixando claro que ia para ajudar os partidos mencionando não ter usado o Clube de Mães para fazer política. Para deputada estadual se candidatou em 1986, 1990, 1994 e 1998.

Foto 5 - Conceição Formiga candidata a Deputada estadual no ano de 1986

³² Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

³³ Maria da Conceição de Medeiros Formiga foi eleita três vezes vereadora de Imperatriz-MA nas eleições de 1988 (partido PFL - 702 votos), 1992 (partido PSDB - 602 votos) e 2000 (partido PSDB - 849 votos). Foi candidata a vice-prefeita de Imperatriz na chapa com Sebastião Madeira (1996), não conseguindo se eleger. Foi quatro vezes candidata a deputada estadual (1986, 1990, 1994 e 1998) (Fonte: TRE/MA). Disputou as eleições para vereadora, em 2004 e vice-governadora, em 2006, não se elegendo em nenhum dos pleitos.



Fonte: Arquivo pessoal de Conceição Formiga

Em 1988, foi eleita vereadora e assumiu no dia primeiro de janeiro de 1989, relatando que “os queixos tremiam quando ia falar na câmara, não tinha experiência”. Narra o fato do marido gostar de política e a ajudar nas campanhas, “ele distribuía santinho, mas era “grosseiro”. Lembra, também, que seus requerimentos não eram atendidos pelo prefeito, a exemplo da solicitação de uma casa para estudantes e asfaltos para ruas. Todos negados, pois, em todos os mandatos, os prefeitos eram seus adversários políticos.

[...] fui candidata dez vezes. Só tem mais do que eu agora, o Paulão do Ferro Velho que ele foi mais do que eu, e o Madeira agora tem o mesmo tanto que eu tenho. Eu fui quatro vezes candidata a vereadora e ganhei três. Eu fui uma vez candidata a vice-prefeita e perdi. Eu fui quatro vezes candidata a deputada estadual, e não ganhei nenhuma, e fui uma vez a vice-governadora (CONCEIÇÃO FORMIGA, junho de 2021, informação verbal).

Foto 6 – Primeiro mandato de vereadora (a única mulher) de Formiga no ano de 1989.



Fonte: Arquivo pessoal de Conceição Formiga

Em seus relatos, há histórias sobre as agruras e percalços sofridos quando era vereadora e fora acusada de ter recebido dinheiro ilegalmente, vítima de armação política, na época que saiu candidata a vice-prefeita do candidato Sebastião Torres Madeira, tendo sofrido acusações, por parte de um vereador, de ter recebido propina para não aprovar as questões relativas aos salários dos professores, na câmara de vereadores, utilizando o dinheiro para pagar uma cirurgia, o que, em seguida, provou-se ter sido o procedimento cirúrgico pago pelo plano de saúde do banco, Cassi. “O prefeito à época, Davi Alves Silva, se dirigiu ao cartório e declarou ter pago uma quantia para mim, foi uma calúnia, senti muita dor” (FORMIGA, 2021).

Foi uma situação geradora de angústia e sofrimento com orações, pedindo a Deus, de joelhos, que a justiça fosse feita e, 60 dias após do ocorrido, tendo recebido a notícia do assassinato de seu acusador. No período ela recorreu ao padre para se confessar, alegando não sentir tristeza pela morte dele. O ato rebelde constituído se expressa quando Formiga manifesta não sentir nada diante da morte do seu algoz, aparecendo nessa hora seu eu (*self*) genuíno, livre de controles sociais.

O eleitorado de Formiga inicialmente advinha da Igreja católica, nas eleições para Deputada Estadual, ao lançar a campanha “Unidos venceremos”, o que refletiu nas eleições para vereadora. Ela classifica como “difícil” angariar votos para vereadora.

Formiga dissecava ainda sobre sua participação em comissão de educação na câmara, na elaboração do primeiro Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PMPM) e como Secretária da Mulher. A criação da Secretaria, no dia 10 de março de 2009, foi fruto de reivindicações de mulheres ao prefeito Sebastião Torres Madeira. As mulheres eram: Conceição Amorim, filiada

ao PT (trabalhou na Secretaria, mesmo sendo do PT, por ser um pedido pessoal de Formiga junto ao prefeito), Ana Paula Lixa, Maria Helena Assunção (fundadora do movimento Fagulha), Euramir, dentre outras.

Nesse panorama, Ferreira, Dias e Pinto (2021) elaboram discussões apontando que essa forma de organização social advinda do patriarcado, contribuiu para alijar as mulheres dos espaços de decisão, confinando-as nas senzalas, nas cozinhas, nos espaços domésticos, sem direito à voz e, por vezes, obrigadas a silenciar e esconder as violências sofridas cotidianamente, tendo como única função a de procriar, gerar e educar filhos. Toda essa realidade enfrentada pelas mulheres reflete na realidade atual e se constitui como grandes desafios de superação. Os desafios da superação das desigualdades de gênero implicam no combate à violência sexual contra mulheres, à homofobia, aos salários desiguais, à dupla jornada e divisão sexual do trabalho, à desvalorização das carreiras femininas, ao aborto inseguro, ao impedimento de as mulheres participarem da vida política, entre outros vários dilemas não superados pela sociedade contemporânea.

Além desses desafios, podemos apontar a questão da sub-representação das mulheres, como um fator que interfere e interdita o reconhecimento das mulheres como sujeito político. Sua ausência nestes espaços é determinante para as problemáticas, que afetam mais diretamente as mulheres, não serem considerados relevantes nas discussões legislativas, ou, na elaboração de leis. Compreender como estes mecanismos se articulam é importante para pensar os protagonismos das mulheres e como estes podem ser equacionados para dar maior visibilidade às ações das mulheres, politizando e incluindo-as nestes segmentos (FERREIRA; DIAS; PINTO, 2021).

De 2009 a 2016, Formiga ocupou a Secretaria da Mulher, de Imperatriz, anuindo reiteradamente que “atuei sempre com muita prudência, não sou uma mulher de briga, sou da diplomacia”, destacando o PMPM possuir quase 200 propostas e o fato de apenas 26 não terem sido atendidas nesse período, ficando para a gestão seguinte. No ano de 2009, foi realizada a primeira semana da mulher imperatrizense. O plano abrangia as principais secretarias (SEDES, Educação, Saúde) para a implantação das ações, cujas pautas contemplavam o combate à violência contra a mulher, o desenvolvimento da autonomia da mulher, do trabalho, e a participação social. Até fevereiro de 2022, Formiga ocupava a presidência do Conselho Municipal de Proteção ao Idoso, é aposentada e ainda participa da gestão do Clube de Mães.

Nossa interlocutora narrou entusiasticamente um fato sobre as duas “Conceições” atuantes na vida na vida pública de Imperatriz, Amorim e a Formiga. Certo dia, Formiga

recebera uma intimação para comparecer à Delegacia e, após se dirigir ao órgão, o delegado requisitou que ela declarasse quem havia assassinado um professor. Nessa situação, logo perceberam haver um engano, pois o delegado fundamentava a inquirição inicial dizendo: “Já que você anda bradando por aí, diga quem matou ele”. A autoridade policial a havia confundido com Conceição Amorim, outra liderança conhecida na cidade, que se manifestava publicamente contra o crime, sendo o engano confirmado após uma ligação telefônica. Embora Formiga discordasse dos posicionamentos mais radicais de Amorim, as duas conseguiam dialogar e juntas realizavam ações e discussões em prol dos direitos das mulheres, apesar de Formiga ocupar sempre um lugar social de “diplomacia” e Amorim, de “enfrentamento”.

Nessa perspectiva, Anzaldúa (1987, p. 705) argumenta: “não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechados/as em um combate mortal, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência”. Dessa forma, a autora reforça ainda que:

o “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizados de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir (ANZALDÚA, 1987, p. 705-706).

Para a autora, o trabalho da consciência “mestiza” é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida e superada. As respostas emblemáticas entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão originada nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, apontar para o fim do estupro, da violência, da guerra (ANZALDÚA, 1987).

Contar a história do “movimento” de mulheres, no âmbito da Igreja Católica e na política, iniciado por Conceição Formiga na década de 1970, é fundamental para a compreensão dos movimentos de mulheres da cidade e das ações e políticas públicas construídas para este público, em Imperatriz-MA, cujas contribuições de Conceição Amorim se fazem presentes, caminhante com Formiga em vários momentos nas lutas civis por direitos das mulheres. Uma parceria muitas vezes marcada por discordâncias e impasses, que não foram suficientes para se sobressair às lutas. A trajetória de Amorim aparece a seguir.

4.2 O Feminismo e os movimentos sociais: a militância de Conceição Amorim

4.2.1 A trajetória de Amorim

Buscamos construir o percurso do movimento feminista em paralelo aos movimentos sociais, considerando questões conceituais, pedagógicas e políticas. Partindo do princípio de os movimentos sociais serem articulações livres, compostos de pessoas, para expressar posições, reivindicar direitos, denunciar opressões e explorações, ocorrendo numa perspectiva de transformar as relações sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais, entre outras e, também, para garantir bens e equipamentos materiais, os quais se materializam por meio das políticas públicas e/ou incide na inclusão de setores da sociedade, seja quanto às questões da diversidade, ou às étnico-raciais.

Nesse contexto, os movimentos sociais estão presentes na sociedade, inserindo os mais diversos seguimentos e grupos de pessoas, que se juntam para conquistar direitos, transformar relações através de lutas contínuas e sistematizadas, com propósitos concretos e objetivos. Dentre eles, o movimento feminista e o movimento de mulheres, ambos fazem a luta pelos direitos das mulheres e ambos caminham juntos na articulação da maioria dessas lutas. No entanto, nem todos os movimentos de mulheres se reconhecem feministas, mas, todas as militantes feministas se reconhecem membras do movimento de mulheres. Nesse percurso, nos dedicaremos a conhecer o perfil e a praxe feminista de militantes do movimento social presente no “Portal da Amazônia”.

Figurando entre as mulheres mais atuantes na militância do movimento feminista em Imperatriz, ocupando espaços públicos e de políticas com agendas e pautas voltadas para mulheres, Conceição de Maria Amorim foi a primeira entrevistada na pesquisa. Com uma

trajetória marcada por sua atuação no movimento social, sindical e partidário, por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), envolvida com a classe trabalhadora em grandes metrópoles do país, como São Paulo e Belém, em períodos históricos relevantes – ditadura e redemocratização do país – o início de sua movimentação política se notabiliza no espaço da igreja católica e se processa no decorrer da sua trajetória nos movimentos sociais e sindicais no Brasil de fora a fora.

Conceição Amorim possui uma personalidade direta, incisiva e forte. Seus cabelos vermelhos e encaracolados complementam o rosto de uma mulher que carrega lutas em suas veias e sangue em suas batalhas. Sua fisionomia retrata, com clareza, sua trajetória implicada com as lutas e causas sociais. Um exemplo sobre as características de Amorim ocorreu em um dos dias de entrevistas, quando ela se desdobrava entre a organização da distribuição de cestas básicas a serem doadas para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma das ações desenvolvidas pelo Fórum de Mulheres de Imperatriz e a Articulação de Mulheres Brasileiras, em meio a pandemia da Covid-19, juntamente com sua filha, Iza Amorim, jovem psicóloga e militante, os relatos de uma história que fazia seus olhos esperançosos brilharem. Por vezes declarou que sempre foi uma pessoa subversiva e que assumia o protagonismo nas lutas, mesmo naquelas em que predominava a presença de homens!

No período das entrevistas, Conceição Amorim atuava³⁴ como Assistente Social, lotada na Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL), transitando em instâncias colegiadas, as quais deliberavam sobre a política para universidade no Conselho Universitário – CONSUN, onde representava os trabalhadores da administração e nas políticas públicas para as mulheres, no CMDM, como titular da sociedade civil, ao mesmo tempo, exercendo a Coordenação do CPCDDHPJ, do Fórum de Mulheres de Imperatriz e do Colegiado do Fórum Maranhense de Mulheres.

Sabendo do papel, importância e atuação de Conceição Amorim neste cenário, estabelecemos contato buscando recontar como se deu as bases e a trajetória do movimento feminista na cidade, com entrevistas realizadas nos dias 27 e 29 de janeiro de 2021, cada encontro com mais de duas horas de duração, utilizados para coleta de dados.

Filha de pais potiguares³⁵, pai comerciante e mãe dona de casa, Conceição Amorim nasceu em Mossoró, no Estado de Rio Grande do Norte, em uma família com seis irmãos (Wilton José de Oliveira, José Ítalo Amorim, Guilherme Pessoa de Amorim, Maria da

³⁴ Conceição Amorim foi demitida no dia 03/01/2022, após a eleição da nova reitoria.

³⁵ Potiguar: pessoa que nasceu, ou habita o Estado brasileiro do Rio Grande do Norte; rio-grandense-do-norte.

Conceição Amorim, Maria do Socorro Amorim e Francisco de Oliveira Amorim), mudando-se para Imperatriz, aos 14 anos de idade, no ano de 1977. Desde cedo, percebera a relação do pai com a mãe sendo marcada pela submissão feminina, com o caráter dominador da figura paterna, possuindo diversas relações extraconjugais e comportamentos marcados por autoritarismo no ambiente familiar. O pai era um homem moldado dentro da concepção da maioria dos homens brasileiros, benevolente, patriarcal, machista, cristão sem praticar os ritos, ou ler a bíblia, autoritário e muito incisivo nas suas opiniões, de pouca conversa com os filhos e filhas, além de se declarar anticomunista. Sempre tiveram suas diferenças, visto que Conceição se manifestava quando ele se desentendia com a sua mãe, ou com algum irmão. Ele era da ARENA, ela era MDB. Os meninos eram incentivados a trabalhar, as meninas, criadas para as tarefas da casa.

Conceição fragmenta essa lógica patriarcal, vivenciada no seio familiar, antes que sua irmã mais velha, aos 14 anos, quando dava aulas particulares em casa e, dos 16 aos 18 anos, lecionando em escola privada. Aos 19 anos, começou a trabalhar com carteira assinada e, enfim, pôde estudar à noite, sendo essa oportunidade uma batalha a ser enfrentada – Imperatriz era uma cidade tida como muito perigosa, com iluminação pública extremamente precária. Porém, Conceição Amorim carregava a convicção de que sua autonomia financeira facilitaria decidir sobre sua vida e, ao estudar no horário noturno podia participar mais de reuniões dos movimentos.

Lembro-me que viemos para o Maranhão entre 1972 e 1974, anos finais da histórica guerrilha do Araguaia ele deve ter ouvido falar intensamente sobre os “terroristas do Araguaia”. Voltamos para Mossoró e retornamos em 1977. Quando retornamos, a guerrilha tinha chegado ao fim e as histórias dos terroristas continuavam circulando na região. Imperatriz era um dos pontos de apoio dos guerrilheiros, um dos tantos motivos para a implantação do 50º Batalhão de Infantaria das Selvas. Apesar de nunca explicar porque não deveríamos ser comunistas na época, é possível que tivesse informações e consciência do quão trágico poderia ser a consequência de ser comunistas na região. Por fim, aos 20 anos sai de casa, morei mais alguns anos na cidade e depois me mudei do estado. Na medida em que minha militância se ampliava os atritos com meu pai cresciam, era a hora de cuidar da vida. Mantivemo-nos afastados por mais de 20 anos, sem muito contato, há mais de 05 anos ele ficou acamado e veio morar comigo e minha filha. Hoje tem 91 anos, completamente dependente de nós, e minha mãe morreu aos 89 anos, há dois anos (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

A inserção no âmbito da igreja católica, incentivada pela mãe, foi um dos poucos espaços públicos, com autorização do pai para ela e as irmãs frequentarem, na sua fase infanto-juvenil. Uma postura marcada pelo controle e dominação patriarcal, na época naturalizada na

maioria das famílias. As “meninas” iam sozinhas para a escola e para a igreja, porém, necessitavam da companhia de um dos irmãos para frequentar a maioria dos outros espaços, como, por exemplo, irem uma festa. Nesse panorama, Amorim inicia sua atuação como catequista e membro do grupo de jovens e se desdobrava entre atividades de evangelização, estudos bíblicos e ações sociais, como visitas às comunidades, ao asilo, ao leprosário (hoje vila João XXIII), que assiste pessoas com hanseníase e realização de momentos de lazer. Assim:

Nesses momentos de interação com moradores das comunidades ou pacientes do leprosário, nós costumávamos cantar, fazer orações, e tínhamos oportunidade de conversar, ouvir suas histórias de vida, que no geral eram muito sofridas, homens e mulheres quase todos migrantes, assim como eu, vindas do nordeste brasileiro, na maioria das vezes fugindo da seca, e maranhenses vindos de outros municípios. Eram famílias pobres, de trabalhadores braçais, roceiros, professoras, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Amorim lembra que havia uma disparidade muito grande, no que diz respeito à infraestrutura, entre sua cidade natal, Mossoró-RN e Imperatriz-MA. As condições de moradia eram o que mais chamava sua atenção por serem, na maioria, casas de barro, muitas ainda cobertas de palhas, sem energia elétrica, ou água encanada, com a maioria das ruas sem pavimentação e com esgotos correndo a céu aberto, impactando mais ainda a paisagem. Entre as idas e vindas nas comunidades, nascia em sua cabeça, muitos questionamentos, em meio a tanta pobreza e a ausência total do Estado. As perguntas que não queriam calar eram “Por que Deus deixava que as pessoas vivessem em condições tão ruins? Por que uns tem tantos e tantos outros não tem nada?” Esses e outros questionamentos, ao serem feitos ao padre e às freiras da paróquia, além de ficarem sem resposta desencadeavam uma relação de exclusão e, apesar de ter perdido o cargo de catequista, continuou no Clube de Jovens, onde permaneceu por mais algum tempo, o qual não consegue precisar.

Foi nas aulas de história que encontrei as respostas, 1978/1979, quando a professora, nos revelou algumas verdades sobre a história de invasão do Brasil pelos portugueses e a história que acontecia naquele momento no país, sobre a grande greve dos operários do ABC paulista dirigida por Lula e concluiu que só com luta os trabalhadores conquistam seus direitos e deu exemplo da luta dos camponeses pela terra na região, ela falava em democracia, em liberdade, em direitos, classe e desigualdade social. Meu interesse nas aulas de história passou a ser para além da apropriação do conteúdo para fazer as provas, elas eram a janela para minha compreensão do mundo, dos responsáveis por suas mazelas e que Deus não tinha nada a ver com elas, o que me aliviou a alma, já que as causas do mundo ser tão defeituoso não era

obra divina e sim dos homens que o governava, por tanto era possível lutar contra elas. A partir de então as minhas relações sociais que até então eram na igreja do bairro e seu entorno se transformou, se ampliou, e passou a ser com pessoas que se reuniam para tratar da luta dos trabalhadores da cidade, do campo e dos estudantes, da redemocratização do país, sobre um mundo livre da exploração e da opressão capitalista (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Ao enfatizar a figura acolhedora e afetuosa da mãe Maria do Carmo Oliveira, com atributos de proteção e parceria, a qual, mesmo sabendo das reuniões não serem mais na igreja para rezar ou fazer ação beneficente, apoiou silenciando sobre o fato da filha estar participando de reuniões para discutir política, ou até mesmo mudando sua rotina de atividades na igreja, facilitando a participação de Amorim nas novas reuniões, combinando para saírem e chegarem juntas em casa para “evitar atrito com o pai”. Mencionando as dificuldades, ao ingressar nos movimentos sociais e partidários no início da década 1980, Amorim pontuou:

Meu encontro com a consciência de classe, com o comunismo foi emblemático, estávamos numa região de segurança nacional, no Portal da Amazônia, em uma região de muitos conflitos sociais, muita violência na cidade e no campo e eu transitava, me inserindo nelas como apoiadora outra hora como dirigente. Entre os anos de 1979 e 1983 nós criamos uma subseção da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos a qual fui eleita secretária e participei ativamente da primeira greve de professoras (es) do município, apoiei a criação da associação delas(es), passei a organizar o movimento de estudantes secundaristas, participei com mais cinco jovens do encontro nacional da UBES no Rio de Janeiro, interagíamos com os artistas e participávamos das atividades para construção do Teatro Ferreira Gullar, fundamos o Partido dos Trabalhadores – PT do qual fui candidata a vereadora na primeira eleição, depois da reforma partidária (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Esse período é marcado por uma ação do embrionário movimento estudantil, o qual promoveu um protesto na Escola Técnica Amaral Raposo-ETAR, duramente reprimido pela direção da escola, acarretando na detenção de dois estudantes, Conceição Amorim e Anginaldo Ribeiro, por distribuírem panfletos por toda a cidade criticando a ETAR e uma denúncia de os estudantes estarem cogitando promover mais agitação no colégio. Cabe destacar que o movimento apenas reivindicava a continuação do uso da calça *jeans* como uniforme pelos estudantes do turno noturno (Jornal o Progresso, ano XIV nº 2397, 30 de março de 1983).

O movimento atingiu seu objetivo, a reivindicação foi atendida, no entanto a diretora que era a dona da escola e esposa do prefeito da cidade, expediu a nossa transferência da escola e foi além na perseguição. Eu e Anginaldo fomos demitidos dos nossos locais de trabalho. Fiquei vários meses desempregada,

o conflito com meu pai se intensificou eu resolvi me mudar de casa. Sem conseguir trabalho na cidade e com o apoio dos meus companheiros de partido, especialmente da corrente política Convergência Socialista, fui morar em Belém –PA e depois fui para São Paulo onde permaneci de 1985 a 1994 (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Em São Paulo, teve o primeiro contato com a militância da Convergência Socialista, corrente trotskista do PT, que era membro desde 1982. Trabalhou por 4 anos em fábricas metalúrgicas e em 1989 foi aprovada no concurso da Companhia Municipal de Transporte Coletivo – CMTC, como auxiliar de almoxarifado, onde trabalhou até 1993 e foi demitida por justa causa, por liderar manifestações contra a privatização da empresa, destacou a entrevistada.

Foi na sua atuação como sindicalista, nas categorias metalúrgicas e condutores, que conheceu o feminismo por meio das operárias metalúrgicas e químicas da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em São Paulo, e incorporou na sua luta sindical e partidária as questões políticas e sociais demandadas pelo feminismo, como a luta contra as discriminações, preconceitos, opressões e violências presentes na sociedade em geral e fortemente reproduzida nos locais de trabalho, nos sindicatos e partidos políticos.

Em 1978, os diversos grupos que constituem o que chamamos movimento social das mulheres marcam certa convergência em torno de discussões sobre a opressão das mulheres, que entra em contradição, inclusive no interior do movimento, com as correntes conservadoras e com a própria esquerda. É então que se estimula o debate sobre a oposição entre lutas gerais e lutas específicas e sobre a necessidade de se estabelecer uma prioridade (para não falar de etapas) nas reivindicações. Esse debate ultrapassou os limites do movimento e atingiu os dirigentes sindicais (SOUZA-LOBO, 2021, p. 45).

A realidade da militância feminina nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos e de condutores de São Paulo era marcada pela participação reduzida de mulheres na base, contribuindo, de certa forma, para uma presença numericamente insignificante das mulheres nas assembleias, embora sua participação com intervenção oral fosse uma disputa acirrada. Assim, é possível imaginar o quão reduzida e disputada eram as vagas das mulheres na diretoria do sindicato e, mais do que isso, no que pese a histórica luta das operárias brasileiras, desde greve geral de 1917, culminando em de instalação de creches, licença-maternidade e proibição do trabalho noturno de mulheres, por meio de lei aprovada no parlamento nacional, as disputas para pautar as questões específicas das mulheres nos acordos coletivos ainda perduram até os dias atuais, sendo sempre as pautas mais fáceis de se abrir mão na hora de

fechar negociações sobre nossos direitos econômicos e sociais, argumenta Amorim ao aprofundar o debate.

Foto 7 - Conceição Amorim no sindicato dos condutores de São Paulo, no ano de 1989.



Fonte: Arquivo pessoal Conceição Amorim

4.2.2 As lutas sociais

Amorim retornou para Imperatriz em 1994 e criou, em agosto de 1995, o Comitê Permanente de Combate a Violência e Negligência Médica, um coletivo que denunciava a violência urbana e a negligência médica e promovia a luta no campo dos direitos humanos. Em 1996, o Comitê se unificou ao Movimento Fagulha, uma entidade criada para enfrentar o abandono e descaso do prefeito municipal com a gestão pública. Esse movimento ficou conhecido como Revolução de Janeiro, culminando com a intervenção do Estado no município e o prefeito substituído por um interventor. Em 2002, a entidade nomeada Movimento Fagulha foi reorganizada estatutariamente e passou a chamar-se de Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo (CPCDDHPJ), oportunidade na qual ampliou sua base social para atuar em todo o estado do Maranhão.

De acordo com Conceição Amorim, o Comitê foi a primeira entidade no município a formalizar denúncias de mau atendimento, no âmbito da assistência às mulheres grávidas, no Hospital Regional, entre outros procedimentos realizados por clínicas credenciadas ao SUS. Essas denúncias se ampliaram com a participação do Movimento Fagulha no Conselho

Municipal de Saúde, representado por Conceição Amorim, entre os anos de 1996 e 1999 e com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, em 1997.

A partir de então, militantes oriundas de outros grupos de igreja, partidos políticos, movimentos sindicais, estudantis e comunitários, como Conceição Amorim, Maria de Jesus dos Santos Bezerra, Maria Helena Rocha, Natalia Lima, Ana Paula Lixa, Sueli Brito, Perpétua Marinho, entre outras, engajaram-se na militância dos direitos humanos, notadamente no Centro de Direitos Humanos³⁶ Padre Josimo³⁷, ao mesmo tempo em que criaram internamente a Coordenação de Mulheres, dando ênfase à luta no combate à violência contra as mulheres, por políticas públicas de saúde para as mulheres e outras pautas, na perspectiva feminista e de gênero, vislumbrando a necessidade de qualificar as ações, voltadas para afirmação de um novo viés capaz de radicalizar a organização das mulheres e incluir segmentos sociais historicamente excluídos como as mulheres negras, periféricas e indígenas (AMORIM, 2021)³⁸.

Buscando construir o movimento feminista em Imperatriz, Amorim estabeleceu vínculos com entidades, com as quais se identificava – no âmbito estadual e nacional – entre as quais, o Fórum Maranhense de Mulheres, a Rede Nacional Feminista de Saúde Sexual e Reprodutiva, a Articulação de Mulheres Brasileiras. Na construção do movimento feminista local, procurou contribuir com a formação política das integrantes dos grupos de mulheres, realizando curso de formação, reuniões e eventos, com a participação de renomadas feministas, como Mary Ferreira, Fátima de Oliveira, Juçara Reis Prá, Elisabeth Ferreira, dentre outras.

Até então, as mulheres de Imperatriz, organizadas nos grupos oriundos da igreja católica, limitavam-se a aprender afazeres que pudessem gerar algum tipo de renda, como os cursos de artesanato, pintura e outros, ao mesmo tempo em que os espaços utilizados eram favorecedores de vínculos sociais, permitindo-as trocar experiências, receber suporte emocional para seus dilemas pessoais e familiares e participar de atividades recreativas. Portanto, podemos conjecturar as mulheres desses seguimentos sociais se organizando em grupos, movidas por alguma necessidade de cunho econômico e/ou social.

A figura de Amorim surge incentivando a participação destas mulheres em ações coletivas por direitos sociais, firmando relações afetivas e políticas com outras mulheres, que

³⁶A partir do Movimento Fagulha, foi criado, em 2001, o Centro de Direitos Humanos Padre Josimo. Em 2002, surgiu a coordenação de mulheres para atuar frente às violações dos direitos, numa perspectiva política de defesa dos direitos das mulheres, sendo o primeiro grupo na cidade reconhecidamente feminista (BARBOSA, 2013).

³⁷Aos 33 anos, o padre Josimo Moraes Tavares, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins – conhecida como “CPT do Bico”, foi assassinado por fazendeiros contrários ao seu trabalho junto a famílias na região. Chamado pelos agricultores de “padre negro de sandálias surradas”, ele se tornou um dos maiores mártires da luta pela terra no Brasil (FERREIRA, 2020).

³⁸ Entrevista concedida presencialmente por Conceição de Maria Amorim, dia 29/01/2021.

contestavam as condições de desigualdades sociais e buscavam direitos para a sua comunidade e para o conjunto da sociedade.

Partindo dessa nova configuração sociopolítica das intervenções coletivas citadas, um dos principais espaços de atuação dos grupos de mulheres e das feministas, na luta por direitos na cidade, passa a ser os Conselhos de Direitos, com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, em 1997. Sobre a criação do CMDM, destaca:

A lei de criação do Conselho foi sancionada (no ano de) em 97, no entanto o prefeito não indica as representantes do poder público, não nomeia as representantes da sociedade civil, permanecendo até 1999 sem dá posse para as conselheiras desenvolverem suas atividades. A Conceição Formiga fez todo um movimento, junto aos gestores municipais, indo de secretaria em secretaria para que eles indicassem suas representantes para compor o conselho. A sociedade civil fez assembleia geral, elegeu suas representantes, oficializamos por duas vezes os nomes das nossas representantes junto a secretaria de assistência social, mas só em 01 de dezembro de 1999, quando o então prefeito Ildon Marques saiu de licença e o Luís Carlos Noletto vice-prefeito assumiu a prefeitura é que a nossa posse aconteceu. Fomos empossadas, elegemos a diretoria executiva, Conceição Formiga foi eleita presidente e eu secretária. Em janeiro de 2001 se inicia um novo mandato na prefeitura, com Jomar Fernandes prefeito e a professora Conceição Formiga assume o cargo na Câmara de Vereadores e precisou se descompatibilizar do cargo de presidente e da representação do Conselho e eu fui conduzida à presidência, já que nosso mandato era de dois anos e a presidência e primeira secretaria era da sociedade civil de acordo com o Regimento Interno do CMDM. Em setembro de 2001, começa um novo mandato, e eu passei a representar o poder público, já que tinha assumido um cargo de gestora no governo e fui reeleita para presidente do conselho, para o novo biênio. (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal, **grifo nosso**).

O artigo 204 da Constituição Federal estabelece, em seu inciso II, que uma das diretrizes dos Conselhos de Direitos é a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Portanto, estes são órgãos colegiados com representação paritária e atribuições definidas na Constituição Federal: deliberar políticas, controlar as ações e influenciar no orçamento, tendo, assim, um papel essencial na promoção e defesa dos direitos dos seguimentos que representam.

No decorrer do tempo, observa-se, em Imperatriz, que mesmo havendo plena consciência dos gestores sobre a legitimidade destes órgãos, a sociedade civil até os dias atuais, dispõe de condições mínimas para desenvolverem as suas ações de forma objetiva e concreta e, de acordo com Conceição Amorim, “essa tem sido uma luta sem efeitos práticos, porque as gestões não garantem as condições materiais e políticas para seu efetivo funcionamento e nossas

representantes, em sua maioria, têm pouco conhecimento sobre as demandas das políticas públicas em especial as políticas de gênero”. Partindo desse contexto, Amorim destaca:

Para compreender essa realidade é importante pontuar aqui questões difíceis de serem tratadas sem aprofundar o debate sobre a composição dos grupos de mulheres de Imperatriz e sua origem. Oriundos na sua maioria da igreja católica e construídos na perspectiva da superação das adversidades pessoais de seus membros, a partir da sua condição de esposa, mãe, dona de casa sem questionar o sistema ou intervir na realidade para promover as mudanças sociais capazes de causar impacto nas suas vidas, esses grupos pouco ou nada debatem sobre opressão de classe, de gênero, de raça, questões econômicas e políticas que incidem sobre suas vidas. Não fizeram isso no momento político que foram criados, durante os anos duros da ditadura militar, assim como não se posicionaram e/ou pautaram o processo de redemocratização do país, pouco ou nada discutiram sobre a constituinte cidadã e as conquistas das mulheres brasileiras, ou mesmo se debruçaram sobre a universalização das políticas sociais como a conquista do SUS, da Assistência Social ou as conquistas políticas partidárias. São grupos que não se reivindicam como Movimento Social nem Feministas (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Nota-se, por meio desse discurso, os vários níveis de reprodução da ideologia capitalista, confirmando a alienação massiva estrutural decorrente das diferenças e desigualdades de gênero, criadas ao longo dos séculos, em um processo histórico a serviço de um sistema patriarcal-hegemônico-etnocêntrico, reafirmando o projeto político opressor e dominante. A entrevistada reverbera que:

[...] a reprodução da estrutura social se dá à margem da compreensão política da maioria da população, corroborando para que o debate acerca da desigualdade de gênero nos movimentos de mulheres em Imperatriz seja compreendido por uma minoria de mulheres que advém de espaços privilegiados como a academia, o partido político (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Vale pontuar a escassez de formação política das lideranças e das lideradas nesse percurso, impondo, conseqüentemente, uma distância na assimilação dos resultados das atividades realizadas no movimento social e no interior de seus grupos. As conquistas, fruto de um enfrentamento político, ocorridas “discreta” e pacificamente, demonstrando a valorização do papel da mulher, como sujeito político capaz de transformar a realidade social, nem sempre foram alcançadas.

Existe uma ausência de apropriação, no sentido real de conhecer nossas conquistas por parte da maioria das participantes dos grupos dos movimentos

sociais e a maioria dos membros dos próprios grupos de mulheres, sobre o que foi conquistado pelo movimento de mulheres e pelas feministas de Imperatriz, que eu faço questão de enumerar a cada oportunidade. Uma das nossas primeiras mobilizações foi pela criação do primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do estado do Maranhão, e a luta pela posse e funcionamento do mesmo entre os anos de 1997 e 1999. A primeira política pública implantada em função da nossa reivindicação, em 2001, foi o Programa (hoje política) de Atenção Integral a Saúde da Mulher, depois a construção da Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto que teve início em 2003 e a luta pela sua implantação, que só aconteceu em 2007 (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Amorim enumera as várias audiências públicas com gestores municipais e estaduais, desde 2000, acerca do funcionamento das políticas de segurança pública envolvendo a melhoria física, material e humana da Delegacia Especializada da Mulher, fruto da luta do movimento feminista de São Luís, no final da década de 80 e instalada em 1990. A luta em parceria com outros movimentos sociais e instituições para tratar da implantação do Instituto Médico Legal no município, criado em 2004, iniciando o funcionamento apenas em 2007, sendo um dos exemplos de como foi a luta pela implantação de cada órgão previsto na lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Ainda em 2006, reuniram-se com o diretor do Fórum Henrique de La Roque, do Tribunal de Justiça do Maranhão, o qual apoiou as reivindicações e começaram a visitar a presidência e a corregedoria do TJ-MA, Procuradoria Geral do Ministério Público e Assembleia Legislativa, para negociar as pautas.

Na maioria das vezes se dirigiam a São Luís e mobilizavam as feministas da capital para visitarem as instituições, ou participarem de alguma conferência ou reunião, aproveitando os intervalos para conversar com as autoridades presentes em tais eventos. Com tais táticas de abordagens e inserção nas instituições, conseguiram implantar, em Imperatriz, a primeira Vara, e a primeira Promotoria, especializadas em Violência Doméstica e Familiar do Maranhão, por exemplo. Outro fato a ser considerado foi a participação na mobilização para a criação da Secretaria Municipal de Política para a Mulher, a primeira secretaria em um estado, onde os outros municípios, inclusive a capital São Luís, possuem apenas Coordenadorias. Com isso:

quando se ignora a trajetória histórica da luta por nossas políticas, a tendência é acreditar que tudo que está aí veio por livre vontade dos governantes e que vai perdurar até os fins dos tempos, e não é assim, cada serviço, cada instituição criada nessa cidade para garantir direitos das mulheres, foi fruto da nossa luta, sem nossa mobilização, elas não teriam sido implantadas, como não veio para a maioria absoluta dos municípios maranhenses, e elas dependem da nossa luta diária para continuar existindo e assistindo com qualidade e equidade (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Dessa forma, o acanhado conhecimento da realidade política, ou a falta dele, tem sido um empecilho na compreensão política das questões de gênero nos grupos. Quanto à elaboração política e a construção das pautas e agendas insurgentes, nos diversos contextos sociais, transparece a ausência do debate orgânico na maioria dos agrupamentos constituídos por mulheres, chamando a atenção para o quão débil e ínfima é a formação política das mulheres e homens inseridos nos movimentos sociais, no contexto imperatrizense-maranhense, no qual pouco se investe na construção, que atravesse uma formação de base, de lideranças anticapitalistas forjadas nos princípios do marxismo capazes de rejeitar o sexismo, a misoginia, o machismo e o racismo como questões de princípios morais e éticos.

Barbosa (2013) analisa as proposições entre o movimento de mulheres advindas da igreja católica e aquelas do movimento feminista serem distintas, pois, enquanto as políticas de saúde sexual e reprodutiva das mulheres e, em especial, a legalização e descriminalização do aborto, são pautas absolutamente importantes e caras para as feministas e a maioria das mulheres integrantes do movimento, as mulheres ligadas à igreja católica, as negam e condenam, fato corroborado na fala de Amorim:

As primeiras conversas acerca da ação e da construção das plataformas de luta do movimento de mulheres em Imperatriz, a palavra “feminismo” era e ainda é rejeitada por expressar apoio à legalização do aborto, mulheres que são contra os homens, mulheres radicais e tantos outros “preconceitos” construídos propositadamente por estas e tantas outras agências reguladoras, ao longo da trajetória de luta das mulheres para invisibilizar o caráter político da luta feminista por igualdade, autonomia e empoderamento feminino (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Esta posição se apresenta enraizada na base social da Igreja Católica, assim como em todas as Instituições e agências reguladoras, onde seus dirigentes desempenham o papel, no marco da construção teórica neoliberal, de maneira contundente sem garantir qualquer espaço para o diálogo, principalmente com o tema do feminismo.

Compreendendo o fenômeno do feminismo em Imperatriz, de modo geral, o município mantém uma corrente ainda limitada, porém, bastante expressiva de debates em torno dos discursos de gênero pautados no espaço feminino. Precisamos fazer uma análise mais aprofundada, direta e detalhada sobre como esse processo tende a se acentuar e se estruturar no espaço locorregional, identificando as pautas e agendas de discussões e as sujeitas envolvidas no movimento imperatrizense.

Nesse viés, alguns desafios e limitações no contexto político (partidário) e na atuação do Conselho dos Direitos da Mulher foram apresentados por Conceição Amorim (2021), denunciando, que desde a criação do Conselho, até os dias atuais, a luta tem sido intensa para manutenção desse órgão colegiado da prefeitura de Imperatriz. O nível de consciência das participantes da sociedade e do poder público é limitado, e a ideia constitucional das políticas públicas como direito social e dever do Estado ainda se encontra no papel, prevalecendo em nossa sociedade, para a maioria dos gestores, a naturalização do desrespeito às deliberações dos conselhos. Todavia, observa-se os conselhos a serviço do gestor, e não o gestor a serviço da sociedade e dos conselhos e, a maioria dos gestores, tratando os conselhos como inimigos, adversários, oposição, massa de manobra, ou simplesmente desconhecem a existência dos mesmos. Dessa forma:

Nos 10 mandatos do conselho, cada um de dois anos mais de 60% das reuniões não tiveram quórum, por falta de participação do poder público, mais 70% das reuniões que tiveram quórum, não trataram de temas relevantes ou deliberaram sobre qualquer pauta, mais de 90% das pautas com proposições concretas, foram feitas por mim. Ou seja, mesmo as mulheres da sociedade civil não discutem e não se apropriam nas suas entidades sobre as políticas específicas para as mulheres na educação, na saúde, no esporte e lazer, na cultura, no desenvolvimento econômico, no desenvolvimento social na defesa civil, no meio ambiente na agricultura, no trabalho, etc. Efetivamente o controle social não existe. Como elaborar, fiscalizar, monitorar políticas que você não conhece, e às vezes nem sabe que existem? Quanto à posição dos gestores, independentemente de partido político, não muda muito sobre a importância e tratamento dado a esta instância (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Amorim ocupou posições políticas relevantes em instâncias colegiadas no poder público municipal, como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Foi presidente do Conselho dos Direitos da Mulher, nos biênios de 1999 a 2001, quando assumiu a presidência no ano de 2000, representando a sociedade civil e sendo reconduzida ao cargo, em 2001, como representante do poder público para o biênio 2001-2003 e, de 2007-2009, quando renunciou ao cargo em 2008, devido à ausência do poder público nas reuniões, sendo novamente eleita Presidenta, de 2019 a 2021.

Foto 8 - Posse como titular da sociedade civil no CMDM (2019-2021)



Fonte: arquivo pessoal de Conceição Amorim

Diante das dificuldades na articulação e ineficácia do papel a ser cumprido pelas sujeitas envolvidas no CMDM e dos entraves inerentes ao contexto político que cruzava a instância representativa, surge a necessidade de construção de um espaço de unificação e elaboração de ações efetivas garantidoras do fortalecimento das políticas públicas e do controle social dessas políticas e do próprio Conselho. Nesse cenário:

O Fórum de mulheres de Imperatriz, constitui-se como um espaço de articulação política desses grupos do movimento social, sindical e outros seguimentos, que mesmo não sendo feministas, mesmo não sendo composto unicamente de mulheres, se articulam para dar visibilidade as ações das mulheres, denunciar todas as formas de opressão e violência, elaborar e deliberar sobre os problemas sociais, políticos, econômicos a serem pautados em ações conjuntas pelas e para as mulheres, de modo a concretizar a mudanças efetivas na sociedade (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Ao se referir a outros movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a feminista chama a atenção para os avanços desse movimento de massas pela reforma agrária quanto às relações de gênero, destacando alguns elementos, a formação política de seus quadros, fundamentando a construção de consciência de classe e a praxe dessa militância.

É visível o esforço feito nos últimos 10 anos pelo MST para visibilizar e praticar a igualdade de gênero entre sua militância, a partir de suas ações internas e externas, como por exemplo, a aprovação de direções estaduais e nacional, paritárias entre homens e mulheres, a preocupação da presença permanente de um casal para apresentar seus eventos, a política de valorização da educação e formação política. Estou dizendo isso a partir de observar

pessoalmente o cotidiano desse que é o maior movimento pela reforma agrária, da América Latina, quicá do mundo, é visível essa prática no MST. Isso se dá pelo nível de consciência das mulheres do MST e da disposição das mesmas de fazer a luta interna. Mas percebê-la depende de seu olhar crítico sobre o que está acontecendo ao seu redor, seja numa perspectiva macro ou micro, e para mim é muito emocionante observar e enxergar conquistas como essa. Mesmo que essa prática não chegue no chão do assentamento, esse movimento feito pela direção do MST é importante e exemplar (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Além da consciência de classe, de acordo com a entrevistada as discussões de gênero pressupõe ser uma realidade dentro do MST, representando, nesse sentido, a interseccionalidade de classe e gênero, numa compreensão das desigualdades e da sobreposição de opressões e discriminações contra as mulheres, presentes na sociedade e naturalmente reproduzida por setores significativos da classe trabalhadora, a qual encontra trincheiras importante nas entidades e movimentos do campo no Brasil, não obstante, os sindicatos, antes conhecidos como sindicato de trabalhadores rurais, não sabendo precisar a partir de que ano, passou a se chamar de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, adesão importantíssima à linguagem inclusiva adotada pelos sindicatos, aparta Conceição Amorim

Foi importante observar a trajetória partidária vivida por Amorim, relatada anteriormente *en passant*, pois, precisaremos retornar ao tema a partir de sua crítica ao Partido dos Trabalhadores, à questão de gênero e às mulheres no partido. Filiada ao PT ainda em 1980, quando da fundação do mesmo no município e candidata por duas vezes a vereadora, em 1988 e 2004, atuou como membro da corrente de esquerda Trotsksta, Convergência Socialista, de 1980 a 1994 internamente no PT.

O PT se constituiu como um partido de massas teve nos seus primeiros 10 anos um processo interno de formação classista que se dava através de suas correntes internas, nos seus núcleos de bairros, de categorias, de locais de trabalho, de escolas e universidades. Todas elas investiram ideológica e politicamente no processo de formação teórica de suas bases, oportunizando uma formação classista de sua militância, vislumbrando a disputa do poder no Brasil que transformasse a realidade social rumo ao socialismo. Penso que esse processo foi abortado com as vitórias eleitorais estaduais e municipais e desapareceu por completo com a acessão do Partido a instância máxima de governo do estado brasileiro, a presidência da república, ficando para trás o sonho do socialismo, o partido de base e a militância, essa foi docilmente substituída por profissionais comissionados, assessores parlamentares e partidários. Onde quero chegar com essa discussão? Na participação política das mulheres no PT a partir de sua origem. Aprendi e acredito que as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão imbricadas nas relações de classe que se expressão nas relações de exploração e opressão do homem pelo homem e da mulher pelo homem na sociedade capitalista e que a emancipação

da mulher não ocorre a partir do momento que o partido de esquerda ganha uma eleição, ou o sujeito se filia no partido. Esse processo não é automático, a ideologia patriarcal, o sexismo, a misoginia, estão arraigados na sociedade e nas instituições (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

Dessa forma, compreender e se posicionar contra as injustiças sociais, pelo fim da exploração e opressão da classe trabalhadora e/ou do capital e não praticar e questionar as desigualdades de gênero e das violações dos direitos humanos das mulheres, mesmo sendo uma grande contradição, é uma realidade dentro dos partidos de esquerda. Para tanto, a luta foi e continua sendo travada pelas mulheres do PT desde 1982, quando realizaram o primeiro encontro nacional do partido sobre o movimento de mulheres e aprovaram no terceiro encontro a cota de 30% de mulheres nos cargos direção do partido.

Para as feministas, a militância partidária precisa ir além das questões de classe, abrindo mãos de seus privilégios e se responsabilizando pela reprodução do seu modo de vida referente às suas questões individuais, tanto quanto pelas suas crenças sociológicas, filosóficas, espirituais e culturais, que os colocam num lugar de sujeito de direito e deveres, não de proprietários da vida das mulheres, ou de dependentes do “cuidado” delas, principalmente nas suas relações familiares e domésticas. Dessa forma, o debate precisa ir além nas relações afetivas, reconhecendo e respeitando o papel das mulheres na sociedade, como sujeitas capazes de reproduzir o seu modo de vida com autonomia em todos os espaços de poder e decisão da sociedade, começando na família e se consolidando no partido.

De acordo com Amorim (2021), infelizmente ainda é recorrente ouvirmos e vermos, militantes produzindo e reproduzindo discursos machistas, sexistas e estereotipados, como a emblemática orientação às mulheres para não se apresentarem nas campanhas eleitorais como feministas para “não perderem voto”, o lançamento de candidaturas femininas só para cumprir cota de gênero, as famosas candidaturas laranjas, candidaturas se esquivando de debater as pautas antimachistas, antissexistas, ou as pautas da igualdade de gênero. Por essas e tantas outras posturas, não basta está filiado nas siglas partidárias do campo democrático e popular, ou da esquerda para o machismo, o sexismo e as práticas patriarcais desaparecerem. Para alcançar mudança social é preciso haver mudança de comportamento, é necessário reconhecer as mazelas causadas pelas profundas desigualdades de gênero em nossa sociedade e lutar efetivamente contra elas. É preciso vigiar para o machismo e o sexismo não serem cotidianamente alimentados, ou ignorados. Para o feminismo não ser apenas mais uma bandeira levantada e tremulada em dia de festas partidárias.

O debate, para Amorim, exige o aprofundamento da percepção da produção/reprodução social da teoria marxista, implicando compreender a essência da existência humana como ser social que necessita desenvolver seu modo de vida e suas relações cotidianas, considerando e superando privilégios estruturais do sistema patriarcal. Ao não compreender as desigualdades de gênero como uma questão política inerente à luta de classe, os movimentos sociais e partidos de esquerda não somente mantêm o discurso da superação das questões identitárias com a superação do capitalismo, como mantêm o abismo entre o discurso da sociedade justa e igualitária e a praxe da militância no processo da construção da própria superação capitalista.

Concernente à compreensão do feminismo, para os diversos movimentos sociais e sociedade em geral, particularmente na região, Amorim (2021) explicita a falta de conhecimento e equívocos relacionados ao mesmo, reverberando no imaginário social, no qual uma pequena minoria consegue se aproximar das agendas aludidas e pautas abordadas através do movimento feminista, expondo os estigmas apregoados pelo conservadorismo de extrema direita, que situa as lutas feministas em uma concepção contrária aos preceitos morais, e assinala:

Venho de uma história longa de militância e de parcerias nos diversos movimentos sociais aqui no Maranhão. Enquanto coordenadora de uma entidade que tem uma atuação ampla na defesa e garantia dos direitos humanos, na denúncia de violações de direitos e no controle social das políticas públicas, atuo com os setores mais diversos desses movimentos. Tenho me dedicado em especial a incentivar e construir mobilizações sociais dos diversos grupos de mulheres, entidades sindicais, associações diversas, de moradores, pastorais, para discutir, elaborar propostas em base nas necessidades das mulheres, posso dizer que tem sido um desafio imenso. A começar pela compreensão da militância sobre o feminismo, nesses mais de 42 anos, caminhei e caminho lado a lado, de mulheres que lideraram ou lideram os mais diversos movimentos e estão sempre disponíveis para efetivar parceria e se inserir nas atividades e intervenções que proponho referente as pautas das mulheres, seja na área das políticas públicas municipais ou estaduais, seja as demandas dos locais de trabalho das mulheres da iniciativa privada ou as questões específicas das mulheres negras ou indígenas (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

No entanto, percebe-se a falta do olhar crítico das dirigentes para enxergar, ou ouvir com mais atenção as demandas e queixas das mulheres numa perspectiva feminista, conquanto as trabalhadoras precisem que o sindicato, além de pautar a luta por salários, promova a reflexão sobre a sobrecarga das mulheres, em função da dupla jornada de trabalho e incentive a prática

da divisão das tarefas domésticas. A militante acredita que o sindicato, por exemplo, deva desenvolver campanhas permanentes de combate ao assédio moral e sexual, como a importunação sexual no trabalho, e promova o debate, no interior das categorias, sobre o machismo e o sexismo, que adoece e mata as mulheres. No campo universitário, além de lutar pela educação de qualidade, as lideranças do movimento estudantil precisam fazer a assistência estudantil ir além do acesso e permanência na academia, buscando visibilizar a evasão universitária, pois essa acontece com maior frequência contra as universitárias mães; o movimento deve combater, também, veementemente, todas as formas de violência contra as mulheres da comunidade acadêmica.

Todos os espaços de atuação dos movimentos sociais a militância precisa observar a possível existência de qualquer tipo de preconceito, seja racial, e/ou de classe, assim como para todos os discursos e práticas machistas, como o uso da linguagem sexista, a desvalorização das falas e das elaborações políticas das mulheres, discursos e práticas misóginas, atitudes presentes e recorrentes nos diversos movimentos sociais e partidos de esquerdas. Ou seja, se entre os seus pares, as pessoas que lutam por justiça social, ainda precisam explicar o que é o feminismo na teoria e na prática, imagine para o conjunto da sociedade.

Podemos depreender, nesse contexto, que a interlocutora apresenta como uma perspectiva feminista, por meio de seu olhar marxista, com estratégia pedagógica dentro dos movimentos sociais, serve para estabelecer alianças capazes de construir pontes entre a consciência de classe e a exploração, dominação e opressão das mulheres, traçando um caminho de crítica que desnaturalize a reprodução patriarcal-racista-capitalista em qualquer espaço de atuação dos movimentos sociais, apontando as possíveis trajetórias interligadas a um sistema de relações humanas caracterizadas na liberdade e igualdade, no qual o feminismo, como corrente política e filosófica prática.

Nessa perspectiva, a militante reclama da baixa adesão ao feminismo por parte dos movimentos sociais, em Imperatriz, verbalizando o fato de poucas se dedicaram, ou aprofundaram os estudos filosóficos, sociológicos e políticos do feminismo, afim de melhorarem suas performances políticas, ou sua intervenção cotidiana, sobre as questões das mulheres. Isso se materializa na dificuldade da maioria das militantes em dar respostas às questões básicas envolvendo os direitos das mulheres, e ao enfrentarem um debate mais acirrado, tratando das questões de gênero, raça/etnia, sexo/sexualidade, a partir das desigualdades e das injustiças sociais configuradas nas diferenças, perpetradas a partir do

determinismo biológico, apontando para uma nova probabilidade de interpretação e transformação social.

De fato, por meio da ignorância sobre a temática, sofremos o ataque e a retórica dos grupos reacionários imersos nos projetos de poder e subordinação ao patriarcado, seja na Câmara de Vereadores, nas igrejas, nas escolas e nos partidos, com poucas feministas preparadas para o debate e para o enfrentamento teórico, pedagógico e político.

Ao sugerir a existência de poucos investimentos nos estudos de gênero, durante a formação política, mesmo considerando que a maioria das formações se encontrem em processo de construção e desconstrução ao longo desses anos, Amorim (2021) postula também a existência de um investimento precário nos afazeres da luta feminista. Nesse viés:

A discussão sobre desigualdade de gênero passa pela compreensão do conceito de igualdade, subentendido como ausência de diferenças na sociedade, uma vez o espírito que move o exercício dos direitos e deveres entre os pares é fundamentado em oportunidades iguais para todos os segmentos. Portanto o estabelecimento da desigualdade, em geral, é gerado a partir da diferença de valores construídos na sociedade, o que determina mecanismos de exclusão de determinados segmentos, a partir de valores que ela própria criou (FERREIRA, 2013, p. 21).

Comparando essa realidade com o conjunto dos movimentos sociais, é necessário considerar a desmotivação num contexto geral, dedicando-se às causas coletivas num país cuja construção social não é fácil, pois “você é questionada por todos: família, colegas de trabalho, amigas, e obviamente pelos seus adversários”.

Afinal, não podemos esquecer que, conforme Jessé de Souza (2018), existe a elite do atraso e ela é quem comanda o país com um viés falso moralista, consagrando o máximo benefício com o mínimo esforço, conforme um dito popular o qual ficou conhecido como “Lei de Gerson”. De acordo com essa máxima: “o importante é levar vantagem em tudo, se contrapor à ideologia do neoliberalismo, individualismo, da meritocracia não é tarefa simplória, e os ataques se concentram na pessoalidade e na subjetividade do militante.

No entanto, não se posicionar pode significar compactuar com mazelas sociais construídas a serviço de um projeto de sociedade sustentada na exploração, opressão e violência, típico do capitalismo patriarcal e misógino, o qual impera em diversas sociedades, inclusive na nossa. “Para nós feministas da classe trabalhadora, a luta é o nosso único recurso, derrotar esse projeto que atende aos interesses do grande capital, que nos alijou de direitos

humanos elementares como cidadã é o que podemos fazer por nós e pelas gerações futuras” (AMORIM, 2021).

Nesse processo, a trajetória histórica de Amorim se reafirmou como liderança feminista provocadora de debates inerentes à construção de cidadania feminina. Ela também colabora para propiciação dessas mulheres por direitos humanos, protagonizando reivindicações e conquistas significativas para mulheres na sociedade imperatrizense e, nos últimos 20 anos, imiscuiu-se em áreas afins, como saúde, assistência social, educação e o conjunto de órgãos e serviços no enfrentamento à violência contra mulher, visibilizando as desigualdades de gênero e as violências institucionais praticadas pelo Estado, colaborando na construção de políticas sociais promotoras da participação política e a autonomia das mulheres, principalmente quando essas pautas não se notabilizam em determinado espaço social.

Foto 9 – Participação de Conceição Amorim em evento nacional II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, no ano de 2011, em Brasília-DF.



Fonte: arquivo pessoal de Conceição Amorim

Foto 10 – Participação na Marcha das Margaridas no ano de 2006, em Brasília-DF.



Fonte: arquivo pessoal de Conceição Amorim

Finalizamos a exitosa trajetória de Conceição Amorim, destacando suas premiações e reconhecimentos pela militância e atuação político-social significativa, citando algumas: Reconhecimento e Homenagem concedido pelo Conselho dos Direitos da Mulher, em 2021; Agradecimento da Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL), em 2021; Homenagem do Parlamento Maranhense por sua relevante contribuição nas causas feministas e de direitos humanos, por meio do Centro de Direitos Humanos Pe. Josimo, em 2018; reconhecimento por sua luta em defesa dos direitos humanos no Estado do Maranhão, na Jornada Científica do Centro de Ciências Sociais da UFMA, em 2010; Diploma de reconhecimento por consagrar e dedicar sua vida à causa da dignidade e respeito à mulher, em defesa das questões de gênero, em 2010; Moção de Reconhecimento pela Câmara Municipal de Imperatriz, em 2010; Homenagem da Secretaria Municipal de Política para Mulher de Imperatriz, em comemoração ao Centenário do Dia 08 de março, em 2010; IV Prêmio de mérito profissional e militância da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, em 2008.

4.3 O feminismo na academia: a atuação da AFIM

Algumas mulheres, em seu processo de tomada de consciência, caminham para transformar os problemas e dificuldades pessoais e individuais em assuntos políticos. Quando examinamos nossas próprias vidas, começamos a analisar e a questionar as estruturas sociais que nos oprimem, segregam, excluem e nos estigmatizam. Ao entendermos essas estruturas, muitas vezes rígidas, podemos organizar ações para desconstruir as opressões vivenciadas.

A esfera pública, como o lugar da grande política, é o espaço de construção das lutas sociais, na qual irrompem coletividades identitárias. A construção da identidade e a afirmação da cidadania de segmentos sociais, ao se depararem com o vilipêndio de direitos e opressão em nossa condição humana, constituíram-se no empreendimento significativo de organização política, no século XX, chegando ao novo milênio, com novas expressões. E é nesse processo de construção e afirmação da cidadania, que as mulheres se constituíram como sujeito na luta contra o domínio do patriarcado (TORRES, 2020).

Nesse contexto, a Articulação Feminista de Imperatriz – AFIM surgiu da mobilização de mulheres vindas do ambiente acadêmico das Universidades, sobretudo de áreas das Ciências Humanas, com afinidades e pensamentos político-ideológicos, as quais desejavam conhecer a respeito do feminismo, propondo estudos e reuniões aprofundadas de conceitos oriundos e pertencentes aos vários feminismos.

As pautas normalmente discutidas AFIM, orbitam nas discussões sobre feminicídio e outras formas de violência contra a mulher, mulheres na ciência, mercado de trabalho e questões ligadas à desigualdade entre gêneros, feminismo, identidade de gênero, orientações sexuais, sexualidades, dentre outras. As ações da Articulação foram escritas nas reuniões ocorridas nas praças, juntamente com os movimentos estudantis. Na época, era forte a questão de ocupar os espaços, e os encontros aconteciam na Praça da Cultura³⁹, e em seguida, passaram a acontecer nas salas e pátios das Universidades: UFMA e da UEMA (hoje UEMASUL).

Visando conhecer as implicações, movimentos e articulações do grupo, foram realizadas entrevistas com duas mulheres responsáveis pela formação inicial: Elicléia Clarícia Dallo, cofundadora da AFIM, entrevistada no dia 6 de março de 2021 e Luciana Sousa Bastos, entrevistada no dia 27 de fevereiro, sendo ambas consultadas via plataforma virtual *Google Meet*, em decorrência de restrições sociais impostas pelas autoridades de saúde devido a Pandemia da Covid-19. Novas informações sobre possíveis lacunas e dúvidas deixadas nas entrevistas foram acrescentadas ao consultarmos as entrevistas, via aplicativo de conversas.

Iniciamos as entrevistas por Elicléia Clarícia Dallo, a qual se apresenta como uma mulher ainda no processo de transformação de tornar-se feminista, carregando muitas dúvidas e questões. Citando Simone de Beauvoir, ela diz “ninguém nasce mulher torna-se mulher” e “não se nasce feminista torna-se feminista”. O primeiro contato dela com o termo feminismo foi no ambiente acadêmico, na UFMA, aos 21 anos, onde cursava Comunicação Social, com

³⁹ Oficialmente Praça Renato Cortez Moreira, a conhecida Praça da Cultura, se localiza no Centro de Imperatriz, nas proximidades do Campus da UFMA/Centro, onde funcionam os cursos de Ciências Humanas.

habilitação em Jornalismo e era apontada, por algumas pessoas à sua volta, como feminista por se implicar com pautas e militância advindas desse contexto.

Clarícia Dallo relatou, durante a entrevista, ter participado ativamente do movimento estudantil, desde os Ensinos Fundamental e Médio e dentro das universidades UEMA (hoje UEMASUL) e UFMA, assumindo papéis de liderança, fazendo parte do Centro Acadêmico e como líder de sala. Na UEMA, quando cursava História, exerceu a coordenadoria de cultura, sendo inclusive ativista do movimento cultural. Ela se coloca como parte do movimento feminista e cultural nestas Universidades. É graduada em Comunicação Social/Jornalismo, com especialização em Assessoria de Comunicação Empresarial (ASCOM), ambos pela UFMA. Não chegou a concluir a graduação em História na UEMA.

Vinda de uma família de tradição católica e uma criação cristã dentro de um sistema patriarcal, muitas vezes questionava à mãe sobre o fato de somente padres celebrarem missas. A genitora apontava que existiam as freiras e as madres, mas Clarícia indagava sobre o porquê de estas mulheres não se encontrarem “lá na frente, no altar, dando a hóstia, falando a missa, dando o sermão, fazendo a leitura”, sendo essas inquietações corriqueiras nessa rotina religiosa. Os questionamentos ocorriam, também, no ambiente doméstico, quando, por exemplo, ela perguntava à mãe sobre meninos não lavarem as louças, sendo justificado pela mãe que os filhos homens capinavam o quintal, mesmo que isso ocorresse apenas quinzenalmente. Com frequência, questionava papéis de gênero na sociedade, achando injusto certas disparidades (DALLO, 2021).

Nesse contexto, Biroli (2016) expõe que as mulheres constituem um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho não remunerado, direcionado às ocupações específicas, relativamente menos remunerado no trabalho e sub-representado na política, apontando dois axiomas que traduzem tal afirmativa:

Axioma 1: A divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres e *Axioma 2:* Essas hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho não encontra, um limite nas vantagens de classe e raça – impacta as mulheres por serem mulheres, ainda que isso não signifique padrões resultantes comuns (BIROLI, 2016, p. 721).

Na universidade, Dallo (2021) encontrou mulheres que levantavam estas questões e apresentavam curiosidade acerca do feminismo. A AFIM foi formada por um grupo de cinco

mulheres, em meados dos anos 2012 e 2013, tendo a primeira reunião ocorrida no dia 17 de junho de 2013, a partir de articulações destas sujeitas no espaço acadêmico, majoritariamente por mulheres do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo da UFMA. Desse grupo de mulheres, surgiu a “AFIM”, nome fazendo uma conexão criativa com a expressão: “E aí, tá a fim de conhecer o feminismo? Ideias novas para desconstruir o patriarcado”.

Neste encontro de fundação estavam presentes: Juliana Neves Carvalho da Costa, Jordana Fonseca Barros, Tâmara Rocha Silva Sousa⁴⁰, Maria da Paz de Sousa Chaves⁴¹ e Nícia de Oliveira Santos⁴². Esta última esboça em sua narrativa as ideias trazidas de Goiânia-GO, após vivenciar, durante seu curso de mestrado nessa capital, a realidade do movimento feminista por meio de sua inserção no grupo denominado **Coletiva Feminista**, ajudando-a a reconstruir conceitos e desenvolver a criticidade, contribuindo com o processo de construção da AFIM, em Imperatriz⁴³.

Não existe uma oficialização da entidade em cartório, possibilitando, inclusive, o acesso a editais e projetos com a participação efetiva da Articulação com pautas contemplativas das demandas de mulheres da cidade⁴⁴. Da formação inicial, atualmente existe somente Clarícia, aparecendo em seguida, Luciana Bastos – acadêmica do curso de Comunicação Social/Jornalismo e outras mulheres, as quais passaram a integrar e participar na construção das atividades realizadas pelo grupo.

Bastos (2021) se coloca como parte do Movimento Indígena⁴⁵ e do MST⁴⁶. Ocupou uma vaga no mandato municipal de conselheira da mulher representando a AFIM; participou de

Enfermeira, especialista em saúde pública. Médica. Mãe da Lia. Parte da Coordenação Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – o MLB.

⁴¹ Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UFMA, em 2011 (Informação escrita por Maria da Paz de Sousa Chaves em 17/09/2021 via mensagem por aplicativo WhatsApp).

⁴² Mestre em Comunicação, Cultura e Cidadania pela UFGO, graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UFMA, em 2011, cujo tema da monografia foi a representação da violência doméstica no telejornal local (informação escrita, concedida por Nícia de Oliveira Santos, via chat do aplicativo Instagram, em 14/09/2021).

⁴³ Informação concedida por Nícia de Oliveira Santos, via ferramenta de áudio do chat do aplicativo Instagram, em 14/09/2021.

⁴⁴ Entrevista concedida por Elicléia Clarícia Dallo, em 06/03/2021, via plataforma virtual Google Meet.

⁴⁵ O Movimento Indígena, que permanece resistente há mais de quinhentos anos no Brasil pós invasão portuguesa, luta, ainda hoje, pela sobrevivência e preservação cultural dos povos originários e, em defesa de suas (e nossas) reservas naturais. Tal luta está intrinsecamente ligada à questão territorial, uma vez que, é no território onde esses ideais se reproduzem e efetivam. Passando por um duro processo de perseguição, escravidão e genocídio, os indígenas vêm sua população e terras enxugarem drasticamente. Por outro lado, seus movimentos de resistência e luta, também marcaram todo este período. Reconhece-se aqui, esses aspectos como elementos fundantes na construção de sua consciência de luta (BICALHO, 2011; SANTOS, 2019).

⁴⁶ Movimento dos Sem Terra ou MST é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul

conferências como delegada em eventos fora de Imperatriz; envolvendo-se em grupos de Mulheres; passando a participar dos encontros de mulheres quebradeiras de coco; esteve presente na Marcha das Margaridas em Brasília-DF; um encontro nacional cuja delegação maranhense levou uma grande quantidade de mulheres indígenas, em agosto de 2019, e pontua: “no Maranhão tem mulheres muito fortes e atuantes na linha de frente, as lideranças indígenas, a maioria são mulheres, sempre que eu vou, levo o nome da AFIM, porque eu me considero, não somente da AFIM, mas do movimento de mulheres de Imperatriz”.

Nesse contexto, Rocha (2019) explicita um componente significativo nos estudos, propondo-se a pensar as mulheres indígenas, tendo em vista deverem-se analisar como as transformações da modernidade e o contato interétnico são incorporados e modificam as relações nos diferentes espaços de circulação. Além disso:

A posição política feminina também está relacionada à temática do parentesco e de uma certa autonomia das mulheres que encontram respaldo nas narrativas cosmológicas e rituais. Atualmente, entre os Apinajé contemporâneos, temos um exemplo etnográfico dessa autonomia feminina, na aldeia Macaúba. Mesmo que não seja uma aldeia exclusivamente de mulheres, não se tem dúvida do exercício feminino do poder naquele espaço (ROCHA, 2019, p. 31).

Durante a entrevista, Bastos (2021) narrou sobre sua militância em Imperatriz, informando o seu início a partir de seus 15 anos de idade, ao adentrar os Movimentos Estudantis, no tempo em que participou da União Municipal dos Estudantes Secundaristas⁴⁷, fundando uma entidade: a União dos Estudantes Secundaristas (UES), sendo obrigada pelos pais a deixar a política. Em seguida, envolveu-se em um relacionamento com a finalidade de sair de casa, buscando liberdade para retornar ao Movimento, pois, em seu sentir, precisava contribuir, ao menos, na sociedade em que atuava e, por isso, casou-se, deixando Imperatriz rumo à cidade do companheiro (Salvador/BA), onde permaneceu por um tempo. Retornou ao Maranhão, mas o companheiro a proibiu de estudar. Entretanto:

Mesmo assim, resolvi voltar a estudar, com menino no carrinho, fiz o vestibular, lembro que pra fazer o ENEM fui de resguardo, e aí passei, comecei a cursar Jornalismo, ainda não formei, porque nosso curso é durante a tarde e [...] eu crio meus dois filhos sozinha, em Imperatriz pra trabalhar só

do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou em 1984, no Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos no Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso realizado em Curitiba, em 1985: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores (CALDART, 2001).

⁴⁷ União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES).

meio período é meio complicado, mas estou formando. Minha vida é viver pelos meus filhos, e tentar acolher o máximo de pessoas que eu puder. (LUCIANA BASTOS, fevereiro de 2021, informação verbal).

Nossa interlocutora iniciou na AFIM, por militar no Movimento Estudantil desde cedo. Logo após entrar na Universidade, iniciou sua participação no ME através do C.A. (Centro Acadêmico) do curso de Jornalismo e se juntou às demais cofundadoras da Articulação feminista, mas sem se posicionar como fundadora do grupo, embora afirme sua participação efetiva nos eventos, movimentações e planejamentos, envolvendo inclusive outras instituições. Rememora ainda um vídeo gravado em uma sala de aula, dentro da UEMASUL, marcando a fundação da AFIM, espaço onde existia uma forte militância.

Outro motivo significativo elencado para sua entrada no movimento feminista foi a experiência de um casamento abusivo, ela falou enfaticamente sobre o sentimento de vingança, raiva, mágoa e desamparo em relação à rede de proteção e à sociedade, após sofrer em relacionamentos abusivos, verbalizando o seguinte:

Eu não queria que ninguém mais passasse por aquilo que passei, foi todo um processo, de onde eu não tinha ajuda de ninguém, a família não apoiava, diziam que eu tinha de continuar casada. A sociedade achava que eu tinha de continuar casada, e que não podia separar, enfim... Várias violências aí, que começou outras violências, então por todo esse contexto eu entrei na AFIM (LUCIANA BASTOS, fevereiro de 2021, informação verbal).

Audre Lorde (2019) lança à baila algumas reflexões sobre a capacidade da raiva de ser canalizada e transformada em força de resistência e luta, tanto no cotidiano das mulheres negras, quanto no ativismo feminista. Além disso, o medo e a culpa são terrenos áridos para a comunicação e a transformação social, onde o autoconhecimento e o reconhecimento do *Outro* exigem que o silêncio seja transformado em linguagem e ação (LORDE, 2019).

Com o passar do tempo, nas vivências do movimento, Luciana sentiu necessidade em acolher o sofrimento das mulheres vítimas de violência, ouvir as que estivessem em situação de vulnerabilidade nos bairros onde, por vezes, naturalizavam a violência sofrida e reitera: “a gente sofreu bastante, então o que queríamos enquanto mulheres, como todas nós já sofremos algum tipo de abuso, e sofremos até hoje, e são vários tipos de abusos, a gente queria se proteger!” (BASTOS, 2021).

Portanto, um dos anseios da AFIM era criar uma rede de proteção, um apoio no qual as mulheres sofredoras de abusos por violência física, mental, emocional ou afetiva pudessem ser ouvidas, acolhidas, acalmadas e ajudadas sem julgamentos; denotando um grande diferencial

da AFIM no movimento feminista de Imperatriz, pois se refere aos estudos da teoria através de textos lidos e debatidos periodicamente, como as obras de Simone de Beauvoir, títulos como *Calibã e as bruxas*⁴⁸ e *As mulheres que correm com os lobos*⁴⁹ obras com a temática do Feminismo negro, artigos cujos assuntos como o feminicídio, demonstrando: “não só dizer que era feminista, mas a gente pegava textos e estudava, até porque éramos da Academia e somos ainda. Então levamos essa questão da academia para o movimento” (BASTOS, 2021).

As interlocutoras destacaram que, desde a criação, o grupo de mulheres desenvolve ações, como o “**CINE AFIM**”, com sessões abertas ocorridas no Teatro Ferreira Gullar⁵⁰, gratuitamente às segundas-feiras. O CINE AFIM exibia filmes sobre temáticas feministas, seguidos de debates, por vezes, ocorria também em algumas comunidades periféricas da cidade, como o bairro da Caema.

O grupo também criou o **GINE AFIM** – revistinhas artesanais com poesias, palavras sobre o feminismo, explicando conceitos do feminismo, informando telefones da Rede garantidora de direitos e de proteção à mulher, composta por políticas públicas no nível municipal, estadual e federal (Disque 180, Delegacia da mulher, CRAM, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Ministério Público, Casa Abrigo) atuantes no suporte e apoio, onde mulheres podem encontrar ajuda, com informações necessárias para a sociedade. Houve três edições distribuídas gratuitamente no SALIMP⁵¹, contexto no qual o grupo chegou a realizar cursos e palestras durante o evento.

Clarícia Dallo mencionou, em entrevista, possuir boas memórias da época em que se desenvolviam ações na comunidade, narrando uma em específico, realizada no bairro da Caema⁵², com o auxílio e apoio do Promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior⁵³, vinculado à promotoria da mulher à época. O encontro aconteceu em uma igreja católica da comunidade com palestras abordando a violência contra a mulher.

⁴⁸ Obra de Silvia Federici que investiga o que houve com as mulheres durante a lenta e gradual instalação do capitalismo, e que coloca a caça às bruxas como o grande evento responsável por aniquilar a participação, a força e a resistência femininas, comuns nas comunidades praticamente do mundo inteiro (D'ANGELO, 2017).

⁴⁹ Obra de autoria da psicanalista junguiana Clarissa Pinkola Estés.

⁵⁰ A cidade de Imperatriz possui apenas um teatro com o nome homenageando o escritor Ferreira Gullar. Natural de São Luís (MA), é também poeta, crítico de arte, biógrafo, tradutor, memorialista e ensaísta brasileiro. Utilizado para manifestações culturais, musicais, filmes, danças e eventos educacionais, o espaço tem capacidade para 250 espectadores e seu estilo é de palco italiano (CASTRO, 2017).

⁵¹ Salão do livro de Imperatriz, evento que ocorre anualmente no Centro de Convenções da cidade. A feira é uma realização da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) e conta com o apoio de vários órgãos, Prefeitura, instituições e empresas. No Brasil, é a única feira literária feita por uma academia de letras, e carrega desde 2018 o título de Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão (ROCHA, 2019).

⁵² Bairro periférico da cidade de Imperatriz marcado por vulnerabilidades sociais, alto índice de violência, infraestrutura precária e famílias de baixa renda.

⁵³ Promotor de Justiça na Promotoria Especializada de Combate à Violência contra a Mulher, no ano de 2014, em Imperatriz-MA.

Outra ação marcante foi realizada no IFMA no ano de 2016, o minicurso chamado “Conquistando mulheres e meninas para a ciência”, propunha escutar mulheres, destacando a potência feminina no mercado de trabalho, pois ao incentivá-las ao estudo e a concorrer a postos, por meio de concursos, demonstrou que os cargos por concurso privilegiariam efetivamente o intelecto, fazendo com que profissões, antes predominantemente dominadas pelo público masculino, a exemplo da construção civil, hoje tenham representantes femininas (DALLO, 2021).

Movimentos nas ruas de Imperatriz também aconteceram. A mobilização em torno do “#Mexecomumamexecomtodas⁵⁴” e o movimento “#Elenão⁵⁵” também contaram com a ajuda da AFIM, desde sua construção e organização local até a realização. Foram movimentos originados no âmbito nacional, mas com repercussão e articulação em Imperatriz, demonstrando o ativismo e envolvimento coletivo da AFIM em pautas surgidas nas redes sociais virtuais e no cenário nacional, coadunando com a Quarta Onda feminista explicitada por Buarque de Hollanda (2018) como “os novos ativismos nas ruas e na rede, dos vários feminismos da diferença, da pluralidade de feminismos nas artes, na música, no cinema, no teatro e na academia”. Embora a força das ruas não possa ser atribuída integralmente às redes sociais, a internet indubitavelmente foi estratégica e central nas marchas feministas. Vertiginosamente, as estratégias e a militância das mulheres foram potencializadas e produziram reações e alianças em escala crescente, ainda hoje.

Com o advento das redes sociais e com o surgimento do *Facebook* em 2004, *Twitter* em 2006 e *Instagram* em 2010, algumas das redes sociais mais usadas na atualidade, o movimento feminista passou a se organizar e expor suas pautas, usando tais mídias virtuais para mobilização. Em 2007, as *hashtags* começaram a ser divulgadas no *Twitter*. O intuito da *hashtags* é agrupar posts sobre diferentes assuntos, por tópicos, a partir de palavras-chave antecipadas pelo símbolo “#” (SOUSA; ARAÚJO, 2018). Na rede *Instagram*, atualmente (pesquisa realizada em 17/09/21) a *hashtag* #mexecomumamexecomtodas possui mais de 108 mil publicações e a *tag* #elenão possui mais de 1,2 milhões de posts.

A cofundadora da AFIM, Clarícia Dallo descreve os sentimentos provenientes do movimento feminista vinculados ao impacto social, implicados com o bem-estar, vivências

⁵⁴ Teve início com a organização de atrizes e internautas no intuito de repudiar casos de assédio sexual após uma figurinista ter denunciado o assédio sofrido por um ator durante seu trabalho (SOUSA; ARAÚJO, 2018).

⁵⁵ Cyberativismo com o intuito de repudiar o presidenciável Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, por suas declarações misóginas, racistas, sexistas e preconceituosas (SOUSA; ARAÚJO, 2018).

subjetivas retratadas nas diversas realidades e empoderamento de mulheres, muitas vezes menosprezadas, subjugadas e desamparadas pela sociedade.

Dessa forma, pensar no bem-estar de uma mulher pode transformar esse micro espaço de intervenção onde ela estiver. Outro movimento de rua articulado e construído pela AFIM e com expressiva participação social – aproximadamente 200 pessoas – ocorreu quando houve o caso do estupro coletivo praticado contra uma moça na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em maio de 2016, repercutindo nacionalmente. A manifestação aconteceu em frente à Delegacia de Imperatriz.

Outro caso acompanhado pela articulação feminista referido por Dallo (2021) foi o de uma enfermeira da cidade que havia sofrido estupro por parte de um rapaz proveniente de uma família com alto poder aquisitivo e usava as redes sociais para difamar a moça. Os movimentos sociais de Imperatriz pressionaram para que o agressor fosse levado à justiça para mantê-lo preso. Frequentemente, as ações da AFIM eram noticiadas na imprensa local como mostra a capa do jornal a seguir:

Figura 11 – Capa do jornal imperatrizense *Correio Popular*.



Fonte: Facebook AFIM (29/05/2016).

Durante essas duas últimas décadas, mulheres têm se organizado contra as violências quase rotineiras pelas quais passam em suas vidas, tirando e reconhecendo, a partir da força

dessas experiências compartilhadas, as demandas políticas nas quais milhares falam de forma mais potente que os apelos de vozes isoladas. Essa politização, por sua vez, transforma a forma como nós entendemos violência contra mulheres. Por exemplo, agressão no contexto familiar ou o estupro, anteriormente visto como de âmbito estritamente privado e aberracional (agressão sexual errante) hoje são amplamente reconhecidos como parte de um sistema de dominação em ampla escala afetando mulheres como classe (CRENSHAW, 2018).

Nesse contexto, Joan Scott (2019) nos oferece uma importante reflexão sobre gênero e poder, como anteparo constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, como uma forma inicial de significar as relações de poder. A autora, ao categorizar a mulher como classe demonstra que “mulher” assim como “homem” são fundamentalmente categorias políticas e econômicas.

A AFIM se apresenta no discurso de suas interlocutoras, como uma articuladora ou orientadora feminista de “estudo, se possível ir pra rua, de conversa e acolhimento de mulheres”. É importante destacar a existência de providências práticas sujeitas ao auxílio da AFIM, entre elas o acolhimento de mulheres do grupo feminista, ou daquelas mulheres vulnerabilizadas, as quais encontram mais que abrigo, veem na AFIM uma forma de sair de suas suscetibilidades, empoderando-se a partir da demonstração de suas forças, capacidades de crescimento maior que a condição subordinada, ou subalterna as quais estejam submetidas.

É na força de sua organização e empoderamento que mulheres anteriormente frágeis e até débeis passam a demonstrar a força de suas ações, pois socialmente, elas são e podem ser o que quiserem e podem ser alvos das ações da Articulação, tornando-as capazes de sair de um beco institucional para as avenidas de suas mobilizações, do empoderamento.

Dessa forma, as interlocutoras afirmam o grupo decidiu lançar mão de um olhar para dentro, elegendo um momento sabático de acolhimento interno, olhando para si, na busca do autocuidado e pausando suas atividades externas. Outros motivos ensejaram a pausa do grupo no ano de 2019, continuando por todo o período da Pandemia da Covid-19, em 2020. Dentre os motivos do grupo para buscar uma pausa estão: a sobrecarga de trabalho e de atividades acadêmicas (mestrado, doutorado) e a maternidade.

No entanto, as atividades reiniciaram paulatinamente no ano de 2021, com a colaboração de novas integrantes. Dentre as ações já realizadas nesse ano podemos citar o dia 8 de março, cuja comemoração se deu com panfletagens em praças, calçadão e beira-rio na cidade; Oficinas de Escrita Criativa, direcionado a mulheres; *lives* nas redes sociais sobre Direitos da mulher, informação e debates sobre assédio, bem como explanação sobre a divisão

sexual do trabalho. Houve ainda visita à Casa da Mulher Maranhense, entregando doações adquiridas no Sarau Palavra de Mulher, a fim de trazer também a dimensão fática de suas ações, realizando campanhas de combate à pobreza menstrual. Lançamento da cartilha “O corpo está no contrato?” e a campanha de combate ao assédio sexual praticado contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz e fomentando a mobilização de rua com a campanha: “#vacina no braço e comida no prato” e “#ForaBolsonaro”.

Após um período sabático para o grupo e a pausa em decorrência da pandemia da Covid-19, a Articulação Feminista retoma suas atividades em 2021 com novas propostas de formação, favorecendo a inclusão de mulheres advindas de outros contextos sociais. É uma reestruturação iniciada compassadamente por meio das novas formas de conhecimento, diálogo e decisão dos rumos da AFIM (DALLO, 2021). Nesse momento, absorveram novas formas de fomentar as mobilizações por meio das mídias sociais e das ferramentas de comunicação remota, as quais já citamos, mas merecem relevo. A manutenção e crescimento do grupo durante o período do “fique em casa” só ocorreu por causa dessas ferramentas online.

No interregno, Dallo publicava na rede social da AFIM no grupo do Facebook. O Instagram (@afim.itz). Nessa mídia possui 526 seguidores no momento de construção desse estudo. É de extrema importância notar que a apreensão desses instrumentos de comunicação virtual possibilita o acesso a temas diversos, nos quais “as mulheres vão se reconhecendo em uma postagem ou história no *feed* que vai sendo apresentado” (DALLO, 2021).

As postagens do perfil contemplam pautas relativas aos direitos das mulheres, ao combate à violência contra a mulher, consciência negra, das ferramentas da luta antirracista, do autoconhecimento de sua sexualidade, também de relações políticas como, por exemplo, a resistência ao (des) governo misógino de Bolsonaro. Nesse *cybercontexto*, Sousa e Araújo (2018) preceituam o seguinte:

Por meio do cyberativismo, é possível que meninas e mulheres que desconhecem sobre os direitos da mulher possam conhecer, se aproximar e adquirir consciência sobre a importância do feminismo. Torna-se um instrumento de incentivo ao pensamento crítico promovendo posicionamentos que influenciam tanto a vida pessoal quanto em sociedade. Propiciou popularidade maior ao movimento feminista nos últimos quinze anos, e oportunizou maior visibilidade a grupos não hegemônicos como de militância ao feminismo negro e transfeminismo (SOUSA; ARAÚJO, 2018, p. 4-5).

Durante a pausa do coletivo feminista de 2020 a fevereiro de 2021, o grupo chegou a conversar sobre a possibilidade de encerramento: “e aí, agora encerra a AFIM ou a gente vai

decolar? Então a Samanta Barreto Matos de Souza⁵⁶ apareceu com energia e motivação para convidar várias mulheres a participarem da articulação e contribuir, facilitando a retomada, movimentação e reorganização” (DALLO, 2021).

Atualmente existe um grupo de *WhatsApp*, no qual as mulheres da AFIM dialogam e se articulam para o desenvolvimento de ações na comunidade, existindo ainda a necessidade de proximidade com as mulheres vulneráveis, pois este é o principal público-alvo das ações da AFIM. É mostrando às mulheres vítimas que a vulnerabilidade a qual ainda estão sujeitas não é permanente, mas sim inconstância e variabilidade. AFIM servirá, portanto, para o crescimento, empoderamento e mudança como uma das ferramentas que o feminismo maranhense usa como meio de emancipação e realização de mulheres.

Atualmente dez mulheres compõem a AFIM: Elicléia Clarícia Dallo, Samanta Barreto Matos de Souza, Janaína Lopes de Amorim, Mônica Dalcol, Edlayne Oliveira, Jessica Ruane Lima de Oliveira, Luana Brandão, Rocilda Castro Pinho, Luciana Bastos e Nathielly Dias. Cada uma delas com suas próprias experiências pessoais usadas como meio de impulsionar outras mulheres cujas dores e feridas ainda não estão curadas.

Existe um calendário de reuniões com periodicidade quinzenal na AFIM, almejando ações com impacto social, contribuindo com a comunidade, pois tais atividades desenvolvidas por ela propiciam grandes, ou pequenas realizações, mas sempre movimento. Um exemplo disso é a realização de palestras com as temáticas abordadas hodiernamente pelo grupo, visando atingir, por exemplo, estudantes de escolas públicas. Um dos espaços de ação do grupo é a Escola Estadual Graça Aranha, onde, a convite da professora de História Nice Rejane da Silva Oliveira (falecida em 2021), o grupo realizou uma roda de conversa, intitulada “O arco-íris de possibilidades da sexualidade e da identidade gênero” com a participação da psicóloga Maiara Amorim Muniz⁵⁷.

As integrantes verbalizaram o fato de, na maioria das vezes, as pautas debatidas pelo grupo partirem do momento histórico atual, ou de demandas emergentes na sociedade. A exemplo da questão política e governamental, contra um golpe, contra o fascismo, sobre o movimento “#ForaBolsonaro”. As pautas são levantadas em favor da democracia, das mulheres

abilizou o Brasil por negligência e recomendou políticas públicas que coibissem a violência doméstica e familiar contra a mulher (FERREIRA, 2016).

⁵⁶ Lei nº 13.104/2015 inclui crimes perpetrados contra a mulher por razões de sua condição do sexo feminino que envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

⁵⁷ Psicóloga (UFMA), negra, mestre em Psicologia (UFMA – São Luís) e servidora pública no Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA – Campus Imperatriz).

e contra o feminicídio, visto o feminismo ser um movimento englobando vários campos situando a figura da mulher como o centro dessas mudanças e atingindo uma amplitude social.

Assuntos traduzidos em reuniões e ações da Articulação Feminista de Imperatriz, que tem se juntado ao Fórum Estadual de Mulheres nas agendas e lutas. Pautas distintas são levantadas, como no mês da Consciência Negra, no qual se discute o reconhecimento das diferenças existentes, a exemplo de “o que seria o feminismo para uma mulher negra (feminismo negro) e o feminismo para uma mulher branca? o feminismo para uma mulher trans e para uma mulher Cis?” (DALLO, 2021).

Sobre as pautas da AFIM, Luciana Bastos (2021) discorre mais sobre a violência contra as mulheres, os vários tipos de violências, a defesa da Lei Maria da Penha⁵⁸, Lei do Feminicídio⁵⁹ e, quando ocorre algum julgamento criminal nesse contexto, o grupo se desloca até o Fórum da cidade para manifestarem-se. Na data marcante para o feminismo, o 8 de março, sempre existem mobilizações e manifestações voltadas para a proteção da mulher, pelo fim da violência contra a mulher, contra o feminicídio, realizadas em conjunto com o Fórum de Mulheres de Imperatriz. Com o 8 de março, lembranças antigas do grupo e de ações realizadas elevaram-se nas redes sociais e aqueceram os sentimentos e corações das cofundadoras, reacendendo a vontade e o desejo por lutas feministas envolvidas com mulheres e possibilitando à AFIM sua redefinição, reorganização e reestruturação, redescobrimo novos amanhã.

O Fórum de Mulheres, coordenado por Conceição de Maria Amorim, aparece como uma entidade consolidada em Imperatriz, principalmente porque abarca todos os movimentos de mulheres. A pandemia da Covid-19 restringiu as ações desenvolvidas pela AFIM, embora o Fórum de Mulheres continue atuando com o público diante do aumento dos casos de violência contra a mulher, feminicídio, vulnerabilidades socioeconômicas (fome e desemprego), por meio de doações de cestas básicas, roupas e móveis.

A AFIM trouxe para a trajetória pessoal de Clarícia Dallo:

Muito do sentimento de estar em grupo, em rodas e entre mulheres, ao tempo em que aponta para vários aprendizados, amizades, visões diferentes sobre a sociedade, oportunidade de chegar e falar que não sabe sobre determinado assunto, algo que precisa desconstruir em si, reconhecendo que precisa de mudanças, estudarem mais sobre o feminismo, entender e trabalhar mais a

⁵⁸Lei 11.340/2006 em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi por duas vezes, vítima de tentativa de assassinato por parte do ex-companheiro, em 1983. Dezoito anos após o ocorrido, a Organização dos Estados Americanos (OEA) responsabilizou o Brasil por negligência e recomendou políticas públicas que coibissem a violência doméstica e familiar contra a mulher (FERREIRA, 2016).

⁵⁹Lei nº 13.104/2015 inclui crimes perpetrados contra a mulher por razões de sua condição do sexo feminino que envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo, ou discriminação à condição de mulher.

própria comunicação e a interação com as coletividades. Me desperta muito essa necessidade de aprender a trabalhar em coletividade e de pertencimento, me faz eu me sentir útil sabe, e de alguma forma auxiliar mulheres e ser auxiliada por elas também. Não é ser só sobre se doar, mas também é sobre receber (CLARÍCIA DALLO, março de 2021, informação verbal).

Como coordenadora da AFIM, Clarícia compartilha o peso das cobranças oriundas da função, o qual exige posicionamentos diante das pautas apreciadas. O sentimento atravessava o dilema de ter que opinar sobre todos os acontecimentos da vida cotidiana ao redor, como se tudo fosse apenas a militância: “Ah, mas tu não és feminista? Ah, mas tu não vais falar nada sobre isso?”, eram alguns dos comentários que ouvia sempre. Outra lembrança, trazida durante suas entrevistas, aponta para o caráter pejorativo no qual o feminismo é imerso, seja pelas falas dos interlocutores carregadas de preconceitos, ou no imaginário social por meio dos estigmas em torno do feminismo, em forma de insulto: “ah, isso é coisa de feminista, ah sua feminista, e eu falo: sim, sou feminista, estou feminista com muito orgulho, isso faz parte de mim, parece que isso me ajudou a empoderar, e ver que o feminismo é uma coisa necessária” (DALLO, 2021).

Sobre como se estabelece essa autodefinição de feminista e o que qualifica um grupo como feminista, Dallo (2021) enfatiza as tantas definições possíveis sobre o feminismo, tentando elaborar e descrever o próprio entendimento, ressaltando o fato de não estar falando pelo grupo, uma vez que necessitaria perguntar a todas as companheiras e chegar a uma definição consensual acerca do conceito, e provoca : “o que é um grupo feminista?” tecendo que um grupo feminista deve ser constituído em sua maioria, ou totalidade, por mulheres, no qual suas falas sejam valorizadas como agentes sociais transformadores, podendo reivindicar seus direitos e deveres, demonstrando suas fragilidades e forças. Assim:

Um grupo feminista, é um grupo onde as vozes principais são mulheres que reivindicam seus direitos por um mundo melhor, transformadoras da sociedade pensando no todo: nos homens, mulheres, crianças, idosos, independente da raça, religião e implicadas com pautas progressistas, porque pra mim, liberal não é feminista, tem que ter pautas progressistas, é isso! (CLARÍCIA DALLO, março de 2021, informação verbal).

Luciana reitera o discurso, em relação à reação social, narrado por Clarícia após elas se intitulem feministas: “Quando você falava que era feminista, até hoje, mas antigamente mais, as pessoas diziam que a gente era doida e que era ‘mimimi’, que éramos contra os homens” (BASTOS, 2021). Esse tipo de resposta, por parte da sociedade, se colocava como dificuldades

a serem enfrentadas e superadas pelas ativistas, pois, por haver forte rejeição em relação ao feminismo, eram malvistas, xingadas, hostilizadas, no momento inicial de suas ações em Imperatriz.

Akotirene (2019, p. 14) oportuniza o debate acerca do conceito interseccionalidade como um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal⁶⁰ branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico, ou da existência de voz única de representatividade. Desta forma, a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica ao reconhecimento e combate à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias, nos quais as mulheres negras são, repetidamente, atingidas pelos cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, identificáveis como modernos aparatos coloniais. Kimberlé Crenshaw (2018, p. 3) explana: “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das pautas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo em sua base”.

Em se tratando da interseccionalidade, a AFIM busca, no decorrer do tempo, se articular de forma a contemplar os diversos marcadores de raça, diversidades de orientação sexual, etnia, religião e classe, em suas ações, além da inclusão de mulheres caracterizadas por essa representatividade. A atual coordenadora da AFIM, Dallo (2021), pontua:

Entra na AFIM qualquer tipo de mulher, gorda, magra, baixa, negra, indígena, trans. Com a participação dos diversos tipos de mulheres, na época, chegou uma colega, que estava no processo de transicionamento, era menina e virou menino. Continuou no grupo como homem-trans, mas aí depois ela decidiu a permanecer como menina. Acho que a intersexualidade passa por nós, a partir do momento que a gente não tem essa de dizer se aceita ou não aceita. O grupo é isso, de acordo com a afinidade, alguém olhar e ver “quero participar”. Se alguém falar “quero participar”, a gente apresenta [a AFIM] e pergunta: “Aí, tu queres mesmo? Se quiser, tá dentro” (CLARÍCIA DALLO, março de 2021, informação verbal).

⁶⁰O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas (AKOTIRENE, 2019).

As temáticas da Intersexualidade e Transexualidade estiveram presentes em alguns momentos nas discussões e estudos realizados pelo grupo sobre os vários feminismos. Nascimento (2020) descreve, em seus textos, sobre um lugar sem prestígio social, sem acesso aos direitos humanos, de uma encruzilhada de vulnerabilidades, as quais perpassam por sua existência como travesti negra e gorda, citando Grada Kilomba (2010), pela qual se entende a colonização como responsável pela interferência nos corpos diferentes do padrão branco, eurocêntrico e cisheteropatriarcal, havendo, de forma desumana, a bestialização de suas existências. Destoando dessa ótica cisheteronormativa, o transfeminismo negro:

Propõe reflexões interseccionais entre as questões das transgeneridades e negritudes dentro do espectro teórico e político feminista. Tanto as transgeneridades quanto as negritudes são marcadores sociais que produzem assimetrias e vulnerabilidades num contexto de manutenção do sistema cisheterossexual e racista. A abordagem de um transfeminismo negro se faz potente para que possamos marcar socialmente o lugar de mulheres trans negras que vivem opressões de modo interseccional e que sentem a urgência de exercer uma autodefinição de suas experiências de transnegritudes. Na medida em que os nossos lugares de fala são potencializados podemos transgenerizar o feminismo negro e enegrecer o transfeminismo (NASCIMENTO, 2020, p. 4-11).

Ao referenciar Butler (2015) e sua perspectiva sobre o gênero ser o dispositivo de produção do sexo, suscitam-se aprofundamentos sobre o processo pelo qual os corpos se tornam matéria. Nossos corpos se materializam nas formas diversas de feminilidades e não há essa “pretensa natureza” feminina que nos define (NASCIMENTO, 2020).

Luciana compreende que na AFIM se discute gênero, com mulheres CIS, mulheres TRANS, mas dentro de uma passagem breve e sem aprofundamento, tendo em vista as pautas estarem mais voltadas para as “mulheres no geral” (sic) e não dentro de suas especificidades e marcadores identitários. Portanto, pondera que “esse campo tem muitas peculiaridades, como o movimento feminista negro também tem muitas peculiaridades, e a gente prefere fazer uma coisa mais ampla por achar que consegue atender todo mundo” (BASTOS, 2021).

Em diálogo, a cofundadora afirma a existência, hoje, na AFIM, de mulheres hétero, lésbicas, solteiras, casadas, mãe solo e não mães, com idades entre 25 e 38 anos, nível de escolaridade médio e superior, enfatizando a formação do grupo iniciada dentro de uma Universidade. Esse fato contribuiu, essencialmente, para a formação possuir, em sua maioria, mulheres universitárias, algumas com mestrado e doutorado, e, portanto, poderíamos estar falando de um grupo de “feministas acadêmicas”.

O feminismo, sintetizado por bell hooks (1981), é um movimento engendrado para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão, trazendo à tona o poder conceitual de sororidade (HOOKS, 2020). Dentro da AFIM, pouco se tem abordado sobre o tema da Sororidade, o qual ganhou apoio maciço nas redes sociais digitais, dos internautas e celebridades, como modelo de união e irmandade entre mulheres, capaz de formar uma estrutura concisa de apoio imbricada com as principais causas femininas contra as ameaças que solapam seus direitos. Algumas mulheres não conhecem esse conceito profundamente e, talvez por isso, se posicionem contrariamente à concepção de sororidade, embora percebam dentro do grupo um movimento no sentido de irmandade, levando-se em consideração que “a AFIM não realiza somente ações do/no grupo, mas atua em colaboração com movimentos de fora, como o Fórum de Mulheres” (DALLO, 2021).

Bastos (2021) disserta o desgaste do tema a partir da sua banalização ou modismo, pois perde o sentido pelo excesso de pessoas falando a respeito, sem, contudo, praticá-lo. Ela conecta o significado da palavra Sororidade às ações realizadas pela AFIM internamente, uma vez que “a AFIM tem muito de se colocar no lugar daquela mulher, tenta ajudar o máximo possível, inclusive colocamos a demanda das mulheres da AFIM, acima da AFIM, e não adianta tentar ajudar as outras pessoas se nós mesmas, não conseguimos nos ajudar”.

Dessa forma, Hill Collins (2019, p. 283), referindo-se ao poder da autodefinição, aponta para: “o conhecimento construído do eu (*self*) emerge da luta para substituir imagens controladoras por conhecimento autodefinido considerado pessoalmente importante, geralmente um conhecimento essencial à sobrevivência das mulheres (negras)”, entende-se pela busca de uma voz coletiva, através da qual possamos expressar nossas mulheridades/feminilidades de modo articulado.

Em linhas gerais, verifica-se as ações e movimentações da Articulação Feminista de Imperatriz, AFIM, apresentadas de forma incipiente e não solidificadas, consistentemente, sem cumprimento efetivo de agendas e pautas de discussões abrangendo os vários feminismos e a perspectiva interseccional. O grupo faz uso, frequentemente, de espaços e agendas vindas de outros círculos, como o Fórum de Mulheres de Imperatriz, cujas pautas nacionais e estaduais contemplam os direitos fundamentais das mulheres contra o assédio e as várias formas de violência, contra a fome, contra o sexismo, a misoginia e as desigualdades sociais.

4.4 Conquistas dos movimentos feministas na organização da rede de políticas públicas para mulheres em Imperatriz-MA.

A luta feminista contra as desigualdades e explorações, vislumbrando a emancipação e participação política das mulheres no Brasil, é caracterizada por particularidades e diversidades teórica e ideológica, as quais estruturam suas ações e intervenções políticas. Os movimentos feministas são caracterizados pela interferência política com o propósito de transformar as relações desiguais de gênero, raça e classe na sociedade. O resultado das diferenças ocasionadas pelas desigualdades produzidas em um modelo patriarcal-capitalista, consiste em manter relações pessoais, políticas, econômicas e culturais, que estruturam a opressão, exclusão e subalternidade das mulheres.

Gênero, raça e classe são elementos estruturais do capitalismo contemporâneo, assentados no patriarcado-racismo-capitalismo e, conforme as circunstâncias históricas, cada uma das contradições adquire relevos distintos (SAFFIOTI, 1994). Para a autora citada, esta estrutura se manifesta, de forma conjunta, intercalada com um ou outro componente, atuando, mais intensamente, em todos os campos da vida social dos sujeitos.

Nessa perspectiva, as desigualdades estruturantes estão presentes na vida das mulheres, impactando, diretamente, em sua condição humana, e são acentuadas por serem mulheres, negras ou indígenas e assalariadas, cujas situações são vivenciadas mais intensamente através das crises cíclicas do capitalismo.

No Brasil, do final da década de 1970, os movimentos feministas, aliados com os movimentos sociais urbanos, e “os movimentos de mulheres - ou as mulheres nos movimentos - passaram a levantar temas específicos à condição da mulher como direito à creche, à saúde da mulher, à sexualidade e contracepção e combate à violência contra a mulher”. (FARAH, 2004). A partir desta ótica, o feminismo contribuiu para a inclusão da questão de gênero, na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático.

Safiotti (1994) entende que esse é um período de expansão do movimento feminista no Brasil, o qual trouxe, - para o centro do debate, a luta contra a violência doméstica e familiar, exigindo do Estado intervenções políticas em torno da proteção e assistência às mulheres. Deste modo, as reivindicações têm uma trajetória marcada por crise, reforma do Estado, redemocratização do Brasil, globalização e pela reestruturação produtiva, instituídas através da primeira intervenção legislativa com recorte de gênero, no país, no início da década de 1980.

Inicialmente, no estado de São Paulo, a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF, em 1983, marcou a descentralização do poder do Estado para observar as necessidades do público feminino naquele local. O Conselho Estadual, o qual possui caráter deliberativo, ao acompanhar as experiências de acolhimento e atendimento de mulheres em situação de violência, pelos movimentos do SOS Mulher, um projeto social de atendimento à mulher em situação de violência, realizado por profissionais voluntárias, e receber inúmeras denúncias da recusa dos agentes públicos em registrar ocorrência nas delegacias gerais, em negociação com o governo do estado, protagonizou a criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM, em 1985, na cidade de São Paulo, a qual pode ser considerada como primeiro equipamento social de segurança pública para a mulher implantado no Brasil.

Aos poucos, as DEAMs foram se espalhando por todos os estados, principalmente nas capitais. No Maranhão, sob a coordenação do grupo feminista “Mulheres da Ilha”, foram realizadas diversas reuniões, objetivando a implantação de algumas delegacias especializadas, até o ano de 1987, no qual houve a implantação da primeira DEM – MA, precisamente na capital, São Luís e em 15 de agosto de 1990 foi criada através da Lei 11.540, a DEM do município de Imperatriz.

Instalada na parte central da cidade, a DEM passou a ser demandada e acompanhada pela sociedade civil organizada partir de 1998, quando foi realizada a primeira visita de representantes dos movimentos de mulheres e feministas. De acordo com Conceição Amorim (2021), a delegada da época apresentou inúmeras queixas e dificuldades para efetivação dos serviços, principalmente a falta de efetivo, de equipamento, de transporte e estrutura física no geral. Havia, sobretudo, discriminação e desvalorização por parte do conjunto da corporação e da própria Secretaria Estadual de Segurança Pública. A militante lembra que as denúncias de mau atendimento eram recorrentes por parte das usuárias, nos meios de comunicação local.

Tentando sequenciar os acontecimentos da história da luta das mulheres de Imperatriz com as lutas e conquistas nacionais, é importante demarcar a luta pela criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM implantado por meio do projeto de lei apresentado e aprovado pela câmara de vereadores em 1997, e sancionado no mesmo ano pelo então prefeito. Depois de várias tentativas junto ao Prefeito Ildon Marques (PMDB), sem êxito, as militantes não perderam a oportunidade de solicitar a posse do Conselho ao vice prefeito Luís Carlos Noleto, quando ele estava respondendo pela prefeitura, no final do ano de 1999, e a

solicitação foi atendida. Mesmo sem apoio da gestão municipal, a sociedade civil, promoveu sob suas condições efetivas, o funcionamento do CMDM no decorrer de 2000.

Em janeiro de 2001, com a gestão na prefeitura de Jomar Fernandes (PT), o CMDM apresentou a proposta de implantação do Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher – PAISM, nas dependências da secretaria municipal de saúde e o serviço implantado no mesmo ano. Esse programa foi instituído pelo Ministério da Saúde em 1983, fruto da mobilização dos movimentos feministas. O Programa prevê atenção à saúde da mulher de forma integral, propiciando atendimento clínico-ginecológico e educativo; este último voltado ao aperfeiçoamento do controle do pré-natal, do parto e puerpério. Percebeu-se a importância em dar atenção às questões presentes desde a adolescência até a terceira idade da mulher; tais como: controle das doenças transmitidas sexualmente, câncer cérvico-uterino e mamário e à assistência para concepção e contracepção. Em 2004 o programa foi transformado em Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e é um marco no Sistema Único de Saúde (SUS). O PAISM foi a primeira política pública conquistada no município de Imperatriz pelos movimentos feministas e de mulheres.

O movimento feminista e de mulheres convocou e realizou a primeira audiência pública, por meio do CMDM, em novembro de 2001, com seguimentos da prefeitura e com a participação do gerente regional de segurança pública do estado do Maranhão. O produto dessa audiência foram dois documentos entregues ao prefeito; um solicitando o empenho do município na implementação das políticas públicas corroborando com o combate à violência contra as mulheres, entre elas, a ampliação da iluminação pública, o cumprimento do Código de Postura do Município o qual prevê muros e cercas nos terrenos baldios; a instalação do Disque 0800 para atender denúncias de mulheres em situação de violência; criação da lei para regulamentar o funcionamento dos bares e o empenho político da prefeitura na instalação do Instituto Médico Legal (IML).

A partir desse evento, a prefeitura desenvolveu um plano de iluminação pública, priorizando as periferias e o então Secretário de Meio Ambiente, informou em reunião posterior que promoveria uma campanha, junto aos proprietários dos terrenos baldios, para atentarem sobre o cumprimento do Código de Postura do Município, vários terrenos indicados pelo CMDM foram notificados e passaram a ser cercados ou murados, principalmente na área central da cidade.

Em novembro de 2004, foi aprovada a Lei 1.110/2004, limitando os bares a funcionar até as 2hs da madrugada nos finais de semana e até as 23h no decorrer da semana. Outro

documento direcionado à questão de saúde, indicava a implantação do atendimento ambulatorial dentro do recém-criado PAISM, para atender as mulheres em situação de violência sexual e violência doméstica e familiar, assim como a implantação da pílula do dia seguinte (CMDM, 2001). Dessas reivindicações, apenas a implantação da pílula foi atendida.

Ao Gerente Regional de Segurança Pública foi entregue um documento com demandas e reivindicações centradas na reorganização e na garantia de um espaço seguro e sigiloso para atender as usuárias na DEM; a capacitação na perspectiva de gênero da equipe, a saída das delegadas do Plantão Geral e inclusão de uma médica no grupo de perícia para viabilizar o exame de corpo de delito nas dependências da DEM – o funcionamento da DEM de 24h diariamente – e a instalação do IML. Um ano depois, sem ter nenhuma das reivindicações atendidas, o CMDM realizou nova audiência com o gerente de segurança pública, reapresentou as reivindicações e acrescentou o pedido de mudança da delegada titular “que tem prestado um desserviço à sociedade, com sua completa falta de sensibilidade e descompromisso com as mulheres” (CMDM, 2002).

Em março de 2003, o CMDM, em parceria com vários agrupamentos de mulheres da região, realizou o I Seminário Regional de Mulheres da Região Tocantina (ou II Plenária Popular de Mulheres) contando com 540 participantes, moradoras nos municípios maranhenses de Imperatriz, Davinópolis, Senador Edson Lobão e Cidelândia.

O seminário temático: As mulheres construindo sua história foi um evento deliberativo, e objetivava unificar as lutas e aprovar uma plataforma feminista de luta regional; possuía 04 eixos específicos de políticas públicas para as mulheres, com propostas abrangendo: 1) Controle social, como a criação dos Conselhos de Direitos da Mulher em todos os municípios da Região Tocantina; 2) Segurança pública, com a implantação de DEM nos demais municípios; a implantação do IML em Imperatriz e a ampliação da iluminação pública nas cidades; 3) Assistência social, com a criação da Casa Abrigo Regional, a conclusão da Casa Abrigo de Imperatriz, que encontrava-se em processo de construção e a criação de um albergue para acolher famílias em trânsito na cidade; 4) Saúde, por meio da implantação do PAISM, em todos os municípios; a ampliação do atendimento do PAISM em Imperatriz, para assistir mulheres vítimas de violência sexual e violência doméstica; a implantação das normas técnicas de atendimento à mulher em situação de violência sexual nos hospitais; a instalação do Comitê de Morte Materna e a implantação e regulamentação da interrupção da gestação previsto no código penal brasileiro. São pautas intensas, pressupondo a necessidade de articulação política e

mobilização para operacionalizá-las, visibilizando a trajetória e concretude de cada ponto dessa plataforma.

As negociações são lentamente processadas com o poder público estadual e municipal. Em Imperatriz as pautas elencadas no I Seminário Regional foram encaminhadas aos órgãos responsáveis e no decorrer dos anos seguintes foram cobradas com as novas demandas surgidas. Datando as reivindicações atendidas anualmente, identificamos que o Comitê de Morte Materna foi instituído no Hospital Regional Materno Infantil – HRMI, pela Secretaria Estadual de Saúde, em 2002.

Em 2016 houve uma reestruturação passando a funcionar o Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Materna Infantil e Fetal na Região de Saúde de Imperatriz, com a participação de 16 municípios da região de saúde de Imperatriz, e conta com a participação de representantes das secretarias municipais e estadual de saúde, hospitais de atendimento materno-infantil, saúde indígena, Conselhos Médicos e de Enfermagem, Ministério Público.

A construção da Casa Abrigo foi concluída pela Prefeitura Municipal em 2004, e a gestão municipal posterior a inaugurou em 2007. Em 2006, a Secretaria Estadual de Segurança Pública implantou o IML. Em 2009, através da Lei nº 1284, a Secretaria Municipal de Política para a Mulher formulou, coordenou e articulou políticas públicas, programas e projetos voltados para as mulheres. A primeira secretária foi Maria da Conceição Formiga de Medeiros, que a gerenciou por 08 anos.

O serviço de interrupção da gravidez foi implantado pela Secretaria Estadual da Saúde no HRMI em 2017. A implantação do albergue para famílias em trânsito e para mulheres foi implantado em 2019, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, após representação ao MPE.

A lei 11340/2006 foi criada nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, embasando-se na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e bem como na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, foi uma grande conquista da sociedade brasileira e o município de Imperatriz através do Fórum de Mulheres e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher cumpriram um papel exemplar na criação dos mecanismos previstos na lei para coibir a violência contra as mulheres, entre eles os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A nova Lei exigiu do movimento feminista mobilização e articulação também para implantação dos serviços previstos no Art. 35, no qual: a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

- I - Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II - casas-Abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas E campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - Centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Conforme o processo de mobilização da sociedade civil, órgãos e serviços foram implantados. O abrigo⁶¹ para acolher mulheres em situação de violência teve sua construção financiada pelo Ministério da Justiça, em convênio firmado com a Prefeitura de Imperatriz em 2002. Concluída a obra no final de 2004, depois de muita cobrança e denúncia na imprensa local, o abrigo foi inaugurado em junho de 2007 e, por sugestão do movimento feminista, foi nomeado de Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto.

Esse importante serviço acolhe mulheres em situação de risco de vida sendo sua localização sigilosa, mantido pelo poder público municipal para atender mulheres de Imperatriz e municípios circunvizinhos. Amorim (2021), faz questão de pontuar que o convênio só foi concretizado em função da existência do CMDM. Essa era uma das principais exigências do Ministério da Justiça, conforme as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência, “as casas-abrigos são locais de caráter temporário, seguros e sigilosos cujo objetivo é garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência e sob risco iminente de morte” (BRASIL, 2011).

Nesses 14 anos de instalação, a Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto funciona com alta rotatividade de profissionais, em função da contratação de pessoal por processos seletivos temporários ou cargos comissionados, sem especialização e sem formação continuada na área de atuação. De janeiro de 2017 a setembro de 2021, Conceição Amorim (2021) denuncia:

O abrigo no decorrer dos últimos 05 anos, na maioria do tempo ficou sem equipe multiprofissional, sem coordenadora ou só com a coordenadora, as abrigadas eram acolhidas e acompanhadas pelas cuidadoras, pela funcionária do

⁶¹ As Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres em situação de violência tem por marcos legais a Lei 11.340/2006; o Decreto no. 6. 387 de 5 de março de 2008 – II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009, CNAS (tipificação dos serviços socioassistenciais); a Convenção de Palermo; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/ a Convenção de Belém do Pará (1994).

administrativo ou do serviço geral. A alimentação e produtos de higiene pessoal era parco e o material de manutenção do abrigo (lençol, toalha) ficou mais de 4 anos sem reposição, depois de muitas denúncias do CMDM, do Fórum de Mulheres de Imperatriz e fiscalização do Ministério Público, em julho de 2021 foi contratada uma assistente social recém-formada para coordenar o abrigo, em setembro uma assistente social e uma psicóloga, ambas sem especialização ou experiência em atendimento às mulheres em situação de violência. Esta instabilidade e descontinuidade das políticas públicas no enfrentamento a violência no município, coloca em risco a vida das mulheres, na medida em que elas não recebem a assistência qualificada por parte da equipe (CONCEIÇÃO AMORIM, janeiro de 2021, informação verbal).

O controle social se apresenta nesse e em outros casos de serviços e órgãos da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher, tornando-se imprescindível para que essas políticas públicas atinjam e mantenham um grau de acessibilidade e qualidade incidente de forma efetiva e resolutiva na vida das usuárias. No contexto de abrigamento, as mulheres se encontram em profunda vulnerabilidade, a sua rede primária encontra-se comprometida devido à violência e a sua sobrevivência passa a depender de agentes estatais. Pessoas estranhas a sua convivência afetiva e social passam a protegê-la e mantêm-na num espaço isolado e em permanente vigilância, o vínculo de afetividade precisa ser construído em pouco tempo, dependendo da continuidade e da qualidade do serviço prestado pela equipe gerando a necessidade de implantação do conjunto dos órgãos e serviços previstos na Lei Maria da Penha.

Seguindo a determinação de criação da rede no Maranhão, a lei complementar nº 104 de dezembro de 2006 criou a Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar. Em janeiro de 2007, representantes do Fórum de Mulheres de Imperatriz e do CMDM passaram a articular a instalação da Vara, por meio de reuniões com o diretor do Fórum de Justiça, dando início a uma ampla campanha pela instalação imediata da Vara na comarca de Imperatriz, com reuniões realizadas junto à Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, a procuradora do Ministério Público Estadual, a Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa, o Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão e o movimento feminista de São Luís.

Imperatriz tem a primeira Vara instalada no estado do Maranhão em agosto de 2007. As Varas ou Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça, de competência cível e criminal, responsáveis pela efetivação do processo, julgamento e execução de causas decorrentes da prática de violência doméstica contra a mulher.

Conforme Amorim (2021), a Vara da mulher de Imperatriz foi a primeira do estado do Maranhão e do interior do Norte e Nordeste do Brasil. Uma conquista importante cuja motivação fomentou a continuação da luta do movimento feminista pela implantação da

Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de Imperatriz, do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPE/MA, pois assim como a implantação da Vara, sua instalação se efetivou após uma sucessão de reuniões com a Procuradoria do Ministério Público, criada em 2008 e instalada em 2009.

O MPE possui a responsabilidade de solicitar à polícia civil o início prosseguimento às investigações, provocando o juiz a conceder medidas protetivas de urgência nos casos de violência contra a mulher. Sendo, conforme determina a Constituição, o autor da ação penal pública e o fiscal dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à mulher em situação de violência, conforme a Lei Maria da Penha.

O Movimento empreendeu três conquistas importantes para o município: Implantação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM em 2010; Notificação Compulsória de Violência Doméstica em 2010 e a criação da defensoria especializada em violência doméstica e familiar no ano de 2019. No âmbito da Assistência Social, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM: política destinada à prevenção e enfrentamento da violência através de ações especializadas e da oferta de atendimento psicossocial. Atualmente o CRAM tem uma equipe multiprofissional composta por duas psicólogas concursadas, uma assistente social contratada, uma pedagoga concursada e uma coordenadora. Até recentemente a equipe contou com atendimento jurídico realizado por advogadas (AMORIM, 2021).

Para a feminista especialista em gestão de políticas públicas de gênero e raça, a falta de especialização e de formação continuada no serviço limita a assistência ofertada pela equipe multiprofissional, prejudicando, por vezes, o conjunto da assistência à usuária. É a carência de especialização que evidencia a falta de compreensão sociológica desse fenômeno tão complexo não fazendo parte da formação do conjunto das categorias profissionais. Dessa forma, assim como temos claro o nível de compreensão por parte da maioria das profissionais ainda é a violência intrafamiliar e ou entre casais um problema de cunho pessoal e não sendo seu papel suscitar esse debate sem a vítima agindo como interlocutora direta do pedido de ajuda, seja por vergonha ou por ignorar o contexto social e político das relações de gênero na sociedade patriarcal, ou por sua formação pessoal, familiar ou crença religiosa. Portanto, essa não é uma abordagem simples e sua compreensão na perspectiva da pedagogia social se distancia do inatismo e se constrói no estudo sociológico do problema.

Em se tratando de profissionais da psicologia, do serviço social, da pedagogia ou da área da saúde, profissões praticadas na sua maioria por mulheres, a violência de gênero, considerada uma epidemia mundial e um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde

(OMS), não é uma temática atravessada por perspectivas sociológicas, filosóficas e antropológicas, visto que nos projetos pedagógicos do conjunto dos cursos de formação não se contemplam discussões nesse contexto.

A temática da violência de gênero contra as mulheres precisa ser apreendida por meio de estudos contínuo e contextualizado sob o sério risco das profissionais que compunham as equipes, caírem no senso comum e naturalizarem muitas das situações-causas do sofrimento das mulheres que acessam os serviços de acolhimento e assistência psicossocial e jurídica. Por isso, os profissionais precisam estar tecnicamente especializados. É papel do Estado, personificado no Judiciário, qualificar suas equipes sistemática e cotidianamente na perspectiva da desconstrução de valores patriarcais, conformados ao projeto de dominação capitalista.

A segunda conquista foi a implantação da Notificação Compulsória de Violência Doméstica criada em 2003, instituída no município com o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 2010, após denúncia do movimento ao Ministério Público Estadual. Basicamente, a notificação compulsória de violência doméstica trata-se de uma intervenção de cunho epidemiológico e social, visando principalmente proteger as vítimas de violência.

Depois de muita insistência por parte da sociedade civil, as mulheres com processos em cursos na Vara Especializada da Mulher, passaram a ter assistência jurídica por parte da Defensoria Pública Estadual. No entanto, a atuação se dava de forma inadimplente, ocasionando a apresentação de queixa por parte dos movimentos sociais dos serviços prestados pelo órgão, motivando a instauração de um inquérito civil, nº 02/2014 para apurar a ausência do defensor público, incumbido de atuar com fim exclusivo de atender as mulheres vítimas de violência doméstica na Comarca de Imperatriz. Apenas em 2019 foi criada a defensoria especializada em violência doméstica e familiar, concretizando a terceira conquista. Conceição Amorim (2021) explicou que a luta pela designação e capacitação de defensor público para atuar específica e exclusivamente na defesa dos direitos da mulher na Comarca de Imperatriz contou com a participação de todos os segmentos da rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher por se tratar de um direito legítimo das vítimas, previsto na lei Maria da Penha e por significar efetivamente o acesso a um serviço necessário ao bem-estar das vítimas quanto a sua segurança jurídica.

Seguindo o rol de reivindicações encabeçadas pelo movimento feminista local, o governo do estado do Maranhão implantou, em 2021, a Casa da Mulher Maranhense de Imperatriz. Um espaço físico agregador dos vários órgãos de enfrentamento à violência existentes, a exemplo da Delegacia Especializada da Mulher, a Patrulha Maria da Penha, para

acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, a Vara da Mulher, o Ministério público, Defensoria Pública e um serviço psicossocial. O espaço foi criado objetivando facilitar o acesso das usuárias aos órgãos da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência.

Por fim, e não menos importante, o movimento feminista de Imperatriz aprovou por unanimidade na 10ª reunião ordinária do CMDM, ocorrida em 31 de julho de 2020, a Resolução nº 03 que determina a criação do Centro de Responsabilização dos Autores de Violência Contra a Mulher, pelo poder público municipal, que passou a vigorar em 06 de agosto de 2020, mediante sua publicação. O serviço foi inaugurado em 2021 e encontra-se em processo de implantação e conta com uma equipe multiprofissional.

Vale ressaltar que os serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência previsto na Lei Maria da Penha criados no município encontram-se em processo de construção permanente, buscando-se fortalecer através da atuação em rede, conforme a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher.

CONSIDERAÇÕES: existentes, resistentes e re-existent!

Pedra, pau, espinho e grade
 No meio do caminho tinha uma pedra,
 Mas a ousada esperança,
 de quem marcha cordilheiras,
 triturando todas as pedras
 da primeira à derradeira,
 de quem banha a vida toda no unguento da coragem
 e da luta cotidiana
 faz do sumo beberagem,
 topa a pedra pesadelo
 é ali que faz parada
 para o salto e não o recuo
 não estanca os seus sonhos
 lá no fundo da memória,
 pedra, pau, espinho e grade são da vida desafio.
 E se cai, nunca se perdem,
 os seus sonhos esparramados adubam a vida,
 multiplicam são motivos de viagem” (EVARISTO, 2008).

Quais caminhos apontamos e quais reflexões surgem diante dos vários movimentos feministas existentes, de resistência e re-existent no Portal da Amazônia?

Historicamente estes movimentos locais se concentraram e ocuparam espaços como a Igreja Católica, os sindicatos, as universidades e as ruas. Com agendas demarcadas por lutas em prol da não violência, por saúde, educação, emprego e geração de renda, esses movimentos, articulados ou não entre si, são responsáveis diretos por parte das conquistas referindo-se à segurança pública e saúde para as mulheres maranhenses.

Esse movimento se fez e se faz levando-se em consideração os preceitos religiosos defendidos por Conceição Formiga, o feminismo anticapitalista, construído na luta de classes e no bojo dos movimentos sociais, entrincheirado pela voz ativa de Conceição Amorim; e em pautas relativas à liberdade sexual e identitárias, exploradas e desenvolvidas no meio social e virtual (em redes sociais como *Facebook*, *Instagram*) e nas ruas através das movimentações, ainda incipientes, da AFIM cumpre sua função social não só em Imperatriz, mas em qualquer lugar onde seja fomentado.

O interesse em analisar as pautas e agendas e as redes de sociabilidades destas mulheres nos levou ao conhecimento da existência de projetos de transformação social expresso nos discursos [feministas] ou na necessidade de construir mudanças estruturais na sociedade se manifesta pela maioria das protagonistas, com destaque para as lutas de Conceição Amorim. Entretanto, o caráter destas transformações não é consensual, ao contrário, foi e ainda é objeto de debates e disputas nas movimentações atinentes ao feminismo. Por isso, é importante atentar-se para as possíveis homogeneidades no discurso dos diferentes grupos, bem como as divergências presentes contribuintes para a expansão do feminismo por aqui.

Ao mesmo tempo em que existe por boa parte das movimentações [feministas] uma busca em aproximar-se da realidade social da maioria da população feminina, constata-se a existência das diferenças sociais, culturais e econômicas que dificultaram uma identificação de mulheres de outros segmentos sociais com o feminismo, verificando-se o conceito de gênero – a partir do qual se pode compreender as relações sociais construídas historicamente entre homens e mulheres – como parcial para explicar a composição do movimento feminista.

A existência destas organizações de mulheres não caracterizadas como feministas, serviram como um elemento catalisador das insatisfações das mulheres com sua situação e muitas passaram a re-discutir seus papéis na sociedade atual, partindo de suas especificidades e contempladas pela perspectiva interseccional.

Pragmaticamente, construiu-se a partir de uma gama de reivindicações e mobilizações destes movimentos, na maioria das vezes encabeçadas por Amorim e Formiga, os caminhos do

fortalecimento da rede intersetorial com intervenções na perspectiva das políticas públicas, pois, nesse cenário, a militância feminista pressupõe disposição para ações concretas.

Mesmo diante dos entraves em avaliar a ressonância dos discursos e das práticas do movimento feminista presente em Imperatriz, é possível visualizar que o movimento contribuiu para mudanças, comportamentos e saberes os quais perpetuavam a inferioridade feminina como uma verdade inquestionável. Além do mais, a rede de políticas públicas construiu-se e materializou-se a partir destas lutas. As mudanças seguem em curso. O movimento feminista local também. E enquanto persistirem desigualdades entre homens e mulheres sempre haverá feministas e feminismos, frutos do seu próprio tempo.

Disso, manifesto que as minhas experiências adquiridas nos grupos de estudos, nas conversas de corredor, nos atos feministas e na minha atuação como psicóloga e docente, bem como as minhas experiências pessoais como mulher acabaram misturando-se às teorias e leituras realizadas para a escrita da dissertação. Com esse relato, pretendo dizer que o percurso de pesquisa não tem suas respostas prontas e se enunciar em favor da emancipação humana exige de nós mais do que somente olhos e mentes atentas, mas também corações e corpos dispostos a se afetarem e se mobilizarem contra as desigualdades sociais.

Assim, não foi por acaso que resolvi pesquisar um tema tão polêmico como o movimento feminista. Polêmico, principalmente porque é vivo. As questões suscitadas ainda são objeto de estudo e discussão e muitas participantes dos movimentos existentes são atualmente protagonistas do cenário político, em sindicatos, partidos políticos, nas universidades, em cargos públicos em diversos espaços. Por esta razão, se torna ainda mais sério o compromisso de tentar mediar minhas convicções pessoais e subjetividades e escrever um trabalho de caráter acadêmico, mas, ainda inacabado e com muitas pretensões e aberturas para novos agenciamentos, inquietações e anseios pela frente. Nos dizeres da minha orientadora Vanda: “Sigamos”!

REFERÊNCIAS

- ABRASCO, 2017. Nosso adeus a Fátima Oliveira. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/fatima-oliveira-obituario/31856/> Acesso em 04 de ago de 2021.
- AGUIAR, Robério Bôto de; GOMES, José Roberto de Carvalho. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Piripiri. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.p. 155-202.
- ALMEIDA, Rutileia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio: Regionalização e Polarização**. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5062/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rutileia%20Lima%20Almeida%20-%202010.pdf>. Acesso em 23 jan. 2022.
- ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **s trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013.
- AMARAL, J.J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: UFC, 2007.
- AMORIM, Conceição de Maria. **Feminismo em Imperatriz**: um olhar sobre a ação política do movimento feminista. Disponível em: <https://artigos.etc.br/feminismo-em-imperatriz.html>. Acesso em 12 de abr de 2021.
- ANDES. **PL 5435**: um dos maiores retrocesso aos direitos das mulheres. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pL-5435-um-dos-maiores-retrocesso-aos-direitos-das-mulheres1/page:4/sort:Conteudo.created/direction:DESC> Acesso em 26 de julde 2021.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANJOS, Erly Eusébio dos. A 'Pistolagem' Entre Nós: Crimes de Mando e Violência no Espírito Santo. In: **Sinais**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, n.4, v.1, dezembro. 2008. p.186-217. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1230298-a-'pistolagem'-entre-n%C3%B3s-crimes-de-mando-e-viol%C3%Aancia-esp%C3%ADrito-santo Acesso em 12 de ago de 2021.

ANZALDÚA, Glória. **Bordelands – La frontera: The New mestiza**. San Francisco: AntLute, 1987.

ARAUJO, Ana Lígia Alves de. **Mulheres em luta: memória e história do feminismo na São Luís dos anos 80**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão. 105f. São Luís, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/08/2.-ana-ligia.pdf> Acesso em 20 de jul de 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **O feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARBOSA, Sueli Brito. Movimento feminista e movimento de mulheres em Imperatriz: ação nas políticas públicas de gênero. In: FERREIRA, Maria Mary (org.). **Políticas Públicas de gênero: o pensar e o fazer em Imperatriz**. Imperatriz: Artegraf, 2013.

BARION, Isabel Francisco de Oliveira; MACHADO, Maria Cristina Gomes; QUADROS, Raquel dos Santos; COELHO, Gizeli Fermino. **A educação das mulheres no século XIX: a contribuição de Nísia Floresta**. In: XII EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Eixo – História da Educação: Estado, Sociedade e Educação Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25780_13611.pdf Acesso em: 10 de mar de 2022.

BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JWkFnJDVfnHzM5x73gZTSsk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13 de ago de 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BICALHO, Poliene S. dos S. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). In: Anais do Simpósio Nacional de História, XXVI., 2011, São Paulo. **Anais – ANPUH**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300054440_ARQUIVO_SIMPOSIONALDEHISTORIAANPUH2011TEXTO.pdf. Acesso em 05 de set de 2021.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 de ago de 2021.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BUTTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt> Acesso em 14 de set 2021.

CASTRO, W. **Nossa cidade: Teatro Ferreira Gullar**. Disponível em: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-cidade/teatro-ferreira-gullar.html> Acesso em 17 de set de 2021.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Teresa. **Mudando omundo: a liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez, 2001. (Rede Mulher de Educação).

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de; ALVES, Alcione Corrêa. Uma vida de inadequações: Maria Firmina dos Reis e seu caráter subversivo na sociedade oitocentista maranhense. **Contraponto**, Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3790> Acesso em: 21 de ago de 2021.

CARVALHO MARTINS, Cynthia. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CEP-AGEUFMA. **Comitê de Ética e Pesquisa da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização**. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/ageufma/paginas/pagina_estatica.jsf?id=306. Acesso em: 10 de ago de 2021.

CHAVES, Kena Azevedo. ‘Hacia la Comunidad, Siempre’, os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 11, n. 1, p. 286-298, 2020. ISSN 21772886. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/14460>. Acesso em: 20 de jan de 2022.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **CRESS/MA assina carta do Fórum Maranhense de Mulheres que protesta e condena onda de estupros e feminicídio contra mulheres**. 2016. Disponível em: <http://www.cressma.org.br/2016/02/01/cressma-assina-carta-do-forum-maranhense-de-mulheres-que-protesta-e-condena-onda-de-estupros-e-feminicidio-contra-mulheres/> Acesso em 27 de ago de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em: 10 ago. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CORREIA, Carol. **Tradução de Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas, de Kimberlé Crenshaw.** 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contras-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em: 02/02/2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

CUETO, M. Tifo, varíola e indigenismo: Manuel Núñez Butrón e a medicina rural em Puno, Peru. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 296-329. ISBN 978-85-7541-311-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-10.pdf> Acesso em: 10 de mar de 2022.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EWALD, Ariane P. Fenomenologia e existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, ago. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812008000200002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 28 jul. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** v.1. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERREIRA, Marcelo. **Há 34 anos, padre Josimo era assassinado por sua luta em defesa da terra.** Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra> Acesso em: 15 jun de 2021

FERREIRA, Maria Mary. Movimento de mulheres e feministas e sua ação anticapitalista no Brasil e Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 2014, pp. 359-367.

FERREIRA, Maria Mary. **As Caetanas vão à luta:** a trajetória do movimento feminista no Maranhão face as políticas públicas. São Luís (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, 1999. 269 p.

FERREIRA, Maria Mary. Movimento feminista e políticas públicas. In: FERREIRA, Maria Mary (org.). **Mulher, gênero e políticas públicas.** São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha, 1999.

FERREIRA, Maria Mary. Como é o atendimento à saúde da mulher. **O Estado do Maranhão.** Caderno Alternativo, São Luís, p. 1, 19 set. 1986.

FERREIRA, Maria Mary; DIAS, Marly Jesus Sá; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida; LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. **Direitos iguais para sujeitos de direito:** empoderamento de mulheres e combate à violência doméstica. São Luís: EDUFMA: Fórum Estadual de Mulheres, 2016.

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Feminismo e relações de gênero no maranhão: ação política do fórum maranhense de mulheres e sua repercussão no enfrentamento da violência. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos.** Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478891_ARQUIVO_TextoFazendoGenero2017.pdf Acesso em 03 de ago de 2021.

FERREIRA, Maria Mary; DIAS, Marly Jesus Sá; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. **Violência de gênero e sua centralidade no debate político.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 28018-28029 mar 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26630> Acesso em 10 de mar de 2022.

FORMIGA, Maria da Conceição Medeiros. 40 anos do clube de mães: história e memória de Imperatriz. In: FERREIRA, Maria Mary (org.). **Políticas públicas de gênero:** o pensar e o fazer em Imperatriz. Imperatriz: Artegraf, 2013.

FORMIGA, Maria da Conceição Medeiros. **Caminhada solidária: 35 anos do Clube das mães de Imperatriz.** Imperatriz, Maranhão: Ética, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005.

FRANKLIN, Adalberto. **Imperatriz, 18 de janeiro: a “revolução” que não foi.** 2013. Disponível em: <http://adalbertofranklin.por.com.br/wp-content/uploads/2013/01/Imperatriz-18-janeiro.pdf> Acesso em 10 de mar de 2022.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007, v. 15, n. 2, p. 291-308.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GARCIA, Leila Posenato (et al). **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA_-_Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_-_feminic%C3%ADdios_no_Brasil.pdf. Acessado em 02 de fevereiro, 2022.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e memória: imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50.** Ponta Grossa: UEPG, 2003. Tese (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROSA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, 27(2), 256-266, 2015.

GRANADOS, Verônica. **Breve historia del feminismo.** 2006.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Delegacias da Mulher no Maranhão garantem apoio e segurança às vítimas de violência.** Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/delegacias-da-mulher-no-maranhao-garantem-apoio-e-seguranca-as-vitimas-de-violencia#:~:text=Dados%20da%20estat%C3%ADstica%20da%20Secretaria,a%20amea%C3%A7a%2C%20com%201.957%20registros>. Acesso em 15 de abr de 2022.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/22900/pdf>. Acesso em: 14 de fev de 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Acesso em 22 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt&format=pdf>

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo.** 1.ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE. **Censo Demográfico – 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência.** 1 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/piripiri.html>? Acesso em: 20 ago. 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GOMES, Denise Cristina Ayres; BARRETO, Letícia Feitosa; GALVÃO, Pollyana da Silva.; WALLYSON, André.; BEZERRA, Lana Luiza Silva; ZACCA, Laura Glapinski. Imperatriz, o povo e a fama: a violência imaginária no jornal O Progresso (MA). **Observatório**, Palmas, v. 4, n. 4, p. 660-683, jul.-set. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3847> Acesso em 05 de ago de 2021.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis, RJ – Vozes, 1993.

JOTA, A. A. P., MEDEIROS NETA, O. M. de, & MEDEIROS, A. D. P. de. (2020). **Nísia Floresta e a educação feminina no Brasil (Século XIX).** *Ensino Em Perspectivas*, 1(1), 1–14. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4579>. Acesso em 10 de mar de 2022.

LANA, Cecília. **Lugar de Fala, Enquadramento e Valores no Caso Ângela Diniz.** Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 3 - Edição 4 – junho-Agosto de 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35449> Acesso em 22 de jan de 2022.

LEMO, Flávia Cristina Silveira; PINHEIRO, Lauany Câmara Chermont; OLIVEIRA, Cristina Simone Reis; CHAVES, Ana Cláudia Assunção; MEDEIROS, Elenson Gleison de Souza. **Micro-história, arqueo-genealogia e interseccionalidade em metodologias híbridas: histórias de vidas de mulheres na Amazônia.** PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, ISSN 1984-4352 Macapá, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6709/pdf> Acesso em 10 de abril de 2022.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz-MA.** Imperatriz: Ética, 2008.

LIMA MELO, T. C., ALMEIDA, M. da S., ALMEIDA, R. da S., Silva, D. S. da, & CRISPIN, M. S. da S. A atuação do psicólogo comunitário a partir da psicologia da libertação. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - ALAGOAS**, 2(3), 97–112. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/2072>. 2015.

LIMA, Islene. **Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto completa 13 anos: Em treze anos foram 286 mulheres acolhidas**. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/politicas-publicas-para-mulher/casa-abrigo-dra-ruth-noleto-completa-13-anos.html> Acesso em 10 de fev de 2022.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155-167.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. 9. ed. Bogotá (Colômbia), 2008.

LUGONES, María. Subjetividadesclava, colonialidade de gênero, marginalidade y opressiones múltiples. In: **Pensando os feminismos em Bolívia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. (Série Foros 2). p. 129-140.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de fev de 2021.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. 181 f. Monografia – (Graduação em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás, 2003.

MALTA, Deborah Carvalho; SZWARCOWALD, Célia Landmann; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; GOMES, Crizian Saar, et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 29(4): e 2020407, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n4/2237-9622-ress-29-04-e2020407.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, v.4, n. 1, jan./abr. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, F. R. S.; KAMIMURA, Q. P. Análise da ocupação do espaço territorial do município de Imperatriz-MA. In: **The 4th International Congress on University Industry Cooperation** – Taubate, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. A perspectiva das vítimas e a teoria social contemporânea: entre memórias do passado e futuros alternativos. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2019. Pp. 26-35.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013, p. 25.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista. **RevIU**, Vol. 2, Num. 1, p. 39-48, 2014. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/202> Acesso em 19 de ago de 2021.

MIGNOLO, Walter et al. **Gênero y Descolonialidad**. Ciudad. Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e Política. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Praça**, Recife, v. 2, n. 2, 2018, p. 62-86.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. EU NÃO VOU MORRER. **Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 215-281, 1 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581> Acesso em 15 de set de 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Transfeminismo negro: tensionando interseccionalidades. In: BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da; BATISTA, Ilanna Brenda Mendes (org.). **Políticas públicas e diversidade: quem precisa de identidade?** Teresina: EdUFPI, 2020.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OLIVEIRA, A. Feminismo. **Enciclopédia luso-brasileira**. Lisboa: Verbo, 1996.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo. **Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio – Tocantins**. Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins – v. 1, n. 01, p. 130-148, jul/dez., 2014.

PEDRO, Joana Maria; SAPRIZA, Graciela (coord.). Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX. Resumo Simpósio Temático ST40. **Seminário Fazendo Gênero VII**. UFSC. 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: um espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PINTASSILGO, Maria de Lourdes. 1981. In: Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social. NOGUEIRA, Conceição. **Psicologia & Sociedade**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Vol. 13, n. 01, Jan/jun 2001.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PRESOTO, A. da S. **UMBANDA: da repressão à busca pela aceitação**. CELACC/ECA – USP. São Paulo, 2014. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/artigo_-_celacc.pdf Acesso em 10 de mar de 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [2000]. Pp. 107-130.

ROCHA, Ariel. Salimp é a maior feira literária do Maranhão. 2019. Site da Prefeitura Municipal de Imperatriz. Disponível em: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/salimp-maior-feira-literaria-do-maranhao.html> Acesso em 8 de ago de 2021.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé: tempo, política e chefia feminina**. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, 2019.

ROSA, Soraia Ribeiro Cassimiro. Um olhar sobre o romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Literafro**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/MariaFirminaArtigoSoraia.pdf>. Acessos em 21 de ago de 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333-359.

SAFFIOTI, Heleieth.I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. Posteriormente, o livro passou a ser editado pela Ed. Vozes Ltda: 1976, 1979. Em inglês, sua publicação é de 1978: *Women in Class Society*. Nova Iorque, Londres: MonthlyReview Press.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994. p. 151-187.

SANTANA, Inês Helena Batista de; RIOS, Luis Felipe; MENEZES, Jaileila de Araújo. Genealogia do Desquite no Brasil. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 340-350, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 20 ago. 2021.

SANTOS, Adaildo Pereira dos. **O bicho está em todo lugar: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz**. Dissertação (Mestrado). Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

SANTOS, Rodrigo Lima; NUNES, Fabrizia Gioppo. Imperatriz do Maranhão: proposição para a compreensão do processo de ocupação e consolidação da cidade. **GeoTextos**, vol. 14, n. 2,

2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26988/0>
Acesso em 10 de abril de 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Katál**, Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun., 2010

SANTOS, Luana Appel. O movimento indígena e a política indigenista: uma breve análise sobre o movimento do povo Tremembé de Raposa-MA. In: **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: MA. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1617_16175cca5ad25e36b.pdf Acesso em 05 de set de 2021.

SCAVONE, Lucila. **Políticas feministas do aborto**. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zMtWmSKVWgNMKNtMWS3LV3b/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 23 de dez de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC. **Transparência: Gestão profissional e compromisso com resultados**. Disponível em: <https://www.senac.br>.
Acessado em 02 de fevereiro 2022.

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação de mestrado, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/tbCDDMk7PsvS5H4nspSBfqC/?format=html&lang=pt#>
Acesso em 10 de jun de 2021.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura** – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592> Acesso em: 03 de set de 2021.

SOBOTTKA, Emil A. Liberdade, reconhecimento e emancipação – raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 142-168, mai./ago. 2013.

SOUSA. Jailson de Macedo. **A Cidade na Região e a Região na Cidade: A Dinâmica de Imperatriz e suas Implicações na Região Tocantina**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SOUSA, Delles de Lean Rodrigues de; ARAÚJO, Jéssica Aparecida Lima. Feminismo contemporâneo: as mídias sociais como ferramentas de resistência. **Semana Sociedade**,

cultura e patrimônio, 2018. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/delles_de_lean_rodrigues_de_sousa.pdf Acesso em 17 de set de 2021.

SOUZA, Leina Fernanda de Oliveira. **Violência e criminalidade na ditadura militar (1964-1985)**: representações do periódico Jornal Pequeno. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2016.

SOUZA, Sandra Maria Nascimento. **Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero nos anos 1970 a 1980**. 2 ed. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo: Estação Brasil, 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TEIXEIRA, Natália Mendes. **Imperatriz – “A terra da pistolagem”**: assassinatos, memórias, fatos, representações e lógicas sociais. Imperatriz: Ética, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TORRES, Iraíldes Caldas. **O contemporâneo e os novos coletivos de mulheres**. Desigualdade, mundialização e políticas sociais contemporâneas Brasília, v. 22, n. 47, julho a dezembro de 2020.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

XAVIER Maria E. S. Prado. **História da educação - a escola no Brasil**. São Paulo - FTD – 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. Conceição de Maria Amorim está sendo convidada para participar da Pesquisa **“O movimento feminista na cidade de Imperatriz-MA”** que será realizada pela pesquisadora Maria dos Remédios Brito Viana do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, sob orientação da Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja.

O objetivo da pesquisa busca entender quais os mecanismos, estruturas e processos levam as mulheres do movimento feminista local a se unirem, porque isso acontece, e quais os efeitos e ressonâncias dessa união na vida delas e investigar o resultado dessas ações nas políticas públicas na cidade.

A sua participação será voluntária e consistirá em responder às perguntas solicitadas em entrevista sobre o Movimento Feminista local e à temática da pesquisa. Esse estudo não apresentará nenhum risco físico a sua saúde, ou seja, o mesmo tem como base colher relatos sobre sua vivência e observar o seu cotidiano. Qualquer dúvida em relação à realização desta pesquisa será esclarecida pela própria pesquisadora. **Peço permissão para usos de sua identidade, nome e imagens bem como para realizar gravação em áudios da entrevista concedida por mim, para elaboração da presente pesquisa.**

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sra. tem assegurado o direito à indenização, conforme a **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE

Eu, _____, portadora do documento de Identidade _____ fui convidada e informada dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “**O movimento feminista na cidade de Imperatriz-MA**” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. **Permito os usos de minha identidade, áudios e imagens para fins exclusivos da pesquisa.** Em caso de dúvidas poderei chamar a Pesquisadora: Maria dos Remédios Brito Viana, e a professora orientadora Dra. Vanda Maria Leite Pantoja, nos telefones (99) 98271-5467 e (99) 98182-4141, respectivamente. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pela pesquisadora, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante: Conceição de Maria Amorim

Data: 27/01/2021 e 29/01/2021

Conceição de Maria Amorim
ASSINATURA DA PARTICIPANTE

Maria dos Remédios Brito Viana
ASSINATURA DA PESQUISADORA

Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja
ASSINATURA DA ORIENTADORA